

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Departamento de Sociologia  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Janaina Maldonado Guerra da Cunha

**JOGANDO MEU CORPO NO MUNDO:**

relações entre “conflito urbano” e “acumulação social da diferença”

São Carlos

2020

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Departamento de Sociologia  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Janaina Maldonado Guerra da Cunha

**JOGANDO MEU CORPO NO MUNDO:**

relações entre “conflito urbano” e “acumulação social da diferença”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

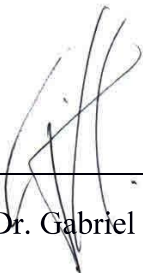
São Carlos

2020

Defesa da dissertação de mestrado de Janaina Maldonado Guerra da Cunha, intitulada: **JOGANDO MEU CORPO NO MUNDO: relações entre “conflito urbano” e “acumulação social da diferença”**, orientada pelo Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran, apresentada à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, em 04 de agosto de 2020.

Os membros da Banca Examinadora consideraram a candidata: Aprovada .

**Banca Examinadora:**



---

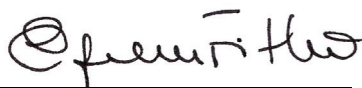
Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran – UFSCar

(orientador)



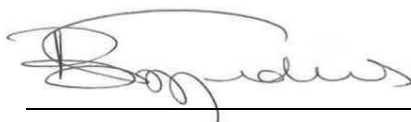
---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Priscila Medeiros Martins UFSCar



---

Prof. Dr. Roberto Efrem Filho – UFPB



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bianca Freire Medeiros – USP



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Janaína Maldonado Guerra da Cunha, realizada em 04/08/2020.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar)

Prof. Dr. Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho (UFPB)

Profa. Dra. Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros (USP)

Profa. Dra. Priscila Martins Medeiros (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Maldonado, Janaina

Jogando meu corpo no mundo : relações entre "conflito urbano" e "acumulação social da diferença" / Janaina Maldonado -- 2020.  
177f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Gabriel de Santis Feltran  
Banca Examinadora: Bianca Freire Medeiros, Priscila Martins Medeiros, Roberto Efrem Filho  
Bibliografia

1. Conflito urbano. 2. Diferença. 3. Periferia. I. Maldonado, Janaina. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

Do portão de casa, na favela do São Jorge, escuto o diálogo das crianças que brincavam na calçada,

Criança 1: Vamos brincar de polícia e ladrão?

Criança 2: Vamos! Vou em casa buscar as armas! - referindo-se aos brinquedos.

Criança 1: Ah, com arma não.

Criança 3: É, sem arma. - após uma pequena pausa, prossegue – Se é polícia e ladrão então vamos – se referindo a um menino que parecia seu irmão – vamos para casa.

Criança 2: Por que vai embora?

Criança 3: Porque a gente não é polícia e nem ladrão.

(Maldonado, excerto de diário de campo, 2019)

## Agradecimentos

Enquanto escrevo este texto, vivemos uma pandemia sem precedentes nas últimas décadas. Completo, nestes dias de julho/2020, quase 120 dias de isolamento social e quarentena. O que poderia, para alguns, facilitar a escrita do primeiro texto de fôlego de suas vidas, para mim, tornou ainda mais difícil a tarefa de escrever, já sempre tão complexa. Redescobri, ao longo desses dias, a necessidade e a saudade dos afetos cotidianos, das conversas banais e dos encontros agora impossíveis. Se o mundo é o conjunto das relações que vivemos, cada uma delas me inspirou e, em algum momento, me provocou a pensar neste trabalho.

Foram esses afetos e conversas que possibilitaram o material empírico que dá origem a este texto e às reflexões analíticas que esboço nestas páginas.

Agradeço ao meu orientador e amigo Gabriel Feltran, pelos exemplos de como ser um pesquisador ético e sensível. Pela confiança em meu trabalho mesmo quando eu não enxergava bons caminhos, a paciência com que orientou esse texto e por ter me incentivado a refazer suas páginas. Agradeço também pela amizade e cuidado ao longo dos anos.

Agradeço aos companheiros de pesquisa e amigos/as queridos: Deborah Fromm, Luana Dias Motta, André de Pieri Pimentel, Isabela Vianna, Lucas Alves, Juliana Alcântara, Luís Gustavo Simões, Gregório Zambon. As reflexões desenvolvidas ao longo desses anos ao lado de vocês fazem parte da composição de cada parte deste texto. Obrigada pelas empreitadas coletivas, pelos rolês, bolos, cafés, almoços e cervejas.

Agradeço também ao Núcleo de Estudos Urbanos, NaMargem/UFSCar, aos atuais e àqueles que passaram e tornaram-se amigos de longa data. Um especial abraço para Evandro Cruz Silva pelos comentários e amizade inspiradora.

Agradeço a Frida Sofie Gregersen e Leandro Ferre Caetano por me receberem tão carinhosamente em sua casa em Copenhagen pelos três meses em que usufruí da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE/Fapesp). Frida e Léo, obrigada pelos cafés, passeios pela cidade, amizade e recepção tão calorosa apesar dos dias frios.

Em Copenhagen, agradeço também aos colegas do Danish Institute for International Studies (DIIS) por me receberem. Em particular, agradeço ao grupo Peace and Violence, coordenado pela Prof. Dr.<sup>a</sup> Helene Kied, pela oportunidade tão estimulante de trabalho conjunto. Agradeço também ao Prof. Dr. Steffen Jensen pelo encontro tão amigável de discussão sobre minha pesquisa.

Em especial, agradeço ao meu orientador no mestrado sanduíche, Prof. Dr. Finn Stepputat (DIIS), pela paciência com meu inglês, pela disposição em ler meus textos e pelas excelentes reuniões de orientação.

Em São Carlos, agradeço aos colegas e professores/as do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar pelo potente espaço de reflexão acadêmica que construímos coletivamente.

Agradeço aos amigos e amigas que estão perto, mas também àqueles que mesmo longe se fazem sempre presentes, em especial Marla Manuela, que mesmo à distância mantém uma amizade inestimável. Agradeço também a Gabriela de Jesus e Simon Jara pelas conversas e companhias nesses momentos *sinistros* que vivemos. E por serem as melhores companhias possíveis para um dos melhores momentos dessa caminhada, o show inesquecível dos Racionais MCs.

Agradeço à Iaci Jara por todo cuidado comigo e com este trabalho.

Agradeço a minha família, Francisco, Glaucia e Antonio, por todo o incentivo, amor e compreensão. Seguimos sempre juntos.

Àqueles sem os quais esse trabalho não seria possível, a todos e todas que moram no Parque São Jorge e aos trabalhadores do Centro de Direitos Humanos de Rosa, por dividirem comigo suas alegrias, seus afetos e suas dores. Não seria possível exprimir nestas páginas o afeto e o respeito que construí por vocês ao longo desses anos. Meu abraço carinhoso.

Agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa através do processo 2018/12380-6.

Por fim, agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

“Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei, cada lei uma razão, eu sempre respeitei.” (Fórmula Mágica da Paz, Racionais MCs)



*Para todas as mães do Parque São Jorge e à minha própria.*

*Em memória de Nazinha e Encarnação.*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender as relações entre conflito urbano e diferença na São Paulo contemporânea. A partir do estudo etnográfico conduzido em uma periferia da Zona Leste de São Paulo, discuto as gramáticas e os regimes normativos que emergem dos processos de diferenciação em operação nas cidades. Parto da ideia de que as categorias marcadoras da diferença balizam a constituição das gramáticas mobilizadas pelos sujeitos para a compreensão dos problemas sociais, em cada situação cotidiana. Considero que os sentidos dessas categorias são disputados através das relações sociais e se relacionam com a produção de ordenamentos e formações de soberania nos espaços urbanos. Teoricamente, proponho um diálogo entre dois campos de estudos distintos: a Sociologia Urbana e os Estudos da Diferença. A partir disso, sugiro que o conflito urbano é atravessado por um processo de ‘acumulação social da diferença’ do qual emergem posições de sujeito mais ou menos reificadas.

**Palavras-chave:** conflito urbano, diferença, regimes normativos, periferia, sociologia urbana.

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand the relationship between urban conflict and difference in the contemporary São Paulo. Based on the ethnographic study conducted in a periphery of the East Zone of São Paulo, I discuss the grammars and normative regimes that emerge from the differentiation processes in operation in cities. I start from the idea that the categories that mark the difference guide the constitution of the grammars mobilized by the subjects for the understanding of social problems, in each daily situation. I consider that the meanings of these categories are disputed through social relations, and are related to the production of orders and formations of sovereignty in urban spaces. Theoretically, I propose a dialogue between two distinct fields of study: Urban Sociology and Studies of Difference. From this, I suggest that the urban conflict is crossed by a process of 'social accumulation of difference' from which more or less reified subject positions emerge.

**Keywords:** urban conflict, difference, normative regimes, periphery, urban sociology.

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
Cidade e Diferença: situando o problema e a proposta de análise	25
Proposta de análise e organização da dissertação	34
Seguindo a trilha: metodologia	38
<b>1. Clementina: entre gramáticas e desentendimentos</b>	<b>43</b>
1.1. O desentendimento	43
<b>1.1.1. Família e trabalho: signos de organização da vida popular</b>	<b>45</b>
<b>1.1.2. O bairro e o nascimento dos filhos</b>	<b>48</b>
<b>1.1.3. Jorge e o mundo do crime, Diogo e a dependência química</b>	<b>54</b>
<b>1.1.4. A estética comum</b>	<b>62</b>
<b>1.1.5. Maio de 2006</b>	<b>63</b>
<b>1.1.6. As mortes</b>	<b>68</b>
1.2. As gramáticas	74
<b>2. O cotidiano das categorias</b>	<b>77</b>
2.1. Um descompasso: Grandes Categorias e experiência	78
2.2. Intervalos de sentido	96
<b>2.2.1. Cena 1: bicha ladrão, ladrão bicha não!</b>	<b>96</b>
<b>2.2.2. Cena 2: Nos muros da universidade</b>	<b>103</b>
<b>2.2.3. Cena 3: Milton e a diferença reificada</b>	<b>109</b>
2.3. Modelos igualitários e modelos desiguais	111
<b>3. Regimes Normativos e Acumulação social da diferença</b>	<b>115</b>
3.1. Regimes normativos e o ordenamento cotidiano	117
<b>3.1.1. Centro de Detenção Provisória (CDP)</b>	<b>117</b>
<b>3.1.2. Casa de Ivone</b>	<b>124</b>
<b>3.1.3. Quebrada largada</b>	<b>129</b>
<b>3.1.4. Fluxos</b>	<b>143</b>
3.2. Acumulação social da diferença	147

<b>Considerações Finais</b>	<b>157</b>
<b>Referências</b>	<b>166</b>

## Introdução<sup>1</sup>

*A quebrada está sinistra.* Assim começavam e terminavam muitos dos dias ao longo dos 5 meses em que morei no distrito de Rosa<sup>2</sup>, Zona Leste de São Paulo, durante o primeiro semestre de 2019, como parte de meu trabalho de campo. A expressão se referia ao sentimento geral de que as coisas estavam mudando. Com essas palavras, por exemplo, Joana se despedia no portão de minha casa e seguia seu caminho, ao final do expediente. A expressão repetida inúmeras vezes marcava o que a bibliografia sobre as favelas e periferias paulistas também anuncia: são intensas as transformações vivenciadas pelas periferias urbanas, nas últimas décadas.<sup>3</sup> E essas transformações produzem uma *quebrada sinistra*, eivada por conflito social significativo.

Não por acaso, nos últimos anos, os debates acerca do conflito urbano que atravessa as cidades brasileiras também foram intensos, e diria, *sinistros*. Homicídios policiais, massacres entre facções, violência doméstica, de gênero, assassinatos de jornalistas, políticos e militantes, conflitos ideológicos, entre outros, marcaram a última década. Tomo aqui o conflito urbano como um choque entre o “conjunto de gramáticas em operação na sociabilidade das cidades, que se manifesta produzindo diferença no espaço urbano” (MOTTA, 2017, p. 17).

No mundo urbano, uma série de categorias compõem gramáticas acerca dos sentidos de marcadores como o gênero, raça, sexualidade, origem social, entre outras. Esses sentidos marcam a experiência cotidiana dos sujeitos. Através dessas categorias nos tornamos *nós* ou *eles* ou um intervalo de sentido entre esses polos. Tais sentidos são operacionalizados e disputados no cotidiano das relações sociais. Portanto, tomo como ‘diferença’ essa variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados (BRAH, 2006, p. 371).

A diferença é, portanto, uma categoria analítica (PISCITELLI, 2008; BRAH, 2006) e não é aqui compreendida como um sinônimo de desigualdade social. Como bem nos ensina

---

<sup>1</sup> As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

<sup>2</sup> Os nomes e locais mencionados no texto são fictícios, com exceção do município de São Paulo e suas regiões. Tal recurso visa preservar a identidade dos/das interlocutoras que contribuíram com as reflexões aqui apresentadas.

<sup>3</sup> Para facilitar a leitura do texto, as citações, bibliográficas e empíricas, seguem a regra ABNT: entre aspas duplas quando citação direta curta; as palavras e expressões êmicas estão em itálico, bem como os estrangeirismos; os conceitos bibliográficos, quando aparecem pela primeira vez, estão entre aspas simples.

Brah (2006), parece mais profícuo pensar os processos de diferenciação como produtores de múltiplas relações, tais como de exploração e opressão, ou formas democráticas e igualitárias de agência política. As diferenças serão pensadas, portanto, como manifestação do conflito urbano e, ao mesmo tempo, como marcação dos “lados” que o conformam, em cada situação cotidiana.

Entendo situação (GOFFMAN, 1952; JOSEPH, 1998; CEFAÏ, 2010; AGIER, 2009), aqui, como as condutas individuais adotadas pelos atores sociais frente às situações ordinárias de conflito cotidiano (FELTRAN, 2016). Portanto, não estou preocupada com situações de violência espetaculares ou apenas com eventos compreendidos como disruptivos. Ao contrário, me importam as rotinas e as trajetórias de vida traduzidas ao longo do tempo. Tomo o cotidiano como unidade básica de análise (MACHADO DA SILVA, 2008; DAS, 2006; SIMONE, 2004; BLOKLAND, 2017). Cotidiano é compreendido como uma sucessão de eventos entendidos como previsíveis pelos atores sociais nas situações (FELTRAN, 2016). É nessa perspectiva que desenvolvo o presente trabalho.

\*\*\*

Janeiro de 2019, segunda-feira. Cheguei a São Paulo para iniciar meu período de permanência no distrito de Rosa. Era por volta das 11h30, e como estava de mudança, com malas e caixas para levar, solicitei um carro por aplicativo de celular para que me levasse do Butantã na Zona Oeste da cidade, onde meu orientador havia, gentilmente, me deixado, para a Zona Leste, no Parque São Jorge. Atravessei a cidade de oeste a leste. De transporte coletivo, seriam no mínimo 2 horas entre um ônibus, algumas linhas de metrô, um monotrilho, outro ônibus e mais um trecho de caminhada de cerca de 20 minutos. Tudo isso pelo valor de R\$ 7,95. De carro, o trajeto levou cerca de 1 hora e alguns minutos. O preço, cerca de 10 vezes maior, quase um décimo de um salário-mínimo<sup>4</sup>.

José, o motorista, parecia ter por volta de 40 anos, negro com a pele clara, cabelos curtos. Conversamos por todo o trajeto. Morador de uma periferia da Zona Norte da cidade, ele descreveu seu bairro como *violento*. No entanto, sentia-se mais seguro com o aumento do policiamento nas ruas, naquelas primeiras semanas da gestão dos novos governos estadual e federal. Para José, as coisas mudariam para melhor com o novo governador do estado, João

---

<sup>4</sup> O salário-mínimo no Brasil, em 2020, é equivalente a 1045,00 reais. Cerca de 200 dólares ou 170 euros (cotações de julho/2020).

Dória (PSDB), e o novo presidente, Jair Bolsonaro (Sem partido). A segurança pública e o combate ao crime tornaram-se, nas últimas décadas e, especialmente, no último pleito eleitoral (2018), pauta fundamental. Ambos, Dória e Bolsonaro, foram eleitos com promessas de uma guerra policial contra bandidos, com diversas falas sobre “atirar para matar”, amparadas na essencialização do que seriam bandidos e cidadãos de bem, opostos pelo vértice.

José trabalhava como supervisor em uma construtora antes de ser motorista particular autônomo. Ele se diz satisfeito com a mudança por ter maior flexibilidade de horários e faturar mais ao final do mês. Para obter uma boa renda mensal, ele precisa bater a meta de 200 a 300 reais diários já descontada a porcentagem do aplicativo. Para isso, tem trabalhado 12 horas por dia de segunda a segunda.<sup>5</sup> A lógica calcada em um empreendedorismo de si, exalta os benefícios da autonomia e o valor bruto dos rendimentos, apagando a intensidade das jornadas e a desproteção do trabalho.

Durante o trajeto, enquanto olhava pela janela do carro, assisti a paisagem se modificar. Das largas avenidas que cruzam o bairro Butantã (Zona Oeste de SP) aos valorizados metros quadrados que cortam o início da Zona Leste como o bairro Tatuapé; seguidos das periferias consolidadas atravessadas por avenidas repletas de desmanches de automóveis aos barracos de madeira e telhas de Eternit das favelas localizadas no *fundão da leste* (expressão utilizada para denominar os bairros localizados nas regiões limítrofes da cidade).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que, em 2019, o município de São Paulo possui 12.252.023 habitantes<sup>6</sup>. A Zona Leste, sua região mais populosa, concentrava, em 2010, cerca de 4 milhões de pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010)<sup>7</sup>. Entre os bairros da região leste encontra-se o distrito de Rosa, região onde concentrei meu trabalho de campo. O distrito abriga quase 300 mil habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2019) em seus 51 bairros. É composto por uma infraestrutura urbana heterogênea tanto no que se refere aos serviços públicos e comércio quanto ao tipo de moradia. São dezenas de favelas, conjuntos habitacionais verticais e casas populares. Há ainda a presença de uma série de Organizações

---

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre informalidade e mundo do trabalho, ver Rangel (2019).

<sup>6</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>, último acesso em 10 de julho de 2019.

<sup>7</sup>

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados\\_estatisticos/info\\_cidade/demografia/index.php?p=260265](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265), último acesso em 10 de julho de 2019.



Não Governamentais (ONGs) conveniadas com diferentes esferas de governo e fundações transnacionais. Também encontramos uma série de igrejas católicas e pentecostais.

Já em 1975, Lúcio Kowarick, nos ensinava que a expansão da capital paulista não se tratava de uma desorganização e sim de um processo de ‘espoliação urbana’. A *social disorganization* ou a teoria da desorganização era muito utilizada nos trabalhos oriundos da Escola de Chicago, na década de 1960 nos Estados Unidos da América (EUA). Esses trabalhos relacionavam o avanço da urbanização com espaços de ocupação descontrolada e aumento do crime ou delinquência.

Esse padrão de desenvolvimento urbano foi, a princípio, estudado através de dualismos como formalidade e informalidade, formas modernas e formas arcaicas, desorganização e organização. No entanto, outra linha teórica, ao menos desde Oliveira (1972), compreende esse padrão de desenvolvimento de maneira relacional. Portanto, não se trata mais de uma oposição entre, por exemplo, formal e informal, mas sim das diferentes escalas de relação entre essas classificações. O pressuposto aqui é de que a pobreza não é produto da escassez, mas tem a ver com a forma como a riqueza é produzida e circula (CARDOSO&FALETTO, 1970; KOWARICK, 1975; MACHADO DA SILVA, 1971; LOMNITZ, 1975; QUIJANO, 1970).

Kowarick (1975), inspirado por essa discussão, mostra que o processo de espoliação urbana consiste em um mecanismo de exclusão que se realiza por dentro dos processos de Estado e, portanto, não se trata de um crescimento ao acaso e fruto da desorganização popular.<sup>8</sup> Continuamos nosso caminho. José frequenta a Assembleia de Deus e por metade do trajeto de nossa corrida buscou me apresentar a *palavra* (expressão do universo popular em referência à Bíblia e aos ensinamentos cristãos). Quando por fim chegamos àquela que seria minha casa pelos meses seguintes, ao se despedir José me diz: “tome cuidado, aqui é complicado”. Não seria a primeira vez que me diriam isso.

Falas como a de José foram tema central, por exemplo, de trabalhos relevantes sobre a cidade de São Paulo, como o de Caldeira (2000). A antropóloga argumentou que a fala do crime (o que se fala sobre ele) se configura como um eixo central na discussão do aprofundamento da democracia no Brasil. O crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania combinam-se a transformações urbanas na produção de um novo padrão

---

<sup>8</sup> O trabalho de Rolnik&Frúgoli (2001) trata especificamente da reestruturação urbana da metrópole paulistana a partir da Zona Leste. Trabalhos contemporâneos como Cavalcanti (2007; 2009); Rosa (2008) e Araujo Silva (2017) tratam da produção do espaço urbano a partir das favelas e periferias e De Pieri Pimentel (2018) também observa relações de espoliação urbana em territórios do centro de São Paulo.

de segregação espacial nas duas últimas décadas, que coincide com o período de consolidação democrática no Brasil.

A autora também argumenta que a polícia, ou “as instituições da ordem” são parte da explicação do que José classifica como um “aumento da violência” em seu bairro ou como um aumento da sensação de segurança (esperança de segurança). Motta (2017) também argumenta que nas últimas décadas, a compreensão do conflito urbano emerge como compreensão de um conflito criminal e que associa a violência a territórios específicos. A nossa questão social, portanto, passou a ser “a violência que **emana dos** territórios de pobreza” (MOTTA, 2017).

O mundo urbano brasileiro experimenta há cerca de meio século um fenômeno chamado, por Michel Misse, de acumulação social da violência<sup>9</sup> (MISSE, 2008). Misse (2008) está preocupado, especialmente, com o fenômeno urbano do Rio de Janeiro (capital do estado do RJ). O fenômeno seria caracterizado por uma circularidade causal. Parte desse processo cumulativo estaria na geração de desvantagens para uma parte da população (em geral pobre e moradora de territórios de favela), bem como por estratégias aquisitivas tanto da parte dos criminosos, como daqueles que seriam encarregados de reprimi-los.

Michel Misse (2008) e Machado da Silva (2010) nos ensinam que a violência não deve ser uma categoria analítica, mas sim compreendida como uma categoria nativa, uma representação. A violência urbana é também uma representação que orienta as práticas cotidianas dos sujeitos. Fenômeno parecido é observado por Kessler (2011) através do caso argentino. As falas de José, sobre seu bairro ou sobre a polícia, são comuns e orientam a própria dinâmica de ocupação da cidade, muito embora haja um limite socioeconômico das possibilidades de mobilidade para cada sujeito (FREIRE-MEDEIROS, 2009; URRY, 2004; DENNIS&URRY, 2009; REQUENA, 2019).

Despeço-me de José com um aceno de cabeça. A casa alugada, localizada em um dos bairros contíguos que compõem o que aqui chamo de Parque São Jorge, seria meu lar pelos próximos meses. Sou recebida por Fernanda e Pedro. Ela, mulher de pele branca, alta, gorda, formada em pedagogia. Ele, homem de pele preta, alto, magro, professor de inglês, terminando sua formação em letras. Os dois passam a semana envolvidos com as tarefas da igreja que frequentam, Assembleia de Deus, mesma denominação frequentada pelo motorista que vive há dezenas de quilômetros dali, José.

---

<sup>9</sup> Compreende-se por violência, o uso da força física ou uma ameaça de fazê-lo (Caldeira, 2000; Misse, 2006).

A expansão do pentecostalismo pelas periferias urbanas vem sendo tematizada na literatura especializada, como nos estudos conduzidos por Almeida (2009) ou Birman&Machado (2012). De maneira geral, os autores trabalham na intersecção entre conflito urbano, estado e religião e observam a expansão do léxico neopentecostal pelas periferias urbanas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Metáforas importantes de guerra e empreendedorismo de si atravessam esse léxico.<sup>10</sup>

O casal, Fernanda e Pedro, é dono das 5 casas localizadas no mesmo quintal, herdado por Fernanda após a morte de sua mãe. As casas foram construídas por Pedro junto a um *irmão da igreja* que é pedreiro. Eu ficaria com a última casa construída: 3 cômodos arejados de alvenaria acabados com forro branco de PVC. 700 reais, um pacote com água, luz e internet. Aproximadamente 70% do valor correspondente a um salário-mínimo. *Contrato de boca* (combinado através de uma conversa virtual realizada no mês anterior pelo aplicativo *facebook*), sem garantias, por 3 meses, posteriormente estendidos para 5 meses. Uma casa relativamente menor com dois cômodos, *dentro* da favela, também de alvenaria, custaria por volta de 500 a 600 reais de aluguel. Outra casa, de madeira com um cômodo, me foi oferecida por 200 reais.

O casal está desempregado e vive dos aluguéis. De maneira geral, as casas autoconstruídas, os quintais com diversos quartos alugados e as favelas predominam nas periferias paulistas. Nas autoconstruções, os próprios moradores realizam a construção de suas casas ao longo de anos. As relações são de informalidade, quase não são realizados pagamentos e o trabalho é realizado com a ajuda de amigos e familiares. Kowarick (1975; 2009) analisa essas formas de moradia. O trabalho de Telles&Cabanes (2006) também observa as relações entre cidade, informalidade e mudanças socioespaciais ao longo das últimas décadas em São Paulo. Assim como o trabalho organizado por Marques&Torres (2005) acerca das relações entre segregação, pobreza e desigualdade em São Paulo.

Todas as famílias do terreno de Pedro e Fernanda *são da igreja*, portanto, o barulho cotidiano era “apenas das crianças, não têm funk, não tem som alto”, como ela me disse em nossa primeira conversa. A marcação era evidente, *bagunça*, *funk* seriam encontrados somente a algumas ruas dali, no que se considera a favela do bairro. Pedro e Fernanda são muito cuidadosos comigo, me emprestam móveis, me ajudam com a mudança. Parece haver mais estranhamento com relação ao meu tema de pesquisa do que com relação a minha

---

<sup>10</sup> Trabalhos recentes como o de Fromm (2017) analisam a atuação de denominações pentecostais em territórios espacialmente menos fixos, como a cracolândia em São Paulo.

estética *sapatona* (cabelos curtos cortados à navalha, roupas *masculinas* e tatuagens aparentes). Possivelmente a soma da minha figura e dos meus temas podia ser estranha em muitos aspectos, alguns mais interditos que outros.

Mais tarde, Pedro e Seu João (o *irmão* pedreiro) me ajudam a montar a cama emprestada. Seu João tem o sotaque nordestino, a pele preta, baixa estatura e o corpo forte. Tal qual grande parte dos moradores de periferia, que em 2019 têm por volta dos 50 anos, a migração interna marca sua trajetória (DURHAM, 1973). Cama montada, os poucos móveis no lugar, resolvi que seria um bom momento para uma caminhada pelo bairro. Eram por volta das 16 horas. Paro em uma praça a alguns quarteirões de casa.

É uma praça grande composta por uma quadra, uma pequena pista de skate, algumas mesas de concreto, bancos e algumas poucas árvores. Em seu contorno, um caminho é usado como pista de caminhada. A quadra já não tem uma das traves de futebol e a cesta de basquete está quebrada. Muitos buracos. Algumas pichações e entre as diferentes *tags* - pichações de siglas ou símbolos que identificam um grupo ou uma pessoa<sup>11</sup> - a inscrição da mensagem *PJL* (Paz, Justiça e Liberdade) se destaca. A sigla, bastante popular nas periferias paulistas, se conecta com as prisões e o ‘mundo do crime’. “*PJL para todos os irmãos que se encontram trancados*”, essa frase é encontrada em diversas músicas de funk contemporâneo<sup>12</sup> e muito escutada entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Trabalhos como os de Rafael Godoi (2010), Natália Padovani (2018) e Fábio Mallart (2014) descrevem essas conexões entre a prisão e a rua.

Sento em um dos bancos da praça. Dois adolescentes negros<sup>13</sup> e um homem branco, mais velho, fumam maconha. Duas crianças negras, por volta de 5-6 anos de idade, andam de bicicleta na parte interna da quadra. Um homem carregando uma bolsa *feminina* anda para lá e para cá em volta da praça. Durante os 30 minutos que permaneço ali, carros, viaturas

---

<sup>11</sup> Sobre pichação, ver Barbosa (2010).

<sup>12</sup> **MC Kadu – Paz, Justiça e Liberdade**, ver <https://www.youtube.com/watch?v=6S7OGbsba2U>, último acesso em 18 de julho de 2020; **MC Kadu – Quem tá preso liberdade**, ver <https://www.youtube.com/watch?v=WpN12lnx2q4>, último acesso em 18 de julho de 2020; **MC Felipe Boladão – To boladão**, ver <https://www.youtube.com/watch?v=2lAS41iAo-E>, último acesso em 18 de julho de 2020; **MC Careca e Pixote – Fé**, ver <https://www.youtube.com/watch?v=dRpW2mZocSI>, último acesso em 18 de julho de 2020; **MC Menor do Chapa – Humildade e disciplina**, ver [https://www.youtube.com/watch?v=cwq\\_AIRFrRk](https://www.youtube.com/watch?v=cwq_AIRFrRk), último acesso em 18 de julho de 2020.

<sup>13</sup> As categorias “negro”, “branco” e descrições da cor da pele dos sujeitos são atribuições de responsabilidade da pesquisadora. Dada a relevância de tais categorias, optei por descrevê-las sempre, mesmo que a partir de meu próprio olhar também racializado. Quando as categorias forem atribuições dos próprios sujeitos a respeito de si e dos outros, estarão especificadas.

policiais, motos, bicicletas e ambulantes cruzam o espaço e seguem seus caminhos. Na volta para casa, refaço o mesmo caminho. Uma música gospel, bem alta, toca em uma das casas. Na casa vizinha, um forró tão alto quanto. A disputa pelo espaço sonoro se mostra, sobretudo, nesses horários.

Uma chuva muito forte começa. Raios, trovões. O barulho ecoando nas telhas de Eternit fazia parecer que os raios caíam dentro de casa. Passada a chuva, aviso Joana que havia chegado ao Parque São Jorge e saio novamente, agora para visitá-la. Tento me lembrar o caminho, já fazia muito tempo que não ia em sua casa e não me lembrava com precisão. Subo o *escadão* ao lado de casa e sigo andando até a padaria da esquina. Ali viro à direita e sigo até as pichações Dinamite FC (time de futebol de várzea que representa a *quebrada*) e “Eterno Cobra”. Inscrições como essa, em muros e ruas, são muito importantes para a construção da memória e do luto em territórios marcados pela violência e altos índices de homicídio, como nos mostra o trabalho de Eugênia Cozzi (2018).

Vejo alguns homens sentados em frente a uma birosca, paro e pergunto como faço para chegar à Rua Liberdade. Eles não sabem de que lugar estou falando.<sup>14</sup> Me refiro então ao CDH Rosa. Um deles me pergunta “é o que fica na favela?”. Eu, que já achava estar na favela, aceno e confirmo. O homem segue me explicando “volta, vira no *beco* do carro vermelho, desce o *escadão* e pronto”. Sigo suas instruções, desço as escadas e começo a reconhecer o lugar, já havia visitado Joana algumas vezes. Lembro-me do *beco* estreito, as escadas, o cheiro dos gatos e cachorros que vivem pelos becos, a água da chuva misturada com o barro do chão.

Ao avistar o prédio do CDH Rosa, localizado em parte central da rua Liberdade, subo o *beco* anterior, também estreito, viro à esquerda e vejo a casa de Joana. Ela é uma das moradoras mais antigas da rua Liberdade. Negra, de pele retinta com 50 anos. Trabalha como faxineira e catadora de reciclagem. Atualmente solteira, tem um filho e dois netos. Joana não gosta de contar muito de sua história pessoal. No final da década de 1980, muda-se para o Parque São Jorge. É uma das primeiras garotas a serem recebidas pelo que era chamado de Casa das Meninas, no final dos anos 1980, no Parque São Jorge.

Era uma casa que Maria (uma das fundadoras do CDH Rosa) inventou quando ainda tinha 18 anos e realizava um trabalho com as pastorais da igreja católica na Praça da Sé, em

---

<sup>14</sup> A rua não possui esse nome oficialmente. As diversas ruas, becos e vielas da favela do Parque São Jorge são identificadas a partir de critérios locais. A Liberdade, por exemplo, era conhecida pelo córrego no qual eram *desovados* corpos no período de intensas mortes que marca a favela, especialmente os anos 1990. Foi rebatizada pelo Centro de Direitos Humanos em conjunto com seus moradores para marcar o início de novos tempos.

especial com as meninas que viviam pelo local e passavam por redes de exploração sexual. Maria também trabalhava com crianças e adolescentes em situação de rua, que por ali viviam, sobretudo *mangueando* ou cometendo pequenos delitos, como *bater carteira*. Eram os meninos de rua, famosos no Brasil dos anos 1980, que conviviam com o uso da *cola de sapateiro* e do álcool desde muito novos (GREGORI, 2000). Gregori (2000) descreve a ‘viração’ como a estratégia de sobrevivência de meninos e meninas na rua; trata-se de uma habilidade de transitar pelas diferentes representações sobre si de modo a se alcançar algo desejável, apreendida na experiência da vida na rua.

Meninos de rua, mas “e as meninas?”, pergunta-se Maria. Muitas dessas meninas eram levadas para a casa de Dona Mocinha, uma antiga moradora do bairro falecida este ano. Dona Mocinha abria as portas de sua casa na favela, uma autoconstrução ainda em processo, para receber as jovens trazidas por Maria, e também alguns meninos. Ali ficavam e tinham proteção e alimento, a famosa *picanha* (pés de frango recolhidos nas feiras do bairro), que é lembrada com afeto por diversos moradores.

O cortejo do velório de Dona Mocinha, dizem, foi o maior visto naquela comunidade em muitos e muitos anos. Joana, muito triste após a morte de Dona Mocinha, repetia “que Deus receba nossa *véia*, quantas saudades vou sentir de minha *véia*”. Ela era a mãe de muitos. Após algum tempo, Maria, Dona Mocinha e outros participantes do projeto conseguem, junto à igreja católica, uma casa no bairro para continuar o trabalho. Foi assim que o local ficou conhecido como Casa das Meninas.

A atuação de Maria tinha relação com a igreja católica, em especial, as Comunidades Eclesiais de Base e os padres combonianos que viviam (e ainda vivem) em um seminário no bairro. Na mesma época de sua iniciativa com as meninas e meninos de rua, votava-se, em âmbito nacional, a promulgação da Constituição de 1988 – primeira constituição do regime democrático iniciado em 1983 após 21 anos de ditadura civil-militar no país –, conhecida como Constituição Cidadã.

Além disso, eram cada vez mais fortes as articulações em favor da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Maria e seus companheiros do Distrito de Rosa estavam diretamente envolvidos nessa disputa política. Acreditava-se nesse momento que a redemocratização nos levaria, progressivamente, à consolidação dos direitos civis e sociais no país. A bibliografia especializada apontava para temas como cidadania, participação popular e democracia. Apostava-se na integração dos pobres a partir da garantia de direitos básicos,

como, por exemplo, a saúde, a partir da criação do SUS (Sistema Único de Saúde), sistema de saúde gratuito e de acesso amplo em todo país.

A vitória do ECA (1990) e da nova Constituição (1988) indicavam o fortalecimento dos movimentos de base que permitiram, ao longo dos anos 1980 e 1990, que a Casa das Meninas se tornasse o Centro de Direitos Humanos do Parque São Jorge e o Centro de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) do território. Os CEDECAs são instituições responsáveis por zelar pelo cumprimento do ECA, exercendo a função de controle social através da organização de membros da sociedade civil frente às políticas públicas voltadas para essa faixa etária. Feltran (2011) estudou com detalhes uma dessas instituições também no município de São Paulo. Durante esse processo, na mesma década, algumas moradias foram construídas na favela do São Jorge através das doações de um importante padre italiano, membro da paróquia local. Entre elas, a casa de Joana.

Ao chegar, vejo que a casa está enfeitada com objetos de Natal no portão recém-colocado. As plantas estão lindas e muito vivas. A chuva daquela tarde faz com que o cheiro da umidade e da fossa ao lado de sua casa fique mais forte. Grito seu nome na porta e ela me convida para entrar. O lugar continua muito parecido com as últimas vezes nas quais lhe visitei. São inúmeros os enfeites, como cartazes dos Racionais MC's e do Santos FC, que decoram sua parede. Joana guarda em sua casa parte de seus achados nas coletas de reciclagem e os transforma em enfeites e decorações, tendo como resultado paredes repletas de fotografias, recortes de jornais etc. Nos sentamos para conversar e Joana passa a me contar as lembranças dos últimos dias. Casamentos que começaram e outros que acabaram, notícias dos amigos próximos.

## **Crime e Polícia**

Nos detemos nos assuntos sobre crime, *proceder*, *debates*, *fluxos* e polícia. Um caso havia chamado minha atenção, e pedi a Joana que me explicasse com calma: um estupro ocorrido na favela gerou uma contenda. Nas periferias de São Paulo, os moradores podem recorrer a diferentes instâncias em busca de justiça (FELTRAN, 2010b). O que guia tal escolha é o tipo de problema ou injustiça enfrentado. No nosso exemplo, Dandara – mulher pernambucana, branca, por volta de 50 anos – figura central nos ordenamentos cotidianos da favela, está *sumida* por conta de um *debate* em que se envolveu. Os *debates* (MARQUES, 2010b) são instâncias deliberativas, organizadas pelo *crime*, para a resolução de conflitos. Nos

*debates*, as partes envolvidas no litígio são ouvidas e os *irmãos* decidem sobre qual é a saída para a resolução do problema.

Os *debates* estão ligados à expansão do *mundo do crime* (FELTRAN, 2010b). Essa expansão ocorre, ao menos desde os anos 1990, com a expansão dos mercados ilegais, o aumento das taxas de encarceramento, o surgimento do PCC e seu fortalecimento enquanto instância legítima de regulação dos conflitos cotidianos nas periferias paulistas. No início, os *debates* eram uma forma de resolução dos conflitos entre bandidos (HIRATA, 2018, p. 202), mas se expandem para conflitos cotidianos, como brigas entre casais, entre outras. Dandara é muito *considerada* no mundo do crime e foi chamada para resolver a contenda. Como manda o *proceder*, chamou os *irmãos* para um *debate*. O *proceder* se refere a um conjunto de condutas esperadas daqueles que estão no mundo do crime, Com a expansão do léxico e dos códigos desse mundo nas periferias, tornou-se uma expressão popular para se referir às condutas valorizadas como corretas e esperadas no cotidiano, de maneira geral, entre alguns estratos populacionais nas *quebradas*.

O *salve* (ordem) para a morte do rapaz acusado de estupro foi dado. No entanto, sua esposa não aceitou a decisão e denunciou o caso para a Polícia Militar. Dandara está em cumprimento de liberdade condicional e, temendo por sua condição, se auto isolou até que o assunto fosse resolvido. Dandara não conduziu os debates, está afastada dos negócios do crime, no entanto, esse era um caso de *procedimento*. Tratava-se de um problema moral, o estupro não era permitido, portanto, *alguém precisava fazer alguma coisa*.

No caso de Dandara, o ordenamento legítimo para resolução dessa conduta era o *crime*. A polícia, por sua vez, respondeu à esposa do acusado que não estava interessada no problema, dizendo “não era nem pra ter nos chamado, nós não temos nada a ver com isso”, confirmando que a legitimidade para a resolução do conflito estava centrada em outro ator. Para os policiais, esse também é um assunto *do crime*.

O exemplo nos mostra como, por um lado, Dandara, já conhecendo o *proceder*, acionou aqueles que considerava serem capazes de fazer justiça em casos de violência sexual. Se provado em *debate*, o estupro é considerado inaceitável nas condutas cotidianas e, portanto, deveria ser punido com a morte. Aquele que comete violência sexual, se provada nos termos do debate, torna-se *estuprador*, uma posição de alteridade radical. A esposa do acusado, esgotadas as possibilidades de acordo com o *crime*, procura aqueles que seriam, nesse caso, seus opositores: a Polícia Militar. No entanto, os policiais também conhecem o



*proceder* e nada fariam. Tal atitude produz a expulsão da esposa da favela, decidida em outro *debate*, validando a posição de Dandara.

Joana passa um café em sua cafeteira italiana e seguimos conversando. O assunto agora era a volta dos *grandões* para a *quebrada*. São chamados de *grandões* os donos de algumas das biqueiras da região, sendo uns dos poucos que ascenderam financeiramente na trajetória criminal. São também aqueles que ativam a memória de um tempo em que os conflitos cotidianos eram resolvidos pelo *crime*<sup>15</sup> e, por isso, são, ao mesmo tempo, admirados e temidos. Provavelmente teriam vindo para receber algum dinheiro e “ver como estavam as coisas”. Tinham vindo também para fazer o *fechamento* de uma *biqueira* – pontos de venda de drogas ilícitas – após o final de ano, 10 mil reais<sup>16</sup>.

Joana me conta que as coisas haviam sido *sinistras* no final de 2018. Apesar de grandes festas de fim de ano, as negociações com a Polícia Militar foram conflituosas. Como exemplo, me conta sobre dois *fluxos* (bailes de rua realizados em territórios de periferia, ver capítulo 3). O primeiro, realizado em comemoração ao aniversário do Dinamite FC, time de várzea que representa a favela. O time mantém boas relações com os *irmãos* que atuam no Parque São Jorge.

Essa relação permite a troca de mercadorias políticas (MISSE, 2010; HIRATA, 2018) com os agentes policiais. Essas mercadorias podem ser o *acerto*, *arrego* ou o *combinado*, ou seja, o pagamento dos agentes através de dinheiro ou garantias simbólicas entre agentes e criminosos. O *acerto* possibilita a realização de um *fluxo* tranquilo. Hirata e Grillo (2017) demonstram como, nos mercados informais e especialmente no mercado de drogas ilícitas, é decisiva a interação entre os atores que participam diretamente das vendas e os agentes responsáveis pelo seu controle.

O *acerto* ou as mercadorias políticas regulam os mercados informais, lícitos ou ilícitos, trocando serviços cujos valores dependem de “avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças” (MISSE, 2006). No entanto, na semana seguinte foi realizado outro *fluxo* em comemoração ao aniversário da favela. Este, organizado de maneira espontânea. Segundo Joana e relatos de outros interlocutores, os policiais pareciam estar *cheirados* (sob efeito de cocaína). Os presentes no *baile* contam que os agentes

---

<sup>15</sup> Quando me refiro ao *crime*, estou utilizando a expressão de meus interlocutores quando referem-se a um conjunto de pessoas específicas que atuam no universo criminal. Quando me refiro a mundo do crime trata-se da ideia de uma expansão dos códigos, léxicos e performances associados ao crime para o cotidiano das periferias. Não se tratam aqui de práticas criminais.

<sup>16</sup> Sobre o funcionamento das *biqueiras* em São Paulo, ver Hirata (2018).

apontavam armas para a cabeça das pessoas e disparavam tiros com balas de borracha. Um desses tiros acertou o olho de uma menina de 12 anos.

A menina frequentava as aulas de capoeira do CDH Rosa. Maria – a mesma Maria que trouxera Joana na década de 1980, hoje advogada, segue atuante e se tornou uma figura central no trabalho jurídico realizado pelo CDH Rosa – estava à frente do caso em questão e pedia que Joana testemunhasse. “Ela não mora mais aqui, eu moro. Eu estou fora”. Maria, na época, vivia em outro bairro. Em outras ocasiões, mudou-se de estado para escapar das ameaças contra sua vida, decorrentes do trabalho com direitos humanos. Joana narrava algo comum nas denúncias de abuso policial: a fragilidade e a exposição daqueles que ficam no território e podem sofrer retaliações violentas por parte de agentes estatais ou criminais.

Por fim, ela me conta que, no dia primeiro de janeiro de 2019, mataram um rapaz com 8 tiros na face, perto de sua casa. Esposa e filha estavam no carro. “Dizem que é polícia, dizem que é crime, dizem que é acerto. Sabe, Jana, aumentou o número de polícia, mas não é nem sobre a quantidade, é sobre como eles estão chegando”. José – nosso motorista – e Joana, agora, descrevem um cenário de transformações sociais marcado pela percepção da mudança quantitativa e qualitativa na presença de um importante ator social nas periferias paulistas, a Polícia Militar. José, motorista, profissão tradicional de homens da “elite” das periferias (DURHAM, 1973), e tradicionalmente marcada por pensamento conservador, sente-se seguro com a diferença notada no modo de a polícia agir mais recentemente. Joana, moradora da favela, já não pensa da mesma forma – ela sente-se mais insegura agora.

Embora ambos enunciem o mesmo fato, seus conteúdos são precisamente diferentes no que eles enunciam. Isso é o que Rancière (2005) chama de desentendimento: quando ambos os sujeitos falam *y*, mas não podem se compreender sobre o que é *y*, dado que partilham de mundos (a partilha de tempos e espaços), ou seja, matrizes interpretativas do que é o mundo, distintas. Para José trata-se de mais segurança, para Joana de mais conflito violento.

## **Cidade e Diferença: situando o problema e a proposta de análise**

Reconstruídas as categorias que orientaram o debate acerca do conflito urbano, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, nas últimas décadas, é hora de situar-me

frente a elas.<sup>17</sup> Cada uma das personagens descritas acima, todas oriundas das periferias paulistas, têm, no entanto, perspectivas muito distintas sobre as próprias favelas. Como mostra Feltran (2014), seus pertencimentos ao território, suas famílias e religião, os códigos de conduta que acionam, os programas sociais que frequentam, sua inscrição nos mercados e os modos como a violência urbana atravessa suas vidas e é por eles ordenada são muito diferentes. Suas perspectivas partem de *posições* sociais distintas no tecido periférico, posições que também diferenciam suas leituras e, mais do que isso, as gramáticas que permitem a leitura que fazem do conflito urbano.

Diante dessa problemática, interessa-me compreender quais categorias e gramáticas importam para que essas posições sejam tão distintas e, ainda, quais são as regularidades que atravessam essas trajetórias e compõem, portanto, um núcleo comum de sentidos nessas categorias. Quais lógicas operam as classificações sociais que atravessam a vida cotidiana e que emergem do conflito urbano contemporâneo? Se tomarmos os extremos dessas posições, opondo as formas de José e Joana enquadrarem o problema do conflito violento nas *quebradas*, hoje, o que permite que experimentem e interpretem o mundo urbano de formas tão díspares? Não seriam ambos *pretos, periféricos e pobres*? Como são tão diferentes suas posições? Poderíamos analisar esse exemplo a partir de diferentes lentes.

Muito provavelmente, se contássemos essa história em um sindicato trabalhista, poderíamos ouvir que José possui um *trabalho precarizado* e, por isso, aliena-se não *tomando consciência* do controle estatal exercido através da polícia. Se em uma reunião de um coletivo negro, por outro lado, poderíamos ouvir que Joana enquanto uma mulher preta estaria, estatisticamente, mais exposta ao conflito violento e por isso temeria por sua vida<sup>18</sup>. Em um culto na Assembleia de Deus - igreja frequentada por José - seria plausível escutar que ele, um trabalhador temente a Deus, *cidadão de bem*, não teria o que temer frente aos policiais que punem apenas aqueles que estão desviados do *certo*, ou seja, os policiais estão preocupados com *bandidos*. Já Joana, precisaria *encontrar Jesus*.

As explicações não representam a totalidade de sujeitos e narrativas presentes nesses coletivos e espaços. No entanto, apesar de caricaturas, nos ajudam a demonstrar como diferentes matrizes interpretativas coexistem no mundo cotidiano e construir nosso problema

---

<sup>17</sup> Reconstruir a história da sociologia urbana brasileira, ou seja, realizar uma sociografia desse campo de estudos, renderia sem dúvida uma tese completa, esforço que tem sido realizado por diferentes pesquisadores. Ver Valladares e Freire Medeiros (2002); Machado da Silva (2014); Jussara Freire e Lia de Matos Rocha (2010); Daniel Hirata (2018).

<sup>18</sup> As mulheres negras representam 61% das mortes por feminicídio no Brasil em 2019 (ANUÁRIO, 2019).

analítico. Essas matrizes interpretativas ou lentes são aquilo que chamo de ‘gramáticas’. A primeira, o sindicato, justifica a posição de José a partir de uma leitura marxista: um mundo cindido pela luta de classes produz a alienação do trabalhador e permitiria a ele imaginar usufruir da segurança prometida pelo Estado. A segunda tem a matriz racial enquanto chave interpretativa. A desigualdade racial que expõe o corpo negro a altos índices de violência letal seria responsável pela posição de Joana. Já o último conjunto de explicações tem como pressuposto uma moral dicotômica que divide o mundo entre bem e mal. A favela território do *errado* em oposição ao trabalho empreendedor e edificante.

As justificações (BOLTANSKI&THÉVENOT, 1991) traduzem o problema em categorias que buscam explicar a questão, e trazem junto o mundo no qual essas explicações são válidas. As duas primeiras apoiam-se na experiência das lutas sociais de seus membros e/ou em dados científicos; a última em um mundo místico cindido entre bem, mal, sagrado e profano mediado pela crença espiritual. Seus ruídos reverberam em espaços distintos: sindicatos, movimentos sociais, igrejas. Conceitos como o de ‘regimes normativos’ (FELTRAN, 2020a) e da coexistência de diferentes ordenamentos no mundo urbano (MACHADO DA SILVA, 2008; MISSE, 2006) estão justamente descrevendo um mundo empírico no qual esses diferentes regimes ou matrizes coexistem. Movimento similar ocorre na literatura internacional com Stepputat (2013; 2015; 2018) e o conceito de ‘expressões de soberania’, Cefaï (2016) e a noção de ‘arenas públicas’ ou Thévenot (2006) e os ‘regimes de engajamento’.

O que todas as explicações às quais esses autores se opõem têm em comum, todavia, é um recorte do mundo social que nos permite explicá-lo através de uma lente única. O movimento analítico que me importa, aqui, é pluralizar essa lente para mover-me por diferentes perspectivas, posições, compreendendo então as gramáticas que as fundamentam e os choques que se produzem entre elas.

A atribuição de maior importância a uma única categoria de diferença que explicaria o mundo – negro, mulher, lésbica, ladrão, cidadão de bem – incorre invariavelmente em uma agregação analítica que arrisca homogeneizar e/ou essencializar os sujeitos que observa. O que essas categorias, assim utilizadas, não parecem dar conta é da heterogeneidade das trajetórias de José e Joana ou dos códigos dominados por ambos.

\*\*\*

Nos estudos sobre o conflito urbano foram produzidos, ao longo das décadas, uma série de argumentos consistentes e variados em torno das categorias pobreza, marginalidade, violência, periferias urbanas e criminalidade. Entre 1960 e 1980, os trabalhos argumentavam que a ‘questão social’ (CASTEL, 1998) que atravessava o conflito urbano brasileiro era a necessidade de integração dos pobres (caracterizados também como classe trabalhadora ou classes populares, na perspectiva marxista) urbanos (FELTRAN, 2014; MOTTA, 2017).

Essa perspectiva enfatizava temas como a expansão da cidadania, melhoria nos indicadores sociais (desigualdade de renda etc.), redemocratização e consolidação da participação social em conselhos, estabilização da democracia nacional, políticas habitacionais, expansão do consumo e crédito. O enquadramento tinha como aposta que, através da inserção no mercado de trabalho formal e do acesso a direitos, seria possível mitigar um problema social que passava por pressupostos de integração e coesão social.

Por outro lado, desde os anos 80, também eram denunciados o aumento da insegurança e a militarização da ordem urbana, a crescente criminalização da pobreza e sua instrumentalização pelos mercados imobiliários e de segurança privada, o aumento progressivo do encarceramento e das políticas de internação compulsória de usuários de drogas, além da incriminação dos movimentos sociais e dos atentados aos direitos civis (Feltran, 2014, p. 496). Se a aprovação da Constituição Cidadã em 1988 e a do ECA em 1990 impulsionavam os trabalhos sobre democracia, participação popular e direitos sociais e civis, as periferias urbanas em São Paulo viviam, nos anos 1990, a chegada de mercados transnacionais como o mercado ilegal de cocaína.

Essa última vertente de estudos estava observando esse mundo social no qual a promessa de integração social parecia não se realizar. Ao contrário, a violência urbana passava a se tornar a principal categoria interpretativa do mundo empírico. Na mesma época, as estatísticas sobre crime aumentam, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, com a expansão dos mercados ilegais (HIRATA, 2018; FELTRAN, 2011; MISSE, 2006). Por isso, a partir dos anos 1990 e, com mais força, nos anos 2000, a questão central para a interpretação do conflito urbano brasileiro passa a ser a gestão do conflito violento que traduz o problema da pobreza nas cidades em um conflito criminal (MOTTA, 2017; FELTRAN, 2011; 2014; MACHADO DA SILVA, 2010; 2011; MISSE, 2008).

Os mesmos fenômenos sociais poderiam ser observados por essas vertentes de maneiras muito distintas. Se tomássemos como exemplo a regulação dos homicídios em São Paulo nos anos 2000, aqueles preocupados com a consolidação democrática poderiam apostar

em um avanço da integração dos mais pobres, um avanço civilizatório, nos termos de Elias (1994). Por outro lado, aqueles preocupados com os conflitos criminais e com as narrativas de violência nos territórios de periferia perceberam a emergência de um novo ator: o Primeiro Comando da Capital (PCC), com sua política de controle dos homicídios internos ao mundo do crime.

Esse desentendimento, ou a produção dessas diferentes interpretações, é produzido por um efeito similar aos das justificativas acerca do conflito de José e Joana. Nesse caso, todas as personagens dessa introdução poderiam caber em Grandes Categorias tais quais classe, raça, gênero, pobreza, periferia. Essas categorias têm como característica o pressuposto de uma homogeneidade empírica que agrega analiticamente uma infinidade de sujeitos (FELTRAN, 2014). No entanto, as experiências dessas personagens escapam a essas divisões categoriais, ao menos quando utilizadas isoladamente. Isso porque José não é apenas negro, ou apenas homem, ou apenas morador de periferia, da mesma forma que Joana não é apenas favelada ou mulher negra. A experiência vivida por esses sujeitos combina uma série de categorias produtoras de diferença. Há um descompasso produzido pelo contraste entre aquilo que chamarei aqui de “Grandes Categorias” (classe, raça, gênero, pobreza, periferia, território, crime) e a experiência vivida.

Nos estudos urbanos brasileiros, alguns trabalhos tentaram dar conta desse problema e inspiram a arquitetura deste texto, a partir de conceitos como “regimes normativos” (FELTRAN, 2011; 2020a), “ordenamentos coexistentes” (MACHADO DA SILVA, 1999) ou inspirados nos trabalhos de Veena Das (2004), com a ideia de “margens do estado”. Todos eles nos ensinam que o cotidiano e as situações rotineiras e disruptivas nos permitem compreender os diferentes cursos de ação e seus respectivos parâmetros e que não há uma única ordem em operação nas cidades, mas uma série de gramáticas que coexistem produzindo conflitos e arranjos situacionais. De maneira geral, esses estudos buscam quebrar com uma noção de periferia circunscrita em um território apartado e exótico.

Esses trabalhos me parecem apontar para uma ruptura nas visões totalizantes a respeito do conflito urbano. Apesar disso, mesmo inserindo novos atores em suas interpretações, descrevendo exaustivamente seus interlocutores, certos aspectos do conflito urbano permanecem tangenciando suas análises. De maneira geral, essas etnografias preocupam-se em descrever os sujeitos, seus corpos, cor da pele, gênero, formas de vestir, falar e performances. No entanto, esses conteúdos apesar de comporem suas descrições, estão em segundo plano em suas análises.

Nesse sentido, chamam atenção os trabalhos nos quais essas descrições aparecem em primeiro plano, como os de Rui (2012), preocupados com as técnicas e práticas corporais dos sujeitos que circulam pela cracolândia em São Paulo, assim como alguns trabalhos que tratam da relação entre estética e conflito urbano (BERTELLI, 2012; DE PIERI PIMENTEL, 2015), preocupados com a emergência de movimentos como o RAP e o Punk em São Paulo e as figuras públicas em torno das periferias.

Outros campos das ciências sociais também enfrentam dilemas similares aos apresentados. Entre eles estão os Estudos sobre Gênero e Sexualidade e/ou Estudos Feministas e os Estudos das Relações Étnico-Raciais. No campo dos Estudos Feministas, por exemplo, a categoria “mulher” tornou-se um problema epistemológico (PISCITELLI, 2002). Uma série de experiências não ocidentais, não brancas e não hegemônicas passaram a não caber em seu escopo. Se não há uma mulher universal e se a diferença sexual não se dá da mesma forma em todos os cantos do mundo, como explicá-la? O campo das discussões sobre raça, por sua vez, se deparou com um sujeito “negro” e uma noção de “identidade” (HALL, 2004) que não conseguia mais explicar uma infinidade de corpos e sociabilidades pós-coloniais.

As Grandes Categorias, portanto, aquelas que tentam abarcar uma infinidade de sujeitos – nesse caso, mulher e negro – passam a ser contestadas. Várias respostas para esses problemas foram construídas ao longo das décadas em ambos os campos. Nos Estudos sobre Gênero e Sexualidade, chamam atenção os trabalhos acerca das ‘interseccionalidades’ (CRENSHAW, 1989; PISCITELLI, 2008; FACCHINI&FRANÇA, 2009; MOUTINHO, 2014; DAVIS, 2016), ‘categorias de articulação’ (MCKLINTOCK, 2010) e ‘consustancialidades’ (KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014). Além disso, os trabalhos que introduzem o conceito de gênero (BUTLER, 2003), as discussões sobre masculinidades (CONNEL, 1995) e as feministas negras (CRENSHAW, 1989; hooks, 1995; GONZALEZ, 1982) também seguem uma linha de contestação dos perigos da essencialização. Piscitelli (2008) e Moutinho (2014) realizam trabalhos de revisão aprofundados acerca desses campos.

Essas abordagens diferem entre si pelas diferenciações em como são pensados “diferença” e “poder” e também em como é pensada a ideia de “agência” concedida aos sujeitos. Segundo Piscitelli (2008), a interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram diferentes opressões que fluem ao longo de tais eixos produzindo em suas confluências aspectos de desempoderamento. Piscitelli (2008) critica essa noção por apresentar uma fragilidade: a fusão entre as noções de “diferença” e “desigualdade”. A autora

aponta que as leituras críticas sobre interseccionalidade consideram essa leitura de Crenshaw (1989) expressiva de uma linha sistêmica, ou seja, que destaca o impacto do sistema ou estrutura sobre a formação do sujeito.

As críticas, portanto, são feitas com relação aos fatos de gênero, raça e classe serem pensados como sistemas de dominação que determinariam identidades vinculadas, exclusivamente, a um efeito de subordinação social; e de a noção de “poder” ser tratada como uma propriedade que uns têm e outros não e não como algo relacional, no sentido foucaultiano. Ainda com Piscitelli (2008), a autora aponta que há uma segunda abordagem, denominada pela bibliografia acerca do tema de “construcionista”, destacando os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. Nessa abordagem, informada pela noção de “poder” de Gramsci - como lutas contínuas por hegemonia - e pela noção de articulação - entendida como uma prática relacional entre elementos que, como resultado, modificam a identidade - traçam-se distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, ou seja, diferença e desigualdade.

Portanto, os marcadores de diferença - gênero, classe, etnicidade, sexualidade, nação - não aparecem apenas como formas de categorização de subordinação, mas oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam as ações. Aqui, situamos, segundo Piscitelli (2008), autoras como McKlinton (2010) e Brah (2006). McKlinton (2010) afirma que raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiência que existiriam isoladamente uns dos outros, nem podem ser encaixados como se fossem peças de um Lego. Essas categorias existem em relação e por meio dessas relações. Por esse motivo são chamadas de “categorias de articulação”. As categorias de diferenciação existem em relações contraditórias, recíprocas, tensionadas. Tomo como inspiração, especialmente, os trabalhos de McKlinton (2010) e Brah (2006) acerca das noções de ‘diferença’ e ‘marcadores sociais da diferença’.

Nos trabalhos sobre as relações raciais, a virada cultural nas Ciências Humanas através dos Estudos Culturais, com os debates Pós-Coloniais (COSTA, 2006) e Decoloniais (GROSFOGUEL, 2007), também segue linhas parecidas, com conceitos que pensam as identidades através de um enquadramento processual e menos fixo. Para esse campo, foram fundamentais a inserção do debate acerca do colonialismo, a recuperação de intelectuais negros como Du Bois (1999) e o estudo de epistemologias descoloniais (SPYVAK, 2010; GROSFOGUEL, 2007; SILVÉRIO&TRINIDAD, 2012). Conceitos como o de ‘experiência’ (HALL, 2004), ‘diferença’ (HALL, 2004; BRAH, 2006), ‘racialização’ (FANON, 2008), ‘cultura híbrida’ (BHABHA, 1998) e ‘diáspora africana’ (GILROY, 2001) caminham nesse



sentido. Esses estudos divergem muito entre si, mas parecem convergir para um enquadramento centrado na desessencialização dos sujeitos. Tomo especialmente as noções de ‘racialização’ da experiência (Fanon, 2008) e de identidade como um processo sempre incompleto de identificação (Hall, 2004) como inspiração na arquitetura deste trabalho.

Muito embora, só seja possível saber na experiência e na prática o que esse processo se mostra, é importante colocar aqui o conceito formulado por Hall (2004). A noção de identificação, em oposição à ideia de identidade, permitiria pensar a partir de uma ideia de processo. Ela não é, nunca, completamente determinada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, a identificação é ao fim, e ao cabo, condicional. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. (HALL, p.106, 2004) Assim, a identificação é uma articulação assumida nas interações e não uma fixidez, o que permite a quebra dos essencialismos. Para Hall, a diferença constitui-se no ato da representação, ou seja, nos diferentes regimes de representações aos quais os sujeitos são inscritos articulando tanto discursos quanto sujeitos.

A noção de racialização também rompe com uma perspectiva essencializada da identidade. Segundo Fanon (2008) o processo de racialização da experiência do outro se dá sempre através de uma relação que articula processos históricos, econômicos e sociais. De maneira que, o polo branco desse processo racializa-se na medida em que racializa o polo negro. A noção de “raça” enquanto produtora de sujeitos e discursos é, portanto, desvinculada apenas da ideia de um “outro”. Ao contrário, ela produziria ao mesmo tempo um sujeito universal “eu” e um outro "desumanizado".

O fenômeno analisado por Fanon é a colonização e mostra, por exemplo, que a racialização produz uma desumanização do colonizado. Ainda sobre isso, a ideia de construção do negro sobre a qual Fanon se debruça, argumenta que a construção da identidade do branco enquanto homem articula-se a do negro enquanto não homem. Ou seja, Fanon nos convida à reflexão sobre a construção do sujeito frente ao outro e argumenta que a construção da ideia de “não homem” só é possível a partir da construção de balizas e pressupostos que definem quem pode ser constituído enquanto homem.

Como aponta Efrem Filho (2014), esses campos não são homogêneos entre si, mas o que permanece em relevo e inspirou a construção deste texto são os “entrecruzamentos e as reciprocidades constitutivas entre as relações sociais” (EFREM FILHO, 2014, p. 49). Ao longo do texto, portanto, busco discutir essas reciprocidades observadas em campo à luz das contribuições teóricas dessas(es) autoras(es). Esses movimentos teóricos são o ponto de

partida para a construção de minha questão de pesquisa. Se voltamos ao problema de José e Joana, do qual partimos, me interessa compreender quais categorias importam para que se desenhe cada curso de ação. José pode se sentir mais seguro com a presença policial por sua posição de classe, no entanto, se não considerarmos seu pertencimento à igreja Assembleia de Deus, sua leitura empreendedora do mundo do trabalho, ou seu esforço de distinção entre bem e mal, perderíamos de vista parte importante de sua narrativa.

O mesmo com Joana, não basta, ainda que explicativamente, observarmos sua negritude. José também é negro. No entanto, o que diferencia a narrativa de Joana? A intersecção entre seu pertencimento territorial, o domínio dos códigos das ruas e do crime, sua trajetória nas lutas sociais ou na *viração* (GREGORI, 2000) como *menina de rua* e a desigualdade racial combinados nos dão mais pistas. Apesar do fato comum (a mudança qualitativa e quantitativa da presença policial nas periferias), a narrativa de segurança ou insegurança é sempre sentido vivido em um continuum de possibilidades limitadas pelo plausível em cada situação, esse continuum é o que precisamente me interessa.

\*\*\*

Dito isso, há uma tradição dos estudos urbanos em São Paulo que me interessa recuperar em especial, materializada no trabalho de Néstor Perlongher (1987). O “Negócio do Michê” propunha uma discussão sofisticada entre a Escola de Chicago, através de uma reinterpretação mais contemporânea da tão criticada noção de ecologia urbana de Park (1984), e a ideia de código território de Deleuze (1980). Ao olhar para os *michês* no centro de São Paulo, Perlongher (idem) se deparava com identidades muito pouco fixas, que se rearranjavam a depender das situações urbanas às quais estavam expostas. Essas identificações, para usar o termo de Stuart Hall e pensá-lo de modo situacional, eram intrinsecamente vinculadas aos trânsitos territoriais, que os conduziam a territorialidades distintas, diferentes.

Essas operações realizadas pelos sujeitos não se consumam no vazio e, sim, num lócus social, por isso, para o autor, importava a ideia de territorialidade em oposição a uma identidade essencialista. A identificação trazia algo de comum entre seus interlocutores – eles eram *michês* – mas o mesmo *michê* se mostrava ao mundo de formas muito diferentes em cada situação, em cada território, em cada performance. Para isso, interessavam a Perlongher as distinções internas ao mundo da prostituição viril. Interessava saber quais eram os critérios

das classificações sociais e como os sujeitos operavam essas distinções. Porque essas distinções não se faziam no vazio, mas no mundo urbano tal como ele se apresentava.

Os contrastes internos ao mundo estudado produziam um espectro de narrativas e representações, um continuum, como aponta Néstor Perlongher (1987), que nos interessa porque coloca em relevância uma *política dos marcadores* versus uma *política da experiência* (ou do cotidiano). Observar esse continuum nos ajuda a compreender as situações e atores nos quais leituras reificadas dessas categorias aparecem e, ao mesmo tempo, as situações em que seus sentidos são contingentes e negociados.

Na bibliografia contemporânea, essa tradição é recuperada no âmbito do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (Unicamp), muito conectado aos trabalhos sobre gênero e sexualidade, e também pelo Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP), no qual a antropologia urbana aparece relacionada às discussões de gênero, sexualidade e raça. Nessa tradição, me interessam em especial os trabalhos de Efreim Filho (2017a) e Lins França (2012). Na literatura internacional, movimento similar é observado por autores como Salo (2018), Jensen (2008) e Fischer (2004).

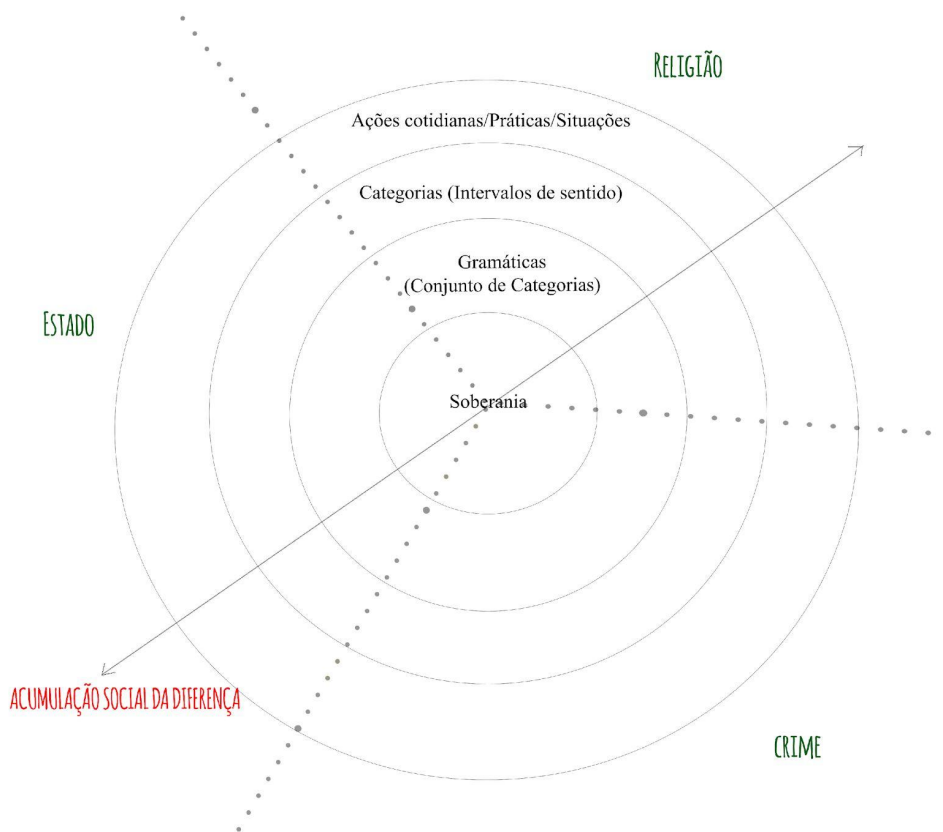
## **Proposta de análise e organização da dissertação**

O objetivo desta dissertação foi compreender a relação entre o conflito urbano e a diferença. Como já dito, o conflito urbano é tomado como o choque entre as gramáticas em operação na sociabilidade das cidades que emerge como diferença. Essas gramáticas são os sentidos de mundo que acompanham as diferentes categorias que marcam a diferença. Portanto, quando os sujeitos agem frente às situações cotidianas, eles mobilizam em seus corpos, enunciados e performances, categorias que informam sobre as classificações sociais. Essas categorias informam os sentidos do que os indivíduos compreendem enquanto raça, gênero, trabalho, nação, crime, geração, território.

Por exemplo, quando José, o motorista, fala sobre os perigos do Parque São Jorge, ele fala sobre sua compreensão acerca da cidade. Sua fala diz sobre o que ele compreende como favela e como perigo. Essas são gramáticas de compreensão dos territórios. Suas falas sobre segurança também falam sobre os sentidos do Estado para ele, bem como suas falas sobre empreendedorismo falam sobre os sentidos do trabalho.

Por isso, tomo como ponto de partida que conhecer as gramáticas das classificações sociais, e suas correlações de força, diferenciadas e situacionais, nos ajuda a compreender um longo percurso de continuidades e mudanças sociais e políticas (SIMÕES, FRANÇA&MACEDO, 2010, p. 42). Dessa forma, interessa-me o conflito urbano relativo às diferentes posições que emergem dos *processos de diferenciação* em operação no cotidiano das cidades. Como forma de ilustrar a questão, proponho o esquema analítico a seguir:

**Figura 1** – Esquema Analítico.



Fonte: elaboração própria, 2020.

Buscarei ao longo da dissertação, sugerir uma aproximação entre a literatura dos estudos urbanos e os estudos preocupados com a produção social da diferença. O esquema analítico proposto acima tenta dar conta do problema. Cada um de seus círculos concêntricos será trabalhado em um dos capítulos que compõem o trabalho.

Chamei o capítulo 1 de “Clementina: entre gramáticas e desentendimentos”. Este capítulo dará conta, justamente, das gramáticas explicadas acima. Clementina nos guiará ao longo deste capítulo. Sua trajetória e uma série de cenas vividas em sua companhia serão nosso material empírico, mas também analítico. Minha própria trajetória e as de meus familiares, reconstruídas em simetria com a sua, finalizam a composição dos elementos a se investigar. Longe de um exercício biográfico, a reconstrução dessas trajetórias intenta organizar os parâmetros pelos quais foi possível que Clementina e eu ocupássemos posições tão distintas no conflito urbano e leituras tão distintas do que deveria ser feito para mitigá-lo.

A partir da cena de um desentendimento entre mim e Clementina a respeito da exibição de um filme para o grupo de mães que acompanhávamos, este capítulo pretende compreender como as categorias que marcam a diferença enquanto experiência (BRAH, 2006) produzem lentes, que assumem sentidos diferentes na interpretação mais ampla de um tema ou problema social, a depender da perspectiva pela qual se olha para ele. Ao longo do capítulo também discuto a noção de estética como fundamento da política enquanto experiência, nos termos de Rancière (1996), e recupero o conceito de “territorialidade” ou “código território” trabalhado por Perlongher (1987) como uma possibilidade de compreensão das intersecções entre cidade, marcadores da diferença, conflito urbano e corpo, materializados na figura de “Mãe” evocada por Clementina.

No capítulo 2, chamado de “O cotidiano das categorias”, discuto as disputas pelos sentidos das categorias marcadoras da diferença que balizam as gramáticas. Começo o capítulo discutindo aquilo que venho chamando de um descompasso entre as ‘Grandes Categorias’ e a experiência vivida. Para tanto, conto a história de Preta, uma jovem de estética e sexualidade dissidentes, que apesar do aparente conforto e da simplicidade em sua autopercepção, é constantemente convocada por outros a um enquadramento categorial de sua experiência. O dissenso fundamental entre Preta e Clementina ilustra como as categorias operam enquanto “intervalos de sentido” (FELTRAN, 2017).

Pensando as negociações cotidianas da diferença (MOUTINHO, 2014), ilustro três cenas multissituadas. A primeira é a história de Caio e os limites postos pela incongruência entre sua homossexualidade e os códigos do crime, fundados pela noção de uma certa masculinidade (CONNEL, 1995). A segunda é a descrição de um evento em uma Universidade no qual debateu-se, entre outras coisas, as relações entre periferia e a educação universitária. A terceira cena é sobre Milton, um jovem que tenta largar seu envolvimento

com o crime, arrumar um emprego e entrar na universidade, mas que esbarra em uma fronteira na qual a diferença se reifica.

Essas três cenas, em conjunto, nos ajudam a pensar como a disputa pelos sentidos das categorias ultrapassa o território e mesmo os corpos onde a questão parece se situar. Veremos como os sentidos das categorias que emergem dos processos de diferenciação coexistem e conflitam entre modelos de relações ora igualitárias, ora desiguais e que, algumas delas, esbarram no que parece ser uma fronteira onde alguns sujeitos parecem não caber, uma ‘fronteira do direito’ (FELTRAN, 2007).

Dos processos de diferenciação urbana, e em especial depois de longo tempo transcorrido, emergem diferentes ‘regimes normativos’ (FELTRAN, 2012), ou seja, regimes de “dever ser” do mundo, a partir dos quais os agentes avaliam cotidianamente as condutas de seus pares e delimitam as instâncias possíveis e legítimas de justiça, punição e regulação, mas também do que é bonito ou feio, sedutor ou repulsivo etc (SIMMEL, 2010). As disputas pelos sentidos das categorias, portanto, não ocorrem sem referenciais normativos.

Por isso, discuto no Capítulo 3, chamado de “Regimes normativos e acumulação social da diferença”, 4 situações vividas em trabalho de campo que ilustram o argumento acerca dos regimes normativos. A primeira trata de uma atividade da Associação Amigos e Familiares de Presos (AFP) em uma fila de visita no Centro de Detenção Provisória Chácara Belém I, em São Paulo capital. Com essa cena discuto o regime normativo performado pelo Estado.

A segunda situação é um encontro entre Clementina, eu e Ivone, também participante da AFP. Discuto aqui detidamente o regime normativo que justifica as ações no mundo do crime. A terceira cena, trata da noção de *quebrada largada*, para com isso discutir a ideia de *proceder*, parte fundamental da constituição do mundo do crime enquanto um ordenamento moral e moralizante. Por fim, a última cena trata da atuação da Polícia Militar que parece atuar segundo um regime normativo cada vez mais independente do regime estatal (FELTRAN, 2010; 2020b). Em seguida, apresento um pequeno excerto sobre o governo das mortes em territórios de favela como o São Jorge.

Inspirada de um lado pelos autores que pensam a diferença (HALL, 2004; BRAH, 2006; MCKLINTOCK, 2010), e por outro pelos autores que pensam o governo do cotidiano das periferias (MACHADO DA SILVA, 1967; 1993; 2004; MISSE, 2006; FELTRAN 2010; 2012; GRILLO, 2013; CABANES, 2014; HIRATA, 2018; MOTTA, 2017; BERALDO,

2020), proponho que as categorias que marcam a diferença, em suas gramáticas, funcionam como balizas para a construção, a legitimidade e a operação cotidiana desses regimes normativos.

Dito isso, na parte final do capítulo reconstruo o encontro entre Clementina e Dona Jovelina, antiga moradora da favela do São Jorge, com trajetória social similar à de Clementina. Intento com isso sugerir um caminho analítico para a compreensão das regularidades encontradas nas diversas histórias que serão reconstruídas ao longo dessa dissertação, a partir do processo que chamei aqui de “**acumulação social da diferença**”, que atravessaria o conflito urbano contemporâneo, intensificado nas últimas décadas.

## **Seguindo a trilha: metodologia**

A etnografia aqui realizada se concentrou na análise de situações empíricas do mundo urbano contemporâneo, em especial, vividas no Distrito de Rosa, Zona Leste de São Paulo. Metodologicamente, tomo a etnografia como forma de compreensão dos problemas sociais através de técnicas como a observação participante, entrevistas e histórias de vida, registros sistemáticos em caderno de campo. Situações vividas por mim ao longo dos dois anos e 5 meses de realização da pesquisa são utilizadas como parâmetros para compreender o mundo social. Seguindo meus interlocutores, estive em diversos lugares para além de Rosa: hospitais, fóruns criminais, centros de detenção provisória, linhas de ônibus etc.

Ao longo dos dois anos de realização do curso de mestrado, também estive em lugares tão diversos quanto congressos da UFSCar e outras universidades, no Rio de Janeiro e em Bogotá (Colômbia), morando em São Paulo (SP), São Carlos (SP) e Copenhague (Dinamarca). Todos esses trânsitos instigaram a construção e a análise propostas neste trabalho. Tomo como pressuposto metodológico que a vida ordinária estrutura a vida urbana e, a partir da observação sistemática do cotidiano, podemos compreender suas formas sociais (FELTRAN, 2016; VEENA DAS, 2004; BLOKLAND, 2017; SIMONE, 2004; DE CERTEAU, 1994; KNOWLES, 2011).

São, portanto, as situações cotidianas que me interessam como unidade analítica de produção de diferença e conflito urbano. Como aponta Foote-Whyte (2005), para compreender um fato considerado espetacular, é preciso devolvê-lo ao seu cotidiano. Dessa forma é que a metodologia da pesquisa etnográfica foi pensada durante a confecção deste

trabalho, a partir da observação dos processos e interações vividas pelos sujeitos em situação. Importam mais os cursos de ação e seus caminhos do que um território fixo que delimitaria o objeto. Trato de uma série de cenas descritas exaustivamente e mixadas com trajetórias de meus interlocutores.

Além dos sujeitos conhecidos em campo, minha trajetória também foi descrita e analisada. Durante o trabalho de campo no distrito de Rosa, reconstruí em diário de campo situações vividas por mim em períodos equivalentes aos que descreviam meus interlocutores. Se me contavam uma história ocorrida em 2015, eu buscava descrever onde minha própria trajetória se encontrava naquele mesmo momento. Além disso, para preencher as lacunas e as imprecisões da memória, realizei longas conversas, quase sempre telefônicas com meus familiares. As conversas foram realizadas após o trabalho de campo no distrito de Rosa e após a construção das categorias importantes ao trabalho analítico. Portanto, tomei-os como interlocutores e elaborei diversas perguntas sobre suas trajetórias e percepções a respeito de suas posições no conflito urbano.

Algumas trajetórias misturam diferentes sujeitos que possuem experiências similares, formando trajetórias típicas, ou seja, observadas com regularidade durante o trabalho de campo (CABANES, 2004; TELLES, 2010). Tal possibilidade exprime, por um lado, as regularidades do mundo social e permite a compreensão de processos sociais mais amplos temporalmente. Por outro lado, visa a preservar o anonimato de meus interlocutores. Tal recurso foi utilizado especialmente nos momentos em que me refiro com mais detalhes ao mundo do crime.

Para facilitar ao leitor, chamo de Parque São Jorge os 3 bairros contíguos, situados no distrito de Rosa, pelos quais transitei e que apresentam divisões simbólicas, mencionadas quando relevantes ao texto. Dois foram os mediadores fundamentais em minha entrada em campo: Joana, já apresentada na sessão anterior, e o Centro de Direitos Humanos de Rosa (CDH Rosa). Também estive em outros dois bairros nos quais realizei visitas quinzenais e acompanhei trabalhadores do CDH Rosa – o Conjunto Habitacional Avião e a Favela da Colher. Durante 5 meses, permaneci morando no Parque São Jorge. Além disso, acompanhei o trabalho de uma organização de apoio a familiares e amigos de pessoas encarceradas que realiza reuniões quinzenais no local.

O CDH Rosa trabalha, principalmente, na área da infância e juventude, atuando na defesa dos direitos de crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atua, especialmente, no combate a violações de direitos humanos, como



violência policial, tortura, abandono escolar, violência doméstica, entre outras. Além disso, atende os moradores do distrito de maneira geral, em aconselhamentos jurídicos e psicológicos.

A sede do CDH Rosa localizada no Parque São Jorge não é o único de seus núcleos. Pude acompanhar o trabalho de outros de seus espaços: dois núcleos de aplicação de Medidas Socioeducativas, um Núcleo de Cultura e uma Biblioteca Comunitária. Além de um Centro Comunitário inaugurado durante minha presença em campo. Circulei, especialmente, pelo Núcleo de Cultura (responsável por diversas atividades como saraus, capoeira, encontros de Hip Hop, rodas de conversa, cursinho comunitário e biblioteca comunitária). Acompanhei reuniões das equipes de trabalho do CDH Rosa, e uma reunião do Fórum da Criança e do Adolescente do Distrito de Rosa.

No território, a amizade com Joana, acostumada a receber uma série de pesquisadores em sua casa e acompanhá-los em suas incursões, me abriu uma infinidade de portas, literalmente. Segui suas trilhas, seja em sua companhia como também só, por meio das amizades e caminhos abertos por ela através da relação de *consideração* (discuto o termo no capítulo 3) que construímos ao longo do tempo. Minha relação com Joana e com o CDH Rosa também foi mediada pela relação de confiança de outro pesquisador, já em contato há décadas com o espaço e seus moradores.

O CDH Rosa, sua equipe, usuários de suas atividades e Joana tinham conhecimento prévio de meu trabalho de pesquisa. Moradores que visitei com frequência também souberam da pesquisa ao longo de nossas interações. Cenas observadas em locais informais, especialmente de lazer, já não permitiram a minha apresentação como pesquisadora e, nesse caso, estive como amiga de algum mediador e/ou voluntária no CDH Rosa. Com o passar do tempo, com a longa estadia e a permanência cotidiana, minha figura de pesquisadora se diluiu transformando-me em amiga, educadora e/ou professora.

Tal efeito, por um lado, me permitiu acessar a intimidade de meus interlocutores e apreender os conflitos que eles experimentavam através do tempo, ou seja, encontrar os mesmos sujeitos, todos os dias, faz com que as histórias sejam vividas no momento em que acontecem. Os encontros frequentes também proporcionam que se compreenda o esperado de cada situação, ou seja, com o tempo, não se faz mais necessário fazer tantas perguntas, os códigos corporais, as performances, tornam-se lugar privilegiado de análise. Por outro lado, o tempo de elaboração e reflexão acerca dessas situações cotidianas se torna cada vez menor, ao passo que se tornam também o cotidiano do pesquisador.

Encontrar o equilíbrio entre esses elementos não foi tarefa fácil. Entrevistas formais, por exemplo, pararam de fazer sentido no período de minha estadia. Durante o período, estabeleci longas conversas, registradas em diário de campo, com os/as moradoras do bairro e/ou trabalhadores/as do CDH Rosa, de maneira que o conteúdo que poderia ser apreendido nas entrevistas diluiu-se ao longo de inúmeras conversas e cenas. Muito embora eu acredite que entrevistas estruturadas pudessem ter ajudado a preencher lacunas nas histórias e trajetórias aqui utilizadas, havia um certo constrangimento próprio da relação que se construía entre todos os participantes da interação.

As trajetórias utilizadas na dissertação contam com o conhecimento e o consentimento informal dos sujeitos. A informalidade nesse caso é fundamental como princípio ético em pesquisas que tratam de temas tão sensíveis. Durante esse período, frequentei seus espaços de lazer, acompanhei o trabalho dos serviços de Medidas Socioeducativas do local, caminhei por suas vielas, becos e *escadões*, sentei-me à mesa de uma infinidade de famílias chefiadas, em sua maioria, por diferentes mulheres que compartilhavam entre si trajetórias com uma série de sofrimentos e alegrias comuns.

A amizade e o afeto construídos com as/os moradores da favela do São Jorge me possibilitaram compartilhar suas alegrias e dores, seus sonhos e problemas. Em muitos momentos me fundi, tal qual escreve Loic Wacquant (2002), em suas rotinas cotidianas. Também fui em seus barbeiros, em seus bares favoritos, os acompanhei em médicos, desfiles de carnaval, dancei em seus saraus e aplaudi suas conquistas. Vivi com eles sete mortes – entre amigos, um conhecido e adolescentes atendidos pelo núcleo socioeducativo. Presenciamos juntos a morte de uma garota em um *fluxo* em uma noite de lazer.

Acompanhamos duas prisões na Favela do São Jorge, seis operações policiais violentas entre os distintos bairros acompanhados. Corremos juntos da polícia militar nas noites e madrugadas. Andava com Joana quando ela levou tiros de borracha em uma madrugada enquanto voltávamos para casa; nos revoltamos com o júri popular que decidia sobre a morte de um de seus amigos, vi finais e inícios de relacionamentos, chás de bebês, cinco aniversários, um dia das mães, festa junina, a inauguração do novo centro comunitário, o início do seu primeiro cursinho comunitário pré-vestibular, sambas, além da final eletrizante do campeonato paulista acompanhada por todos.

No entanto, nada disso significa que me tornei do Parque São Jorge. Permaneci como o *estrangeiro* descrito por Simmel (1983), seja nos meses no Parque São Jorge, seja nos meses em Copenhague. Essas experiências de alteridade foram fundamentais para a

montagem do problema analítico centrado na diferença. Formalmente o trabalho de permanência em campo ocorreu de janeiro a junho de 2019 e estruturou-se da seguinte forma: 2 dias por semana eram reservados para a confecção de diários de campo e leitura, 3 dias por semana eram reservados para o acompanhamento dos serviços desenvolvidos pelo Centro de Direitos Humanos e circulação pelas ruas, casas, bares, comércios. Aos sábados atuei como professora no Cursinho Comunitário ‘Dona Mocinha’, desenvolvido no território.

Realizei outras visitas esporádicas ao território até setembro de 2019, período de escrita do texto de qualificação. De outubro de 2019 a janeiro de 2020, realizei um estágio de pesquisa no Danish Institute for International Studies (Dinamarca), onde trabalhei a sistematização dos dados empíricos e leitura bibliográfica. De fevereiro a julho de 2020, detive-me na escrita da dissertação e na tentativa de sobreviver aos efeitos de uma pandemia que tem transformado nossos cotidianos brutalmente. Ao longo de todo o período, desde junho de 2019 quando me mudei do Parque São Jorge, mantive relações constantes com seus moradores, especialmente Joana, Clementina, Jovelina e educadores do CDH Rosa. As discussões metodológicas estão diluídas ao longo do texto e aparecem, especialmente, durante a construção do capítulo 1 e do capítulo 3.

## 1. Clementina: entre gramáticas e desentendimentos

### 1.1. O desentendimento

Abril de 2019. Clementina e eu havíamos acabado de sair da reunião da Associação de Familiares de Presos (AFP) da qual ela é fundadora. A reunião acontece quinzenalmente no Centro de Direitos Humanos de Rosa (CDH Rosa) e, naquele dia, estiveram presentes algumas mulheres mães, avós e esposas de pessoas encarceradas. Embora não seja uma associação exclusiva para mulheres, a participação masculina nas reuniões é quase nula, com exceção do assistente social que atua na organização. Isso porque, me conta Clementina, o engajamento masculino no acompanhamento de seus entes familiares presos é muito baixo. Especialmente as mulheres em privação de liberdade relatam com frequência o abandono. A falta de visitas também marca a bibliografia sobre prisões femininas (BUMACHAR, 2016; PADOVANI, 2018).

Ao final da reunião, eu e Clementina nos dirigimos à saída. Na recepção, vi um folheto que anunciava a exibição do filme *Auto de Resistência* (2018) no encontro do grupo *Mães de Luto*, que aconteceria no dia seguinte. O filme retrata a história de mulheres, moradoras das favelas cariocas, que, após terem seus filhos mortos em homicídios cometidos por forças policiais, se organizam em associações de mães, que reivindicam a abertura de investigações acerca das circunstâncias das mortes. Eu já tinha assistido ao filme em um evento organizado pelo meu Programa de Pós-Graduação, em Sociologia, com a presença da diretora e de mães que prestaram depoimentos.

Aquela exibição havia sido um momento de muita tristeza e de intenso debate. Quase todos os presentes caíram em lágrimas ou ficaram paralisados pelas cenas e depoimentos filmados. Classificados como resistência à ação policial seguida de morte, os chamados autos de resistência são interpretados juridicamente como legítima defesa e seu autor é beneficiado por aquilo que o direito penal chama de exclusão de ilicitude. Portanto, a legalidade do homicídio é presumida já em seu registro. Como nos lembram Misse, Grillo e Neri (2015), o processamento desses homicídios praticados durante ação policial no Rio de Janeiro, realidade que o filme retrata, é distinto daquele no qual não se conhece o autor dos disparos,

já que o próprio policial confirma, no auto de resistência, que matou o suspeito em confronto. Essas mortes também entram em outras rubricas nas estatísticas criminais, não contando entre os casos considerados oficialmente como “homicídios”.<sup>19</sup>

Quase sempre essas mortes são justificadas como resultado de uma *injusta agressão* por parte das vítimas, que estariam armadas e em *áreas de risco* (favelas) (MISSE, GRILLO&NERI, 2015). A presença da arma de fogo e a vinculação do risco aos territórios de favela são fundamentais para sua legalidade e, em certa medida, para sua legitimidade social que é centrada, muitas vezes, na concepção de que o sujeito é *bandido* e, portanto, sua morte não é um problema. A ação interpretada como legítima defesa torna muito difíceis buscas por esclarecimentos acerca do ocorrido.

Pois bem, mostrando o folheto para Clementina, eu comento: “esquecemos de divulgar para as mulheres, né? Esse filme é muito bom”. Para minha surpresa, Clementina discordou frontalmente da minha opinião.

\*\*\*

Clementina nos guiará ao longo deste capítulo. Sua trajetória e uma série de cenas vividas em sua companhia serão nosso material empírico, mas também analítico. Minha própria trajetória e a de meus familiares, reconstruídas em simetria com a sua, finalizam a composição dos elementos a se investigar. Longe de um exercício biográfico, a reconstrução dessas trajetórias intenta organizar os parâmetros pelos quais foi possível que Clementina e eu ocupássemos posições tão distintas no conflito urbano, e leituras tão distintas do que deveria ser feito para mitigá-lo.

Clementina não concordou comigo e nosso desentendimento, ou dissenso (RANCIÈRE, 1996), tinha a ver com a avaliação sobre ao que as mulheres que perderam filhos deveriam ou não assistir, e se isso seria um bom mote para trabalhar a resistência das mulheres vítimas da violência estatal. A partir dessa cena, desenvolvida a seguir, este capítulo pretende compreender como as categorias que marcam a diferença enquanto experiência (BRAH, 2006) produzem lentes, que assumem sentidos diferentes na interpretação mais ampla de um tema ou problema social, a depender da perspectiva pela qual se olha para ele. O

---

<sup>19</sup> Por isso, mais recentemente o Fórum Brasileiro de Segurança Pública vem produzindo uma categoria chamada de MVI, Mortes Violentas Intencionais, padronizando os registros de assassinatos no Brasil.

capítulo, portanto, está centrado na discussão de uma das camadas concêntricas do esquema analítico que proponho nesta introdução: as “gramáticas”.

Ao longo do capítulo também discuto a noção de estética como fundamento da política enquanto experiência, nos termos de Rancière (1996), e recupero o conceito de “territorialidade” ou “código território” trabalhado por Perlongher (1987) como uma possibilidade de compreensão das intersecções entre cidade, marcadores da diferença, conflito urbano e corpo, materializados na figura de “Mãe” evocada por Clementina.

### **1.1.1. Família e trabalho: signos de organização da vida popular**

Clementina é uma mulher de baixa estatura, 57 anos de idade, negra, cabelos curtos, grisalhos e que, frequentemente, está com um sorriso largo no rosto. Moradora do distrito de Rosa, nascida e criada nas periferias da zona leste de São Paulo, é filha de migrantes cearenses e mineiros. Se Clementina já nasceu em São Paulo, a vinda de seus pais para a capital paulista é fruto dos movimentos migratórios internos das décadas de 1960 e 1970 que trouxeram uma imensa população oriunda de Minas Gerais e de estados do norte e nordeste do país para São Paulo e Rio de Janeiro (DURHAM, 1973). As periferias paulistas carregam a mistura dos sotaques pernambucanos, baianos, maranhenses, cearenses, mineiros, paraenses etc.

O polo industrial emergente, especialmente na região do ABC Paulista, atraía migrantes em busca de trabalho formal. Em 1959, por exemplo, foi instalada a primeira fábrica da *Volkswagen* em São Bernardo do Campo (região metropolitana de São Paulo/ABC Paulista). O período deste fluxo migratório interno no Brasil coincide com os governos federais de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e João Goulart (1961 – 1964). A ditadura civil-militar, em seguida, promoveu o chamado “milagre econômico” com altas taxas de crescimento industrial no sudeste, que seguia trazendo muitos migrantes até a crise econômica dos anos 1980. Esta crise colabora para o declínio do regime autoritário, mas também para o refluxo das taxas de migrantes internos.

Tal qual os pais de Clementina, meus avós também fazem parte dessa mesma geração. Já nascidos em São Paulo, são filhos de migrantes brancos espanhóis e portugueses pobres que tinham como ofício o trabalho de lavadeira e garçom no início do século XX na zona leste de São Paulo. Suas famílias eram compostas por 4 irmãos, no caso de meu avô materno e 9 irmãos, no caso de minha avó também materna. Carlos, meu avô, morador do Tatuapé e da Vila Dalila (Zona Leste), à época regiões ainda pouco urbanizadas, estudou até a quarta série e trabalhava nas grandes feiras de rua da cidade até aprender o ofício de soldador, ao acompanhar outros trabalhadores.

Na mesma época em que o pai de Clementina era absorvido pelos postos de trabalho operário das fábricas do ABC paulista, meu avô também iniciava sua vida profissional como soldador, também em fábricas no lado leste da capital paulista. Nossas histórias sociais, sobretudo a partir das passagens de geração, diferenciam-se muito. Da mesma forma, diferenciam-se os lugares em que vivemos na cidade, social e territorialmente, ao longo das gerações. A construção dessa diferença na linha do tempo, a partir das experiências díspares que se apresentaram à minha família e à família de Clementina, nos conduz neste capítulo.

Minha avó, Marta, a mais velha dos 9 irmãos, iniciou a vida profissional com 10 anos nas tecelagens do centro de São Paulo. Ela me contava sobre essa época, dizendo que os donos da fábrica eram turcos e colocavam caixotes para que as crianças, a maioria meninas como ela, pudessem alcançar os teares. Posteriormente, avó Marta deixou de ser criança e alternou a função de cozinheira com períodos como dona de casa, sobretudo após o nascimento de seus 3 filhos – Roberta, Alice e Diogo – nos anos 1960 e 1970.

A absorção desses trabalhadores migrantes como operários não se deu de maneira homogênea. Aqueles que experimentaram o trabalho operário conviveram com uma situação econômica mais ou menos estável até a crise econômica das décadas de 1980 e 1990, combinada com a reestruturação produtiva nas indústrias (ANTUNES, 2014). A reestruturação produtiva caracterizou-se pela adoção de formas mais flexíveis de acumulação capitalista como sistemas *just-in-time* (estoque zero), sistemas de qualidade, flexibilização do trabalho e enxugamento empresarial (ANTUNES, 2014). A combinação dessa nova forma de produção com a crise econômica trouxe como consequência as demissões em massa e terceirizações das etapas de trabalho nas indústrias (CASTEL, 1995; ANTUNES, 2001, 2014; LIMA, 2008).

Ao mesmo tempo que o polo industrial paulista se expandia para o interior do estado, o desemprego na Grande São Paulo, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), saltava de 8,7%, em 1989, para 19,3% em 1999. A transferência de meu avô, Carlos, para uma fábrica no interior paulista, no final dos anos 1970, foi importante. Alice, minha mãe, a filha do meio entre os três irmãos, iniciou a vida profissional aos 16 anos, em 1980, trabalhando como assistente em um consultório odontológico. A necessidade de contribuir no orçamento familiar começava a se apresentar, um pouco mais tarde do que se apresentou à sua mãe, mas os tempos eram de aumento da inflação e crise econômica.

Minha mãe é apenas 3 anos mais jovem que Clementina, é branca, cabelos crespos loiros, estatura mediana, também nascida na zona leste de São Paulo. A geração dessas duas mulheres – minha mãe Alice e minha interlocutora e amiga Clementina – herdou o projeto familiar de ascensão através do signo do trabalho formal, marcado pela inserção industrial. Nas décadas de 1980 e 1990, elas eram jovens adultas, entre 18 e 28 anos de idade. Os caminhos delas foram bastante distintos desde então. Clementina casa-se em 1982, com 18 anos e, em pouco tempo, sua família aumenta com a chegada de seus três filhos. A casa cheia demandava o trabalho doméstico, que era realizado por ela mesma.

Já Alice, com o polo industrial emergente em sua cidade, viu sua trajetória ascender a partir do trabalho operário, nos anos 1980. Teve filhos mais tarde. Conseguiu, com o trabalho, recursos suficientes para cursar uma faculdade privada, na década de 1990. Com um diploma, ascendeu para cargos de administração e, posteriormente, tornou-se professora em uma universidade privada da cidade. Se Alice ainda encontrava postos de trabalho nas indústrias, Clementina já não encontrava nas fábricas as mesmas possibilidades de ganhar a vida. Ainda moradora da região leste de São Paulo, era dona de casa e trabalhava como manicure para complementar a renda doméstica composta pelo salário do marido, à época motorista de ônibus. O trabalho continuava sendo o signo pelo qual as famílias se organizavam e pensavam seus projetos de futuro. O casamento seguia sendo o projeto de reprodução social, para as duas mulheres.



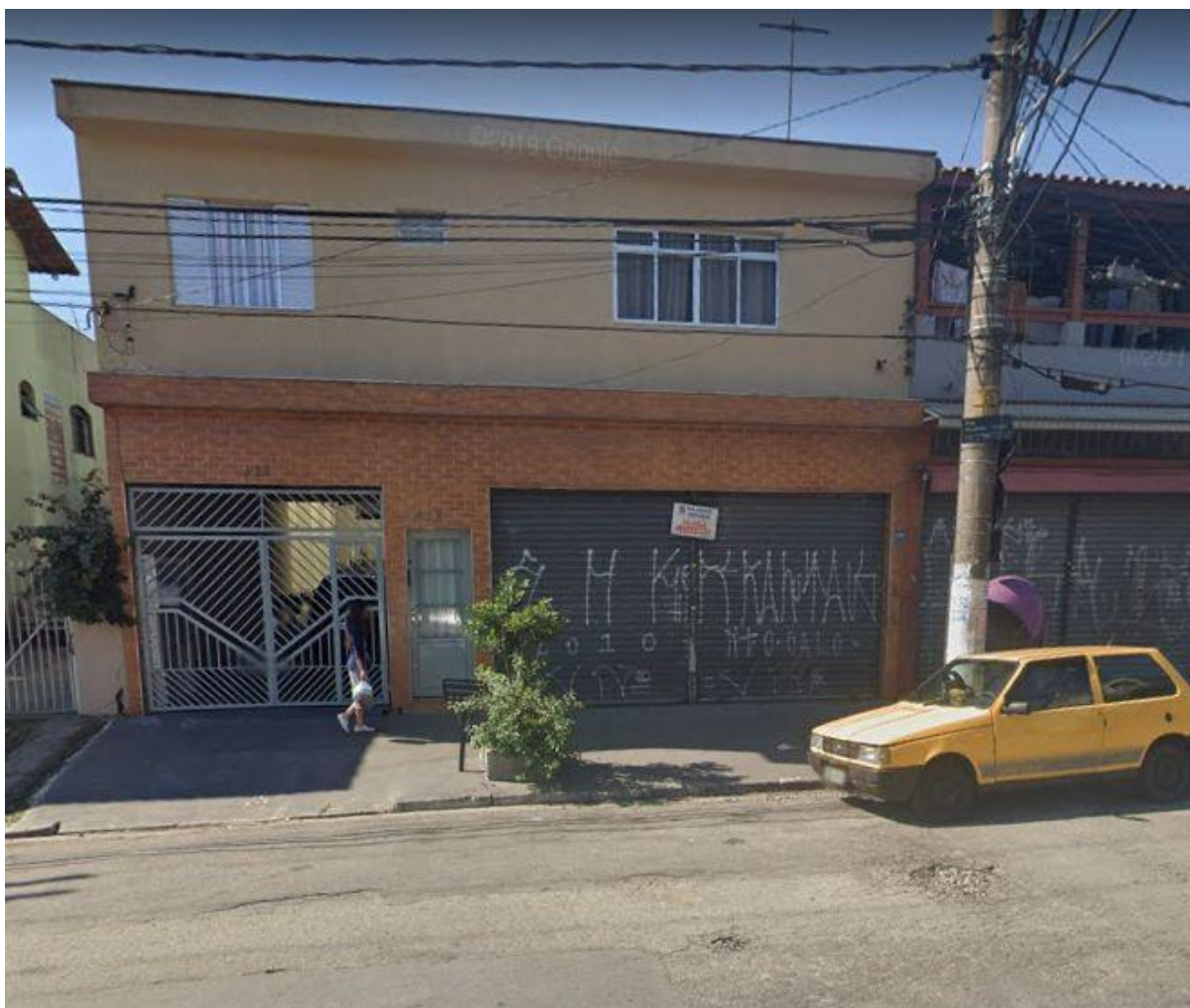
### 1.1.2. O bairro e o nascimento dos filhos

Parte dos filhos dessa primeira geração de migrantes urbanos ainda reside nas periferias paulistas. A expectativa de vida nas periferias de São Paulo é de 57 anos e no distrito de Rosa, em 2018, foi de 63 anos. Em nível de comparação, em Moema, Pinheiros ou Vila Mariana, bairros de classe média-alta, em São Paulo, a expectativa de vida média é de 79 anos (Mapa da Desigualdade, 2019). É comum que, ao andarmos pelo Parque São Jorge, nos deparemos com mulheres de 50, 60 anos. Algumas poucas mulheres na casa de 70, 80 anos. Mais raro ainda, em meu trabalho de campo, foi encontrarmos homens a partir dessa faixa etária. Clementina é moradora do Parque São Jorge há cerca de 30 anos e vive, desde então, na casa deixada por seus pais e conquistada através do trabalho operário. Sua casa está localizada há poucas quadras de onde morei.

Caminhando pelo Parque São Jorge e conversando com seus moradores, pudemos observar que as gerações que herdaram esse projeto operário, em especial as mais brancas, ascenderam e hoje contam com casas nas partes mais urbanizadas das periferias, dividindo esses espaços com pequenos comerciantes. Aqueles que não experimentaram a continuidade desse projeto de mobilidade ascendente são, por exemplo, a família de Clementina. Os tipos de moradia são um importante marcador da diferença na organização do Parque São Jorge e se dividem em três principais.

Os moradores das casas e sobrados são considerados os *boys* da *quebrada*, grande parte oriundos da mobilidade social produzida pelo trabalho operário ou por pequenos comércios de bairro, vivem nas ruas mais urbanizadas e próximas aos grandes supermercados e serviços.

**Figura 2** - Casa dos *boys*.



Fonte: Google Maps, consultado em 23 maio de 2020.

Um segundo tipo são os sobrados com quintais divididos entre várias casas, que às vezes pertencem a uma única família também moradora do local. Esse é o caso, por exemplo, da casa de Fernanda e Pedro. Donos de um quintal grande, construíram, para além de sua própria casa, outras 4 pequenas casas de dois a três cômodos para alugarem e complementarem a renda familiar. As construções foram feitas por amigos e por Pedro, seguindo o modelo da autoconstrução (KOWARICK, 1975). Muitas vezes, primos, irmãos e avós moram no mesmo quintal em pequenas casas independentes, como é o caso de Clementina e sua família.

**Figura 3** - Casas intermediárias.



Fonte: Google Maps, consultado em 23 de maio de 2020.

Por fim, existem as favelas. Seus moradores raramente acessaram o projeto de trabalho estável promovido pela experiência operária dos anos 1970. No Parque São Jorge a maioria das casas, nas regiões de favela, são de alvenaria, mas se distinguem pela forma de ocupação dos territórios e pela infraestrutura urbana (CAVALCANTI, 2007; 2009). Os moradores identificam que nos últimos 4 anos, muitos barracos de madeira voltaram a aparecer no território. Kowarick (1975), já na década de 1970, apresentava as divisões habitacionais nas periferias paulistas revelando as diferenças entre as casas de favela, as de periferia e os cortiços do centro da cidade.

**Figura 4** - Favela do São Jorge.



Fonte: Foto própria, janeiro de 2019.

Nos anos 1980, Clementina teve três filhos homens: Geraldo, Jorge e Arlindo. Nos anos 1990, seus filhos aos poucos abandonaram a escola e apostaram no trabalho, para geração de renda e ascensão social. A ênfase nos estudos, sem dúvida, foi muito distinta nas duas famílias, em período no qual os estudos modificavam sensivelmente as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, ainda mais do que hoje. A taxa de desemprego em São Paulo à época era de cerca de 20% (DIEESE). Os trabalhos disponíveis para os meninos eram aqueles informais que pagavam pouco e produziam pouquíssimo reconhecimento entre os pares. O desejo de consumo (carros, tênis, roupas), comum à juventude de maneira geral, era quase irrealizável para os/as adolescentes que cresciam nas periferias paulistas, menos inatingível para as classes médias.

Os trabalhos disponíveis para a geração dos filhos de Clementina eram os de ajudantes em lava rápido, na construção civil como serventes de pedreiro, descarregando caminhões ou ainda na coleta de reciclagem ou entrega de panfletos nas ruas. Descarregar alimentos, por exemplo, em um depósito local, pagava por volta de 25 reais por dia e demandava longas jornadas de trabalho precário, que não produziam identificação positiva entre os pares ou qualquer tipo de prestígio social.

Alice, minha mãe, casa-se 10 anos depois de Clementina, em 1992. Encontra na independência financeira através do trabalho na indústria, do diploma recém-conquistado e no casamento, sua possibilidade de se afastar da instabilidade que sua família atravessava, desde o início dos anos 1990, com o início do uso de drogas ilícitas por parte de seu irmão caçula, Diogo. A dependência química de Diogo fraturou o núcleo familiar. De um lado, a família nuclear que Alice passava a construir e do outro, a família de sua mãe, minha avó Marta, com Carlos e Diogo. Essa fratura, sofrida, de certa forma preservava o núcleo familiar de Alice dos problemas da família mais ampla. Essa preservação também foi fundamental para o perfil da reprodução social seguinte.

Alice casa-se com Estevan, homem, branco, um ano mais velho do que a esposa, professor, também recém-formado em uma universidade privada. A família de Estevan, meu pai, tinha origens no interior paulista e dispunha de ocupações com mais prestígio social na dinâmica interiorana, e, portanto, condições econômicas um pouco melhores do que as de Alice. Meu avô paterno havia sido professor à época das Escolas Normais, Policial Militar e, posteriormente, advogado, formado já com 45 anos de idade. Minha avó paterna atuava como professora alfabetizadora e, após o nascimento dos 4 filhos, exercia a função de dona de casa. Novamente, a educação funcionava como fator fundamental de diferenciação social e pertencimento às classes médias.

Estevan mudou-se jovem da casa dos pais para escapar de um núcleo familiar muito autoritário. Sua geração e a de seus irmãos, no entanto, manteve o perfil de classe média oscilando entre melhores e piores períodos econômicos, tal qual seus pais. Casados, Alice e Estevan alternavam a vida profissional entre a indústria, o ofício de professor e as tentativas de pequenos comércios. Mudaram-se de cidade algumas vezes sempre em busca de novas oportunidades de trabalho. Nos anos 1990, o casal teve seus dois filhos. Eu, a filha mais velha, nascida em 1993, sou 7 anos mais nova do que Arlindo, filho mais novo de Clementina. Essa é uma diferença que também compõe decisivamente os percursos sociais das famílias.

Mudei-me algumas vezes de cidade, passando por diferentes *interiores* do estado de São Paulo, dos mais aos menos cosmopolitas. O período de minha adolescência, 2005 a 2010, foi vivido em uma cidade de 90 mil habitantes no sudoeste paulista. Em termos de comparação, o distrito de Rosa, no qual os filhos de Clementina cresceram, tem cerca de 300

mil habitantes. A cidade de Itapeva está localizada no sudoeste paulista, há 55 quilômetros do estado do Paraná. É caracterizada pelo agronegócio e pela mineração. A região é descrita por seus moradores mais antigos como o *ramal da fome*. A mitologia regional conta, pela memória popular, que a passagem do trem nas ferrovias paulistas nas décadas de 1920 e 1930 dividia-se em duas linhas, pouco antes da chegada na cidade. A linha que seguia em seu sentido não receberia alimentos. Por isso, o apelido dado para a região.

A cidade possui uma elite majoritariamente branca, politicamente conservadora, vinculada ao setor de serviços (médicos, dentistas, engenheiros), à maçonaria e ao agronegócio, que também compõem o mundo político local. Conta com a presença de algumas grandes indústrias do setor de grãos, papel e minérios. A região conta também com um grande assentamento e ecovila do Movimento Sem-Terra (MST), na Fazenda Pirituba, estudado por Shimbo (2003) e Feltran (2008). Além disso, há a presença de uma comunidade remanescente de quilombo, o Quilombo do Jaó. A historiadora Silvia Marques (2014) realiza há mais de 10 anos trabalhos de pesquisa a respeito do quilombo que, diferente da maioria das terras remanescentes de quilombo no Brasil, já era de propriedade *oficial* de seus moradores desde o século XIX. Seguindo com as comparações, não há elites estabelecidas no distrito de Rosa, que portanto oferece mais referências internas ao universo popular aos seus moradores.

O município de Itapeva conserva características rurais, com suas periferias estruturalmente bastante diferentes das que se situam na capital, mais conhecidas como *vilas*. Apesar da presença de dois grandes marcos de movimentos políticos e sociais na cidade, o quilombo e o assentamento, minha relação com esses temas é posterior, apenas na universidade. Durante a adolescência, circulei entre as escolas privadas e espaços de sociabilidade muito restritos, compostos por outros jovens, em sua maioria brancos, de classe média, média-alta.

Alice e Estevan apostavam que o investimento na educação formal de seus filhos permitiria uma maior mobilidade social. Nosso perfil de consumo, ao longo dos anos, manteve-se alternando-se entre momentos de maior ou menor endividamento. Especialmente nos anos 2000, coincidindo com o primeiro governo Lula (2002-2006), o padrão de consumo da família permitiu a compra de eletrônicos, viagens à praia e pequenas festas familiares.

Ao longo dos anos, algumas estratégias permaneciam: filhos em escola privada com ao menos uma atividade extra que alternava aulas de dança, música ou um curso de idioma ao

longo dos anos escolares; mudanças anuais de casa para escapar do aumento no valor dos aluguéis e refinanciamentos de veículos foram estratégias rotineiras ao longo das décadas para manter os padrões de consumo e *investimento* na educação dos filhos. Os períodos de desemprego foram poucos e eram minimizados com tentativas de comércio e pequenos negócios. Alice e Estevan conseguem, em 2013, comprar a casa própria em um pequeno sítio na zona rural de um município de 5000 habitantes ao lado da cidade de Itapeva.

Ao mesmo tempo, durante esse período, a fratura familiar entre minha avó Marta e minha mãe Alice se aprofundou. Acompanhamos, à distância, as mudanças também constantes de Marta, Diogo e Carlos. A família de Marta que antes convivia com relativa estabilidade nos anos 1990, na década seguinte colocava à venda aquele que era o bem material que representava o sucesso do “trabalho” e da “vida em família”: a casa própria. Marta e a família, então, passam a se mudar repetidas vezes para as periferias da cidade, primeiro em Sorocaba, no interior paulista, e depois na Baixada Santista, em busca de aluguéis mais baratos. Diogo e sua esposa, bem como Vitor, seu filho nascido no início dos anos 2000, também passam a contar no orçamento familiar de Marta e Carlos.

### **1.1.3. Jorge e o *mundo do crime*, Diogo e a *dependência química***

O “mundo do crime”, antes considerado o oposto diametral dos “trabalhadores”, surge recentemente como a atividade melhor remunerada e com alta disponibilidade de “postos de trabalho” para jovens de favela. Além disso, “o crime” passa a ser legitimado progressivamente como instância normativa e fiscal das regras de convívio (FELTRAN, 2010c, p. 207-208).

Em 1998, no entanto, a vida de Clementina mudou radicalmente com o envolvimento de Jorge, seu filho mais velho, com o mundo do crime. A entrada é lembrada por Clementina a partir do início do consumo de maconha e cocaína por Jorge, aos 14 anos, entre os *boys* do bairro. A vida relativamente estável, pensada em termos da ascensão através do trabalho formal, se desestabiliza nessa hora. Para sustentar o uso, Jorge começou a praticar alguns roubos. A sua própria posição intermediária entre a favela e as casas dos *boys* o colocava na posição de mediação entre esses mundos.

Cerca de 8 anos antes, em 1990, a vida da família de Marta também mudara radicalmente com o início do consumo de drogas ilícitas por parte de Diogo, seu filho caçula, com 16 anos. Diogo, no entanto, era um desses garotos da casa dos *boys* e contava com o apoio financeiro de sua família. Além disso, a pele branca e os olhos claros, as roupas novas e o carro o afastavam da estética “favelada”. O uso progressivo de substâncias ilícitas era financiado pela relativa estabilidade econômica da família operária. Isso, no entanto, não reduzia o conflito emergente, a situação era cada vez mais insustentável.

No caso de Jorge, seu envolvimento progressivo com o mundo do crime, que estava em expansão nas décadas de 1990 e 2000 em São Paulo, também reflete em todo o projeto familiar. A cocaína, por exemplo, chega aos mercados paulistas na década de 1990, 10 anos depois da chegada no Rio de Janeiro. O cenário então era de grave crise econômica, desemprego e um mercado altamente lucrativo – o comércio de cocaína – em desenvolvimento. Jorge, assim como outros garotos com sua idade nessa época, sabia que poderia ganhar ao menos 10 vezes mais fazendo pequenos serviços para os traficantes locais do que em jornadas exaustivas de trabalho que beiravam formas modernas de escravidão.

Sabia também que os riscos eram altos. Não era incomum receber notícias de amigos mortos em ações criminais por policiais, por outros traficantes ou por justiceiros contratados pelos próprios comerciantes locais. A conta nunca foi simples e correr o risco de aventurar-se no universo criminal era, e ainda é, uma decisão tomada pelos estratos mais baixos das posições sociais das famílias (GALDEANO&ALMEIDA coord., 2018)<sup>20</sup>.

A exposição a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou condições degradantes de trabalho não são exceções na realidade destes adolescentes e na história de suas famílias. Ao contrário, a humilhação e a exploração são a regra. Nos núcleos familiares acompanhados pela pesquisa, as partes trabalhadoras exercem profissões específicas e subvalorizadas no mercado de trabalho, às margens do mundo do salário e da estabilidade. Como a reconstrução das trajetórias evidencia, são, geralmente, pedreiros, faxineiros, diaristas, mecânicos, motoboys, dentro outros “bicos”. Essas profissões, altamente recortadas por gênero, estão entre as opções que mais se apresentam para as famílias que acompanhamos. A realidade vivenciada pelos adolescentes e seus familiares nos distintos territórios incluídos na pesquisa está sempre figurada em trabalhos mal remunerados e cansativos. Se pensarmos objetivamente nas profissões que os pais e parentes próximos destes adolescentes exercem, vemos que elas se encaixam perfeitamente na plêiade de opções ofertadas aos adolescentes em medida socioeducativa. Cria-se um ciclo profissional e de reprodução da pobreza que dificilmente é rompido. Há uma evidente continuidade entre o histórico familiar de baixa escolarização, informalização e precarização e a

---

<sup>20</sup> Os autores consideram que o “tráfico de drogas” está entre as piores formas de trabalho infantil.



inserção desses adolescentes como mão de obra na economia urbana informal. Neste contexto, a venda de drogas em “biqueiras” se apresenta como uma forma de trabalho válida para sujeitos ainda em formação (GALDEANO&ALMEIDA coord., 2018, p. 40-41),

Os anos 1990 e o início dos anos 2000 são conhecidos como época das guerras nas periferias paulistas; as disputas pelo controle do mercado de cocaína estavam aumentando, aliadas à diversidade de atores (ladrões, justiceiros, policiais, comerciantes) que apostavam no homicídio como resolutor dos conflitos urbanos. A resposta estatal, ao menos a oficial, foi a expansão das políticas de encarceramento em todo o estado. Passamos de 30.670 pessoas presas em 1992 (SALLA, 2007) para quase 240 mil pessoas presas em 2020, segundo dados divulgados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do governo paulista (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). O número de unidades também cresce vertiginosamente, passamos de 43 estabelecimentos prisionais em 1992 (SALLA, idem) para 176 unidades em 2020, além de 8 novas unidades em construção (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Alguns eventos importantes marcam tragicamente a década de 1990 e a segurança paulista como, por exemplo, o Massacre do Carandiru em 1992, que resultou na execução de 111 detentos dentro da Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), ainda sem nenhuma responsabilização judicial. Na mesma época, surgem as primeiras notícias a respeito do Primeiro Comando da Capital (PCC) dentro dos presídios paulistas como outra forma de ordenamento do cotidiano prisional (FELTRAN, 2012).

Diogo experimentou uma trajetória bastante distinta. A estabilidade financeira da família, a vida no interior paulista e sua experiência de racialização (FANON, 2008) através dos signos da branquitude, mantiveram Diogo afastado das dinâmicas de incriminação. Muito embora tenha sido preso duas vezes ao longo dos anos 1980 e 1990, em ambas as situações, passava de uma a duas noites na delegacia, sendo posteriormente liberado sem enfrentar processos judiciais.

No entanto, a dependência química de Diogo agravou-se ao longo dos anos e a estabilidade financeira familiar também não se sustentou. Nos anos 1990, o país enfrentava grande recessão econômica e uma inflação galopante. Marta e Carlos, agora aposentados, não conseguiam mais suprir as demandas do filho. Os rompantes de agressividade também se

tornavam constantes e a violência doméstica por parte de Diogo passava a fazer parte da rotina familiar.

A dependência química de Diogo era acompanhada, agora, também pela de sua esposa, e ambos traziam ainda mais instabilidade ao núcleo familiar. Agora Diogo não contava mais com a ajuda financeira da família e alternava períodos de uso intensivo de drogas com internações compulsórias para se afastar das dívidas contraídas com os traficantes de sua região. Sem formação escolar, Diogo não conseguia acessar postos de trabalhos formais, alternando trabalhos intermitentes na construção civil e descarregando caminhões.

A família de Clementina, por sua vez, com a relação de seus filhos com o mundo do crime, passa a experimentar o tratamento policial destinado àqueles considerados *bandidos* e *famílias de bandidos*. Foram inúmeras as vezes em que ela e seus filhos passaram por extorsões policiais (HIRATA, 2018). Clementina me relatou ser comum que, no momento em que são apreendidos por Policiais Militares, os agentes tentem negociar a prisão com os indivíduos apreendidos. Em troca de dinheiro ou algum favor, pode ser oferecida a soltura do rapaz. Essa prática é chamada de *acerto* ou *arrego*. Em casos assim, muitos desses rapazes cometem novos delitos para conseguir a quantia equivalente ao *acerto*. O valor pode variar a depender da situação em que se é apreendido ou de seu *conceito* (respeito e/ou sua trajetória) no crime. Muitos rapazes ainda recorrem às famílias que, por sua vez, recorrem a amigos, entidades comunitárias e/ou outros familiares.

A violência ou ameaça da violência empreendida ao corpo do *bandido* também é utilizada contra suas famílias. São inúmeras as denúncias, feitas por interlocutores do CDH Rosa, da entrada de agentes policiais com violência nas casas onde vivem as famílias daqueles que ou são considerados *bandidos* ou acumulam *passagens pela polícia*. Ao mesmo tempo, famílias como a de Clementina passam, com o envolvimento dos filhos no mundo do crime, a conviver mais de perto com as regulações internas ao próprio *crime*.

São também comuns as histórias, contadas por Clementina e por outras mães com quem convivi ao longo desses anos, do pagamento de dívidas contraídas pelos filhos com as *biqueiras* ou contraídas dentro do sistema prisional. As dívidas costumam ser pagas, em ambos os casos, para evitar retaliações violentas, por parte de policiais ou *bandidos*. Com o ingresso dos filhos no *sistema*, Clementina passa a acompanhar o cotidiano das instituições

prisoinais. Jorge é apreendido, pela primeira vez, em 1998 e internado na FEBEM, como eram conhecidas as unidades de internação administradas pela Fundação Casa em São Paulo.

É na porta das instituições, tentando visitar os seus filhos, que Clementina conhece outras mulheres na mesma situação, mães de adolescentes em internação. Essas mulheres passam a compartilhar entre si as dificuldades próprias daquela experiência em expansão nas periferias. É em 1999 que Clementina começa a trabalhar na AMAR (Associação de Mães de Adolescentes em Risco). As reuniões a ajudavam a conviver com as formas diversas de sofrimento pelas quais ela e seus filhos eram submetidos no cotidiano prisional. Clementina conta que, na época, as torturas eram muito comuns dentro do *sistema*.

Ela também narra as *humilhações* pelas quais os corpos dos/das familiares passavam nos dias de visita com as revistas vexatórias, proibidas nos presídios paulistas desde 2014<sup>21</sup>, substituídas pelo *scanner* corporal. A revista vexatória consiste na revista íntima realizada pelos agentes carcerários com os indivíduos visitantes. Os/as familiares são despidos e têm seus órgãos genitais revistados a partir da prática de agachar e tossir repetidas vezes sobre um espelho. A prática permitiria aos agentes observar a presença de objetos como armas ou drogas escondidas nas genitálias e evitar seu contrabando para dentro das unidades. A prática é especialmente degradante para as mulheres, conta Clementina, muitas já idosas, que têm suas vaginas e ânus revistados sem protocolos de higiene e em meio a agressões verbais e psicológicas.

Outro tema frequente entre as famílias com entes encarcerados é o valor gasto em *jumbo* – sacola de mantimentos, cigarros, produtos de higiene enviados ao preso/a ao menos uma vez por mês, ou levados nos dias de visita. O transporte para as visitas, muitas vezes longos trajetos desde a capital paulista para cidades do interior, também custa caro e impede muitas famílias de visitarem seus entes, relata Clementina. Uma interlocutora me informou gastar em média 500 reais por mês ao enviar itens para seu filho. A mesma já não realizava visitas em vista da enorme distância da capital para o presídio no interior onde seu filho está

---

<sup>21</sup> Segundo informativo da Rede de Justiça Criminal, publicado em 2015, a prática da revista vexatória segue ocorrendo em alguns presídios paulistas mesmo após a sanção da lei de 2014 que a proibiu. A Rede de Justiça Criminal é composta pelas organizações Associação pela Reforma Prisional (ARP), Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Instituto Sou da Paz, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e Justiça Global.

recluso. Diante dessas dificuldades, as Associações passam a ocupar um papel plural na vida de Clementina.

Por um lado, ajudavam-na a permanecer *de pé* frente ao sofrimento. Por outro lado, também permitiam a elaboração política dos temas relacionados ao encarceramento, além da ampliação de sua rede de apoio e *conhecimento*. Clementina passou a circular mais e mais pelas distintas redes que compunham o território (estado, crime, movimentos sociais, religião) formando aquilo que nas periferias é chamado de *conhecimento* (FELTRAN, 2011). Clementina sabia cada vez mais a quem recorrer a depender do problema que estivesse enfrentando. Sabia também muito mais a respeito dos labirintos jurídicos (DAS, 2004) que enfrentava no cotidiano de seus filhos.

No ano seguinte, 1999, Arlindo com 13 anos, seu filho mais novo, também é preso. Dois anos depois, o filho do meio, Geraldo, também é preso com 16 anos. Também em 1999, Jorge fugiu da unidade FEBEM Tatuapé em uma rebelião e foi internado em uma clínica de reabilitação para drogadição, intermediada pelo CDH Rosa. As rebeliões foram episódios que marcaram os primeiros anos de experiência de Clementina nas filas e portões das instituições prisionais. Em uma das grandes rebeliões da FEBEM, ela narra que ela e outras mães eram chamadas de *vagabunda* pelos agentes carcerários em enfrentamentos nos portões da unidade. Segundo Clementina, as mães iam até as portas das instituições para tentar impedir que seus filhos sofressem violências e para obter informações a respeito da situação provocada pela rebelião.

É na segunda década dos anos 2000 que Marta passa a experimentar as mesmas regulações anos antes vividas por Clementina. O filho de Diogo, Vitor, com 14 anos, também abandona a escola. Da mesma forma que Jorge, Arlindo e Geraldo, com baixa escolaridade, não encontra no trabalho formal oportunidades de geração de renda. Ao mesmo tempo, passa a fazer uso de maconha e outras substâncias, como lança-perfume e *bala* (ecstasy). Para suprir o consumo, começa a trabalhar como *avião* em *biqueiras* no bairro em que moravam. Vitor é esteticamente muito mais parecido com os filhos de Clementina do que com Diogo. A pele parda, as tatuagens, alto e magro. Em 2016, ele é preso pela primeira vez. Diferente de seu pai, foi encaminhado para a Fundação Casa e cumpriu um mês de internação.

Certa vez, em um encontro com Marta, ela contou a mim e Alice a cena da audiência de Vitor. Algemado e chorando, Vitor responsabilizou o rapaz que o acompanhava no turno

que cumpriam, juntos, naquela noite na *biqueira*. O rapaz, maior de idade, foi encaminhado para o sistema penitenciário adulto. Vitor, liberado. A retaliação não tardou a vir. Vitor havia descumprido parte fundamental dos códigos no *crime* ou *proceder*: é esperado que o menor de idade assumira a posse das substâncias apreendidas.

Após a volta de Vitor para o bairro, Marta e Diogo souberam por vizinhos que os *caras da lojinha* (nome dado aos pontos de venda de drogas, também são chamados de *biqueiras*) estavam a sua procura. A casa da família passou a ser vigiada. A vizinha de Marta, sabendo do risco que a amiga e sua família corriam, escondeu Vitor em sua casa até que Diogo providenciasse a mudança do garoto. Certa noite, relata Marta para mim e Alice naquela mesma conversa, homens com pedaços de pau apareceram em sua casa. Ela pouco sabia sobre crime ou PCC, tudo aquilo era novo em sua vida. Os homens queriam saber de Vitor. Marta, nessa época, já estava com 68 anos e com a saúde bastante debilitada pela diabetes. O marido, Carlos, também já estava com 75 anos. Os homens, ela conta, diziam:

Eles diziam não querer machucar a gente, mas que queriam saber onde o Vitor estava. A gente escondeu ele, a gente já sabia que eles viriam atrás, ele entregou o outro, né, ele não sabia, ele só foi uma vez, só queria um dinheiro pra viajar, ele só falou a verdade lá (Marta, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2016).

Para Marta, Vitor não sabia de nada. No entanto, as versões são contraditórias, outros familiares contam que Vitor já realizava alguns trabalhos para o *crime* da região. Ela segue contando, aos prantos,

A gente dizia que não sabia onde ele estava. E *aí*, eles diziam que não iam bater na gente, porque a gente era velho, mas começaram a bater no Diogo, bateram muito nele, que ele ia apanhar pelo Vitor, eu achei que ele ia morrer. Eles falavam que iam botar fogo na casa, eu queria ir embora daqui, tenho medo que aconteça alguma coisa. *Daí* eles arrastaram o Diogo lá pra fora e depois eu saí atrás dele, achei ele debaixo de um viaduto, aqui perto, todo machucado (Marta, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2016).

Naquela noite, na casa de Marta, Alice não conseguiu dormir. Temia pela vida de seus pais e temia que alguém confundisse sua filha, de cabelos curtos e roupas *masculinas*, com Vitor. As regulações do crime se fizeram presentes em sua vida pela primeira e, até então, única vez. Marta e sua família não tinham redes de relações com movimentos sociais, entidades de luta por direitos humanos ou associações. A elaboração desses conflitos era materializada em um lugar de difícil interpretação, a família operária desestabilizada pela dependência química do filho caçula agora se deparava com um mundo, o mundo do crime, que era incompreensível. Não a toa, o primeiro movimento de Marta é o de dizer que Vitor não fazia parte daquele mundo incompreensível em todos seus signos para ela.

Já Clementina, no final dos anos 1990, se aproxima do CDH Rosa com quem estabelecia relações de apoio no ordenamento das questões referentes a seus filhos. Ao longo das últimas três décadas, o centro dividiu-se em duas frentes mais ou menos autônomas: a primeira consiste no CDH (Centro de Direitos Humanos), responsável por pautar os direitos humanos no território com atividades sobre cidadania, violência e organização política; denunciar violações de direitos aos órgãos públicos responsáveis, como o Ministério Público; realizar atendimentos jurídicos e psicológicos aos moradores locais e pautar politicamente as questões referentes às lutas por direitos humanos junto ao poder público.

A segunda frente é o CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), órgão de defesa das políticas para crianças e adolescentes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. A entidade atua em órgãos públicos como o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, responsável pelo controle social na execução de políticas públicas, como por exemplo o FUMCAD (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente).

Os conselhos participativos foram estabelecidos pela Constituição de 1988 e ditam sobre a participação ativa da sociedade civil em conjunto com as subprefeituras municipais. Nas últimas décadas, essas políticas não operaram de maneira homogênea, são poucos os conselhos ainda ativos (TATAGIBA, 2005). Além disso, o CEDECA Rosa também executa a política de Medidas Socioeducativas para Adolescentes em Ato Infracional, como previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2012.

Clementina se aproxima do centro através de seu filho Jorge, que, após cumprir a medida de internação na FEBEM, precisava cumprir a medida socioeducativa de Liberdade

Assistida executada no território pelo CEDECA Rosa. Ao longo dos anos, Clementina passa a atuar nas duas frentes encampadas pelo centro. Nas medidas socioeducativas, atua como educadora acompanhando *adolescentes em conflito com a lei*; e no CDH atua politicamente através das Associações de Mães e Familiares de Presos (AFP) que coordena. No final do dia, tudo, por vezes, se mistura. O cotidiano embaralha o que a análise diferencia. Quando não convivemos cotidianamente com alguém, é muito mais fácil essencializar esse alguém.

#### **1.1.4. A estética comum**

O conceito de estética nos ajuda a seguir. Estética que para Rancière (2005) compreende não uma vontade de arte, mas sim:

Um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo (RANCIÈRE, 2005, p. 16-17).

Segundo Pallamin (2010), o autor refere-se à estética como a “distribuição do sensível” em que “são determinados os modos de articulação entre formas de ação, produção, percepção e pensamento” (PALLAMIN, 2010, p.6). Esse recorte define ao mesmo tempo o lugar da política, para o autor. Definido o lugar, define também os que dele compartilham e, finalmente, o que está em jogo na política como forma de experiência. Para o autor, a política e a estética são mutuamente constituídas. O sensível:

Diz respeito ao estético e ao político simultaneamente, e a sua partilha é sempre de caráter polêmico, atingindo os modos de ser e as maneiras com que se distribuem as ocupações, entendidas sob larga abrangência, no mundo do comum e de suas possibilidades (PALLAMIN, 2010, p.6).

Esse recorte se dá por meio do que Rancière chama de “partilha do sensível”.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e suas partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p.15).

A partilha do sensível, portanto, seria um sistema de evidências capaz de revelar pertencimentos. Assim, um recorte dá lugar a outros recortes definidores de lugares partilhados e exclusivos. Se a política é experiência e se dá através do compartilhar de um comum, então define-se, esteticamente, as semelhanças entre esses sujeitos. Nesse sentido, o que partilham Jorge, Arlindo, Geraldo, meu primo Vitor e os garotos atendidos por Clementina, o que partilham também Clementina, minha avó Marta, por um período de sua vida, e as mães que frequentam as Associações, é uma estética comum.

Isto é, os estigmas e estereótipos que pesam sobre as regiões e grupos periféricos são eles mesmos partes inscritas em uma certa partilha do sensível – aquela que, no mesmo passo, correlaciona o “centro” aos grupos e práticas hegemônicas e relega à “periferia” a “desordem”, a “incivilidade” e o “crime”. Uma partilha cujo “sistema de evidências sensíveis”, para falar nos termos de Rancière, opõe as roupas largas, os bonés, blusões e correntes à vestimenta bem-comportada dos “playboys” e “patricinhas”, o “português correto” à “gíria de gueto”, os barracos aos condomínios (BERTELLI, p. 221, 2012).

Essa estética comum, uma certa estética do favelado, acompanha todos os sentidos criminalizantes que ela pode assumir situacionalmente.

### **1.1.5. Maio de 2006**



Em duas semanas, de 12 de maio de 2006 a 26 de maio de 2006, assistimos a demonstrações públicas de força do PCC frente às condições prisionais, os chamados *ataques do PCC* ou *crimes de maio*, para em seguida acompanharmos a também demonstração de força por parte dos agentes da Polícia Militar de São Paulo que resultou em um saldo de 564 pessoas mortas em uma semana (JUSTIÇA GLOBAL, 2011; ADORNO&SALLA, 2007).

A ação do PCC foi considerada, supostamente, uma resposta à transferência de presos, considerados por agentes de Estado e midiáticos como “líderes do PCC”, para o Presídio de Segurança Máxima de Presidente Venceslau (o Regime Disciplinar Diferenciado, RDD). A transferência foi justificada após escutas telefônicas que indicavam uma suposta rebelião nos presídios do estado marcada para o dia das mães daquele ano (14 de maio de 2006). Como resposta, os presos *viraram*, organizaram um motim articulado, 74 penitenciárias do estado simultaneamente. Ao mesmo tempo, na sexta-feira (12 de maio de 2006), foi realizada a maior ofensiva contra as forças de segurança pública na história de São Paulo.

Foram atacadas, simultaneamente, delegacias, carros, viaturas policiais, bases da Polícia Militar, postos policiais nas estradas do estado e diferentes guarnições das polícias civil e militar na capital e no interior. O sábado (13 de maio) contava com um saldo inicial de 20 oficiais do Estado mortos. Durante os 15 dias que seguiram, um terço da frota de ônibus do município não saiu às ruas. A cidade de São Paulo parou ao mesmo tempo que a representação do PCC como grande inimigo nacional se consolidava.

Segunda-feira, 15 de maio, e o *toque de recolher* foi decretado quase naturalmente na metrópole: escolas públicas e privadas dispensaram seus alunos, grande parte do comércio e dos serviços foi fechado, o trânsito bateu novos recordes e as linhas telefônicas, sobrecarregadas, viveram dia de colapso (FELTRAN, 2011, p. 176).

Os dados registrados a respeito dos ataques mostram que morreram agentes policiais, especialmente, entre os dias 12 e 13 de maio (JUSTIÇA GLOBAL, 2011). A Polícia Militar matou uma pessoa no dia 12; assassinou 18 no dia 13; mais 42 no dia 14; e mais 37 no dia 15 de maio (FELTRAN, 2011, p. 177). Os dias que seguiram até 26 de maio registraram 505 civis e 59 agentes de segurança pública mortos (CONNECTAS, 2018). Os dados foram

divulgados muito tempo depois, através da pressão de entidades de direitos humanos. Para cada agente policial morto naqueles dias, em média 10 civis foram mortos em resposta.

Naquela semana, Estevan, que trabalhava em Sorocaba (interior paulista), e viajava cerca de 2 horas de estrada toda semana, não foi ao trabalho. Ele me conta que o Shopping em que trabalhava não abriu e algumas delegacias da cidade foram atacadas e ônibus queimados. A estrada que fazia o trajeto de Itapeva, cidade em que morava, para Sorocaba, a rodovia Castelo Branco, já havia sido palco de confrontos violentos entre Polícia Militar e PCC, como, por exemplo, o Massacre do Castelinho, em que 12 supostos membros do PCC foram executados, em uma emboscada a um ônibus que, supostamente, faria um assalto no Aeroporto de Sorocaba. A ação foi denunciada pelo Ministério Público de São Paulo que acusou 50 Policiais Militares por homicídio triplamente qualificado. Nenhum agente foi condenado.<sup>22</sup>

Na semana seguinte, tudo já aparentava “normalidade”, mas o alerta ainda se mantinha. Ele se recorda que, junto com Alice, acompanhou espantado pela televisão o “quanto eles – PCC – eram mais organizados que a própria polícia” e que na época acreditava que os ataques eram pra mostrar o quanto “eles – PCC – eram fortes”. Também narra que, na semana seguinte, começaram a ver as notícias dos agentes policiais invadindo casas em periferias e matando “inocentes”. Alice recorda-se que a escola em que eu estudava planejava um passeio com os alunos em uma chácara no município vizinho e ela e Estevan estavam apreensivos com minha ida. O perigo eram os ônibus e estradas, alvos da ofensiva do PCC naquele primeiro final de semana.

Acerca do PCC, Alice e Estevan lembram-se das primeiras notícias sobre a “organização” através da televisão e de um amigo policial. Nos dias de maio, conversavam e temiam o aumento da violência urbana. O crime nunca se tratou, no entanto, de um assunto cotidiano. Estevan recorda-se apenas de filmes sobre as facções cariocas que constroem narrativas de suas ligações com os movimentos políticos da época do regime civil-militar. Nesse sentido, o mundo do crime ocupa um imaginário que não se materializa para além de situações esporádicas de assalto, filme ou matérias sensacionalistas acompanhadas através dos

---

<sup>22</sup> “Justiça absolve PMs envolvidos na operação Castelinho”, 10 de novembro de 2014, Ponte Jornalismo, disponível em: <https://ponte.org/justica-absolve-pms-envolvidos-na-operacao-castelinho/>. Último acesso em 10 de julho de 2020.

programas policiais. Muito diferente era a relação de Clementina com o mundo do crime em 2006 e com os *crimes de maio*.

A crise vista das periferias foi bastante distinta daquela vista em uma casa de classe média do interior paulista, como a minha. Feltran (2011) descreve a crise vista a partir do distrito de Sapopemba, periferia da zona leste de São Paulo,

O Jornal Nacional classificava os mortos na *guerra urbana* entre *policiais, suspeitos e civis*, enquanto a família do Almir chorava a morte do *sobrinho*. As autoridades, políticas e policiais, computavam números de mortos na contraofensiva; Ivete – moradora do distrito – recomendava aos filhos homens mais cautela naqueles dias. Enfim, enquanto de um lado *falava-se* publicamente sobre a violência urbana, nas periferias e, sobretudo, nas favelas, *lidava-se* com uma violência concreta, que interferia diretamente na esfera mais íntima de organização da vida. O discurso público sobre os eventos não fazia sentido algum, na casa de Ivete. O que era representação e abstração em um plano, era experiência no outro. O absurdo da presença cotidiana do *crime* e das *policias* apavorando os moradores era, claramente, um velho conhecido (FELTRAN, 2011, p.180).

A experiência de Clementina é parecida com a descrita pelo autor. Clementina, naqueles dias, não temia os *ataques do PCC* tal qual temiam Alice e Estevan. Eles já estavam em lados diferentes do conflito urbano. Clementina **sabia** que não deveria se preocupar com ônibus atacados em estradas, nem com algum dos adolescentes que acompanhava a bordo deles. Sabia que, naquele momento, não era ao crime que deveria temer. Sua preocupação, no entanto, era se esses adolescentes ou jovens, homens, moradores de periferia, voltariam para suas casas. O perfil de mortos pela Polícia Militar, nesses dias, foi de 91% de homens, 74,5% entre 15 e 29 anos. O perfil racial segue o perfil das mortes por atuação da Polícia Militar em São Paulo, sendo sua maioria de jovens negros (pretos e pardos).

O conflito entre os agentes de segurança pública e o crime não era novidade nas periferias de São Paulo. No entanto, a escala do conflito, essa sim, era novidade. A escalada da repressão policial naqueles dias preocupava os moradores do Parque São Jorge e das periferias de São Paulo<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> “Dos 132 mortos, 117 são da periferia”, O Estado de S. Paulo, 25 maio 2006. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20060527-41129-nac-68-cid-c6-not>

Coincide com o perfil das vítimas de homicídios no Brasil: pessoas jovens do sexo masculino. Do ponto de vista educacional, 70% delas estudaram até o primeiro grau e somente três dos mortos tinham estudos universitários. Também nesse aspecto se confirma o perfil característico das vítimas de homicídio no país: pessoas com perfil socioeconômico de baixa renda. Enfim, o estudo apresenta informações sobre antecedentes criminais das vítimas: só 6% das vítimas fatais tinham antecedentes criminais (CONNECTAS, 2018, p.71).

Clementina preocupava-se em ir às casas de amigos, familiares e conhecidos ou ligar para suas famílias pedindo que os meninos ficassem em casa naqueles dias. O perfil das vítimas dos *crimes de maio*, portanto, não era o daqueles *suspeitos* ou *bandidos* como a narrativa oficial fazia crer. Os agentes de segurança pública de São Paulo não estavam apenas *reagindo* a uma *injusta agressão* por parte do crime organizado, como fazia crer o Secretário de Segurança Pública a época.

Foram 92 os criminosos mortos pela polícia aquela semana [casos reconhecidos oficialmente como resistência seguida de morte]. Eles atiraram nos policiais, intencionalmente e deliberadamente. Em qualquer lugar do mundo, quem atira num policial corre o risco de morrer – com relação à atuação da polícia e à quantidade de mortos, o secretário prossegue – Houve dois tipos de situações. Pessoas de carro ou moto que passavam por uma delegacia ou viatura e atiravam. Os policiais contra-atacavam e se defendiam. Se você fosse policial e estivesse lá teria feito o mesmo. Outros que preparavam ataques foram denunciados pela população, através do 190 ou do 181. Policiais confirmavam a informação e tentavam render os criminosos. É ingênuo imaginar que todos os bandidos se rendem diante da voz de prisão, principalmente se estiverem armados. **Eles atiram para matar, ao contrário da polícia, que atira em defesa da lei** (Condepe, 2006, p. 139-40).

Clementina também temia pela vida de seu filho Arlindo, preso naquele momento. As rebeliões poderiam resultar em massacres, como já visto antes na história do sistema prisional em São Paulo. Os homicídios cometidos pelas forças policiais do Estado seguem sem responsabilização oficial. Após os *Crimes de Maio*, nasce em São Paulo uma associação de mães, as Mães de Maio, que reivindicam, desde então, esclarecimentos a respeito das mortes de seus filhos.

A diferença entre a experiência de minha família e a família de Clementina neste momento demonstra a existência de uma fissura entre mundos muito distintos. Mundos que compartilhavam sentidos diferentes em um continuum de interpretações e experiências a respeito do conflito urbano naquele momento. O mundo de minha família não era o mesmo mundo do Governador do Estado de São Paulo e de seu Secretário de Segurança Pública, no qual as periferias figuram como um problema público por abrigarem bandidos em oposição ao Estado, à ordem e à segurança, que era também o mundo das Polícias. Nosso mundo, tampouco, era o mesmo de Clementina que figurava no outro posto do vértice, convivendo com os signos da criminalização das periferias urbanas e seus moradores.

Também não era o mesmo mundo que sabia das negociações e mercadorias políticas (MISSE, 2006) trocadas entre crime e agentes de segurança, tampouco o mundo que conhecia o *proceder* ou sabia das regulações de homicídio com as quais as periferias conviviam desde o surgimento do PCC como ordenador legítimo do mundo cotidiano. Nosso mundo conhecia muito pouco sobre o universo criminal, muito pouco também sobre as polícias de maneira concreta. Conhecíamos sobre a função do Estado e sabíamos que algo não ia bem na manutenção da ordem pública. Para nós, o conflito começou e acabou pelas telas da televisão e páginas de jornais. Para Clementina, o conflito existia, endureceu, arrefeceu e segue contínuo, diluído na rotina cotidiana, mas nem por isso banal.

### **1.1.6. As mortes**

No início dos anos 2000, Clementina sofre com perdas significativas. Jorge foi morto em 2001, com 17 anos. As versões a respeito da morte de Jorge entre os funcionários do CDH Rosa e interlocutores diversos do território confirmam a autoria policial, no entanto, não houve investigações oficiais a respeito do caso. A versão corrente sobre sua morte é também muito comum entre as mães que perderam seus filhos ao longo dos últimos anos em conflitos violentos nas periferias de São Paulo. Segundo Clementina, Jorge foi apreendido pela Polícia Militar em uma ação criminal e para escapar à prisão lhe foi oferecida a possibilidade do pagamento de uma quantia em dinheiro para os policiais. Para conseguir o dinheiro, Jorge

tentou realizar outro roubo, mas o alvo acabara sendo um policial militar fora de serviço e o rapaz foi baleado e morto durante a ação.

Geraldo, o mais novo, é morto dois anos depois, em 2003, também com 17 anos, em o que se convencionou chamar de *acerto de contas do crime*. Os motivos não são conhecidos com clareza, alguns apontam para dívidas, outros para uma falha no *proceder*. Dias depois, um sobrinho de Clementina, Lucas, também é morto em um conflito violento. A vida de Clementina, no entanto, continua e outras perdas importantes marcam os últimos anos. Em dezembro de 2018, uma de suas sobrinhas morreu vítima de uma grave doença autoimune, lúpus. Em 2019, seu irmão faleceu em decorrência de problemas de saúde ainda pouco explicados. Pouco tempo depois, Jackson, irmão de Lucas morto em 2003, cometeu suicídio. Desde a morte do irmão havia *se afundado*, como diz Clementina, no uso progressivo de drogas psicoativas alternando períodos de internação em comunidades terapêuticas e recaídas.<sup>24</sup>

Arlindo, o filho do meio, alterna períodos em liberdade e no *sistema* desde 1999. Em 2019, no período em que estive constantemente com Clementina, Arlindo aguardava pela liberdade. A mãe não o visitava mais, o sofrimento das visitas ao longo das décadas a fez tomar essa decisão.

Uma das últimas vezes que eu fui lá vê-lo foi quando ele estava com uma dívida de 1000 e poucos reais dentro da cadeia, sabe? *Aí* me ligaram que eu precisava ir pagar, um *irmão* lá da cadeia. E *aí* eu fui lá e falei olha, aqui é a mãe do Arlindo. Chamei o *bãbãbã* mesmo – referindo-se ao que seria o preso de maior status no local. Falei que queria conversar, eu já era conhecida, né? **Pedi para falarem que a mãe do Arlindo queria falar com ele.** Na conversa, eu perguntei que dívida era essa que o Arlindo tem? É droga? É o que? Eu mandei dinheiro esses dias e agora todo esse valor? Eu mando comida, mando cigarro todo mês. Como é possível? Eu falei que não queria saber, que o dinheiro que tinha eu já tinha mandado e agora não teria mais. Falei também que se ele quisesse podia perguntar quem eu era, porque se ele era *grandão*, eu também era. E falei que não tinha mais dinheiro e não ia mandar mais e não era pra fazer nada com Arlindo. Nunca mais ninguém me cobrou nada. (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019)

\*\*\*

---

<sup>24</sup> Sobre a atuação de comunidades terapêuticas, ver Nunes (2016).

Certa vez, em campo, ouvi uma frase que me parecia muito comum, mas que revelava as tramas que misturam corpos e territórios: “só uma **mãe** sabe”. A trajetória de Clementina, por exemplo, mostra a relevância e a centralidade da figura da *Mãe* frente ao conflito urbano que confronta (mais do que opõe) periferias e mundo público. O que as mulheres que me repetiam essa frase pareciam me dizer era que existe um sofrimento específico que atravessa a experiência daquelas que, como elas, vivem a posição de mãe. Quando a frase era dita, a tentativa era a de resumir um sentimento que não poderia ser explicado e, principalmente, que eu, como não era mãe, não poderia compreender (VIANNA&FARIAS, 2011).

Certamente, todos nós já ouvimos de nossas mães, parentes ou conhecidos, essa mesma frase “só uma **mãe** sabe”. No entanto, embora muito comum, não acredito que essa frase, dita nos contextos em que me foi dita por Clementina ou pelas mães de vítimas de violência estatal, fale de uma maternidade qualquer. Ao contrário, trata-se de uma maternidade que é forjada nas intersecções entre migração, raça, geração, pobreza, mas sobretudo, nas suas relações com a prisão, a violência e as periferias.

A ideia de territorialidade de Perlongher (1987) parece nos ajudar a compreender essa noção de Mãe evocada por Clementina. Trata-se de uma articulação entre o fazer-se mãe e os diferentes espaços, categorias e códigos que se coproduzem. Para o autor, a territorialidade é entendida como o deslocamento dos sujeitos pelo próprio espaço do código. As classificações são, portanto, relacionais. Conjuntos de relações entre códigos, corpos e territórios. As operações que são mobilizadas quando essa frase é dita “não se consumam no vazio, mas num locus social no qual cada corpo luz suas tatuagens” (PERLONGHER, 1987, p.41).

Muitos são os estudos sobre maternidade e sobre movimentos de mães na Sociologia e na Antropologia contemporâneas. Na literatura internacional, temos o trabalho de Collins (2000) sobre “imagens de controle” no qual ela discute acerca da construção da representação de mulheres negras enquanto “mães negras superfortes”. Além disso, ela argumenta que a manutenção de laços comunitários de responsabilidade pela criação das crianças entre as mães de comunidades majoritariamente negras tem relações históricas com formas de opressão e desigualdade, mas também com epistemologias africanas de cuidado. Abdur-Rahman (2018) constrói um argumento parecido, dizendo que as práticas de maternidade comunitária entre mulheres negras, no contexto afro-norte americano, estão relacionadas com as práticas de

violência rotinizadas a que são submetidos seus filhos – violência policial, violência no âmbito escolar etc. – e seriam atos, portanto, de solidariedade e restauração de afetos.

O trabalho de Salo (2018) também nos ajuda. A autora realiza um estudo etnográfico sobre a noção de pessoa em Manenberg, um município da Cidade do Cabo, na África do Sul, durante o período de transição entre a política de *apartheid* e a democracia. Em seu livro, Salo (idem) procura relacionar a noção de pessoa e categorias sobre raça, território e gênero com as transições históricas vividas nos anos 1990 naquele país. Ela observa, especialmente, como homens e mulheres da periferia da Cidade do Cabo negociam e redefinem a si mesmos enquanto pessoas, através de processos generificados que envolvem exclusão e violência, e buscam por dignidade, através de práticas chamadas localmente de respeitabilidade.

Salo (2018) argumenta que:

É através de suas identidades como mães que as mulheres – da Rio Street Community em Manenberg - são capazes de exercer agência e conferir *personhood* a outros residentes. A vida das mulheres continua a refletir a gramática cultural da legislação racial do *apartheid*, no contexto empobrecido do município de Manenberg. (...) Os papéis econômicos das mulheres são reinterpretados no contexto local e ancorados em uma economia moral, para que as mulheres sejam, primariamente, percebidas como mães e protagonistas sociais e materiais da reprodução da comunidade local (SALO, 2018, p. 158, tradução própria).

A autora segue e conclui:

No entanto, para reproduzir socialmente suas comunidades, elas têm que mostrar e policiar constantemente suas reputações como mães respeitáveis. Mães respeitáveis podem confrontar e mediar as autoridades do estado local tal qual os trabalhadores, os funcionários de assistência social e da educação, em nome de suas comunidades. Elas – as mães respeitáveis – suportam a vergonha, a humilhação e o sofrimento que resultam dessas interações com estoicismo e coragem. Elas também administram o sofrimento infligido a elas quando são traídas dentro de sua própria comunidade e, finalmente, prevalecem com sua respeitável reputação intacta. Mulheres que são incapazes de exibir sua capacidade de suportar o sofrimento são consideradas *sleg*, - (palavra em africâner que significa, algo parecido com *ruins*) - e elas e suas famílias são marginalizadas. O poder da respeitabilidade das mães depende da demarcação dos limites da comunidade e de sua vigilância. Os papéis das mulheres como mães respeitáveis devem se articular com os papéis dos homens como gângsters, a fim de



preservar os espaços em que sua autoridade é exercida (SALO, 2018, p.159, tradução própria).

Salo (2018) fala especialmente das mães de rapazes envolvidos em conflitos de gangues. A construção de uma mãe respeitável estaria imbricada nas articulações possíveis das identidades de seus filhos como trabalhadores, bandidos etc. Já na bibliografia brasileira, Vianna&Farias (2011) realizam um trabalho etnográfico com os movimentos de mães que perderam seus filhos em conflitos com a Polícia no Rio de Janeiro. Elas mostram como o enunciado da condição de mãe como elemento de autoridade em atos políticos, pedindo o esclarecimento dessas mortes, não é um fato isolado. Seu argumento é o de que essa relação entre a categoria Mãe e os atos políticos revela trânsitos relevantes do cenário político contemporâneo entre dor pessoal e causas coletivas; sofrimento e direitos e dimensões de quais lutos são possíveis ou não.

“Nós mães”, “Nós familiares” ou, mais raramente, “Nós, familiares e amigos” compõem sujeitos simultaneamente da dor pessoal e da ação política. Trazem para a cena pública, como capital primordial, a história de suas relações, narrada sempre a partir de um evento extraordinário que interrompeu o que se imaginava ser o curso natural dessas relações (Das, 2007), o que levou embora investimentos morais e afetivos profundos e que reformulou o próprio sentido de tempo que se tinha antes, agora marcado não só por uma data inesquecível, mas pela penosa sensação de esperar por uma reparação pública que quase nunca chega (VIANNA&FARIAS, 2011, p. 84).

\*\*\*

Dentro do cárcere, Arlindo havia se apaixonado e sua vontade era de se casar. Dentro do *sistema*, isso trazia novos desafios para a vida de Arlindo, se relacionar com uma mulher transsexual dentro da unidade, no entanto, é mais comum do que desejar manter esse relacionamento fora da instituição. Clementina estava radiante com a possibilidade, a namorada do filho estaria em liberdade em breve e parecia ter bons planos para recomeçar a vida. Esse recomeço também era almejado por Clementina para a vida de Arlindo.

No final daquele ano, 2019, Arlindo *ganha* sua liberdade. No entanto, no início de 2020, com 33 anos, sofre um derrame em decorrência das fragilidades de saúde adquiridas

nos anos passados dentro do cárcere. Clementina avalia que a “alimentação frequentemente podre, os espancamentos e a falta de higiene sanitária” tenham contribuído para seu adoecimento. Clementina relata acompanhar casos como esse em sua rotina nas associações de mães. Em minhas últimas conversas com Clementina, como no último dia das mães (maio/2020), Arlindo dependia de seus cuidados para tomar banho e alimentar-se.

Ao longo de meus 27 anos, vivenciei 2 mortes de amigos próximos, uma por acidente automobilístico e uma em decorrência de um tumor na medula óssea. Em minha família, Marta faleceu em decorrência de uma embolia pulmonar e outro avô faleceu por complicações decorrentes da doença de Parkinson. Tais fatos ocorreram ao longo de décadas. Já Clementina, ao longo de sua trajetória, viveu a experiência da morte de dois filhos jovens, três sobrinhos e seu irmão em intervalos curtos de tempo. Além disso, presenciou a morte de vários adolescentes atendidos por ela no Núcleo de Medidas Socioeducativas. A morte, portanto, não está para Clementina como está para mim. As mortes vividas por ela estão vinculadas à face violenta do conflito urbano no qual a diferença parece alcançar um ponto de saturação que culmina em uma alteridade radical.

\*\*\*

Voltando à cena que abre o capítulo. Imediatamente após minha sugestão acerca da exibição do filme para as participantes da Associação, Clementina me responde:

Ainda bem (que não nos lembramos de divulgar o filme àquelas mulheres). Eu não, não vou divulgar isso para elas. É tristeza, né? Elas não precisam disso, ver mais dor nas telas, dor que elas já assistem todos os dias. Eu quero é mostrar para elas outras coisas, coisas de alegria, conquistas, vitórias. Não sei porque elas (referindo-se ao grupo Mães em Luto que exibiria o filme) fazem isso, é só mais sofrimento. Você vê, com meus adolescentes também não assisto essas coisas. Faço o debate, mas tenho procurado evitar mais tristeza, quero mostrar outras possibilidades (Clementina, conversa pessoal anotada em diário de campo, 2019).

Concordo com ela. Depois de ouvi-la, saio dali agitada e constrangida. Essa breve conversa me havia deixado desconcertada. Clementina se tornaria personagem central na construção desta dissertação a partir desse encontro casual. Nos conhecemos antes da

realização deste trabalho e estivemos juntas em toda sua confecção. Acompanhei sua rotina ao menos uma vez por semana ao longo dos cinco meses em que permaneci morando no Parque São Jorge, e continuamos em contato frequente até os dias de hoje.

O desentendimento que vivemos, saindo daquela reunião e falando sobre a adequação do filme *Auto de Resistência* para aquele grupo de mulheres, na verdade fala de muito mais coisas. No caminho de volta para minha casa, depois de termos conversado sobre o filme, presumi que talvez o fato de que eu não vivera minha vida em periferia fazia com que eu não compreendesse o que o filme significava ou o que Clementina enunciava. Logo percebi que estava olhando para o problema justamente da forma pela qual vinha argumentando ser pouco produtiva para compreender o conflito urbano. Em minha cabeça, o que importava para que nossas interpretações da questão fossem diferentes era uma categoria isolada: o território. Eu, sujeito do “centro” e ela, sujeito da “periferia”, teríamos tido socializações diferentes porque vivíamos em territórios diferentes.

Não era naquela cena, entretanto, justamente o incômodo frente a um olhar que privilegia uma única categoria interpretativa do conflito, o que motivava minha pesquisa? Lembrei-me do que ensina a etnografia, nesses momentos precisamos descrever. Descrever nossas interações, mas também os efeitos que elas produzem em nós. Naquele dia, sentei-me para escrever meu diário de campo com a missão de descrever essa cena com o máximo de detalhes.

## **1.2. As gramáticas**

A percepção de Clementina começava a fazer sentido para mim. Durante o trabalho de descrição dessa cena, lembrei-me daquilo que Rancière argumenta como ‘desentendimento’ ou ‘dissenso’.

O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria. (...) A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus

sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível (RANCIÈRE. p. 368, 1996).

O desentendimento, portanto, diz sobretudo de quando dois indivíduos dizem a mesma coisa, mas não são capazes de se compreender. Como, por exemplo, o que aconteceu naquele momento entre mim e Clementina. Falávamos sobre o mesmo filme, mas não nos compreendíamos. Não porque não compartilhássemos o mesmo idioma, por exemplo, mas, precisamente, porque o conteúdo do que dizíamos não era o mesmo e, mais do que isso, o mundo que acompanhava nossas palavras e interpretações não era o mesmo, estava em desentendimento. Nós duas considerávamos aquele um ótimo filme, mas o sentido dado a essa avaliação era sensivelmente diferente.

Dois mundos ou dois comuns (no sentido de comunidade) diferentes estavam em conflito. Mas para que o sentido desse desentendimento se realizasse, foi fundamental que eu conhecesse a trajetória de Clementina e a colocasse em relação com a minha própria. Nos últimos 25 anos, vivi as experiências típicas da classe média do interior do estado, meus planos de futuro foram vividos sem rupturas violentas e depositavam na educação formal a possibilidade de mobilidade social. A formação de mão de obra especializada marcou minha formação.

Nos mesmos 25 anos, Clementina experimentava uma vida bastante distinta. Sua vida era orientada em busca de uma mobilidade social através do signo do trabalho formal e mudou radicalmente com a entrada dos filhos no mundo do crime. Nas últimas três décadas, seus trânsitos passaram a incluir as prisões, cemitérios, hospitais, atos públicos por direitos humanos e fóruns criminais. Em sua vida, as rupturas violentas tornaram-se rotina, mas nem por isso banais (MACHADO DA SILVA, 2008). Para que ela quisesse exibir um filme com essas mesmas histórias para aquele grupo de mães as quais também compartilhavam essa experiência?

Para mim, o filme possibilitaria que as mortes daqueles jovens fossem tratadas enquanto um tema político. Esperava que a partir do filme, pudéssemos discutir processos de extermínio cometidos pelo estado. Enfim, eu, claramente, esquecia de com quem estava falando. Clementina e suas companheiras eram quem politizava aquele assunto na vida

cotidiana. Portanto, essa não era uma questão para ela. A politização dessas mortes é feita, desde o início, por mulheres como Clementina. Essas mortes **são**, inerentemente, políticas para Clementina. Mas também são um conjunto doloroso de memórias e afetos.

Clementina esperava com sua atuação, junto àquelas mulheres, produzir novas possibilidades e perspectivas. Não se tratava de esquecer ou fingir que aquelas memórias e que as mortes e violências não existiam, mas sim de produzir, a partir do encontro propiciado por essas tragédias, novas possibilidades de futuro. Clementina desejava apontar caminhos àquelas mulheres parecidos com aqueles que se abriam para ela própria, enquanto escrevo esta dissertação, Clementina é aprovada no mestrado em Políticas Públicas em uma Universidade Federal do país.

Portanto, em uma situação distinta a esta talvez Clementina fizesse questão de exibi-lo. Por isso, é importante que se conheça cada situação concreta em suas contingências: para quem se fala, com quem se fala, onde se fala, quais negociações, objetivos e conflitos estão em jogo. O dissenso a respeito da divulgação do filme fazia visível que os limites do que era plausível – mas também esperado, desejado naquele momento, para cada uma de nós – eram diferentes.

Reconstruir nossas trajetórias me ajudou, portanto, a compreender as gramáticas que acompanhavam nossas interpretações. A gramática aqui é compreendida através da metáfora mesmo de um livro de gramática da língua portuguesa. No colégio, esses livros dizem respeito aos sentidos, formas e sintaxes que as palavras podem assumir e o conjunto das regras que orientam essas possibilidades. A analogia serve aqui.

Essas gramáticas – do trabalho, do crime, de gênero, de raça, de território – são construídas através dessas experiências ao longo do tempo e desembocam nas duas perspectivas a respeito do filme, por exemplo. As gramáticas ou essas matrizes são construídas na e através da experiência que dá sentido às categorias que as compõem. Portanto, as categorias que usamos para operar as classificações no mundo e nossas interpretações sobre um problema social acompanham os sentidos que atribuímos a esses mundos e são marcados pelas experiências, e feitos por e através delas. Esses sentidos compõem as gramáticas que colocamos em operação para compreensão da vida em nossos cursos de ação frente às situações. As gramáticas não são, portanto, as categorias em si. Mas o sentido do mundo que as acompanha.

## 2. O cotidiano das categorias

No capítulo anterior, vimos como a experiência da diferença constrói as balizas de nossas matrizes, ou gramáticas para a compreensão dos problemas sociais. Cada um de nós traz consigo gramáticas que nos ajudam a enquadrar e compreender o mundo social. Essas gramáticas são construídas na e através da experiência da diferença. Mais do que isso, são construídas a partir da relação entre uma e outra categoria, ou seja, através de suas ‘reciprocidades constitutivas’ (EFREM FILHO, 2017a). Os sentidos das categorias (que dizem sobre raça, classe, migração, gênero, crime etc.) que compõem essas gramáticas, no entanto, são disputados no cotidiano e informados por processos históricos, político-sociais, ao longo do tempo.

Neste capítulo, veremos alguns pressupostos categoriais que balizam essas disputas. Na primeira parte, discuto aquilo que chamei de um descompasso entre as ‘Grandes Categorias’ e a experiência vivida. Para isso, reconstruo a trajetória de Preta, uma jovem de estética e sexualidade dissidentes, que apesar de um aparente conforto em sua autopercepção, é constantemente convocada por outros a produzir uma síntese e um enquadramento categorial de sua experiência. Apresento um dissenso entre Preta e Clementina que ilustra como as categorias operam enquanto intervalos de sentido<sup>25</sup> (FELTRAN, 2017).

Pensando as negociações cotidianas da diferença (MOUTINHO, 2014), ilustro três cenas multissituadas. A primeira é a história de Caio e os limites postos pela incongruência entre sua homossexualidade e os códigos do crime, fundados pela noção de uma certa masculinidade (CONNEL, 1995). A segunda é a descrição de um evento em uma Universidade no qual debateu-se, entre outras coisas, as relações entre periferia e a educação universitária. A terceira cena é sobre Milton, um jovem que tenta largar seu envolvimento com o crime, arrumar um emprego e entrar na universidade, mas que esbarra em uma fronteira na qual a diferença se reifica.

Essas três cenas, em conjunto, nos ajudam a pensar como a disputa pelos sentidos das categorias ultrapassa o território e mesmo os corpos onde a questão parece situar-se. Veremos

---

<sup>25</sup> Feltran (2017) inspira-se na discussão de Rancière (2002) e Wittgenstein (1986).

como os sentidos das categorias que emergem dos processos de diferenciação coexistem e conflitam entre modelos de relações ora igualitárias, ora desiguais e que algumas delas esbarram no que parece ser uma fronteira onde alguns sujeitos parecem não caber, uma ‘fronteira do direito’ (FELTRAN, 2007).

## 2.1. Um descompasso: Grandes Categorias e experiência

22 de abril de 2019, 21 horas. Joana acabara de me ligar para dizer (de novo) que a *quebrada estava sinistra*. A expressão, enunciada na introdução deste texto, agora referia-se à morte de um rapaz na noite anterior motivada por uma overdose de lança-perfume. Os bares estavam fechados e as ruas vazias. Joana me alertara para que eu permanecesse em casa naquela noite. Havia um certo temor, em sua voz, provocado pelas experiências de conviver com notícias recentes de mortes violentas.

Segundo ela, os *grandões* passaram de carro dizendo ao único lugar ainda aberto que fechasse as portas em sinal de respeito. São chamados de *grandões* os donos de algumas das biqueiras da região, alguns dos poucos rapazes que ascenderam financeiramente na trajetória criminal, como explicado. São também aqueles que ativam a memória de um tempo em que os conflitos cotidianos eram resolvidos pelo *crime* e, por isso, são, ao mesmo tempo, admirados e temidos.

O rapaz falecido tinha relações de proximidade com os *grandões*. As circunstâncias de sua morte também eram complexas. A intoxicação ocorrera, segundo interlocutores, em um local na favela onde não era permitido o uso de lança-perfume. Por isso, o rapaz fora levado para outro ponto da região onde falecera vítima de overdose. Regular onde, como, quem e quando alguém deve e/ou pode morrer é parte fundamental da tentativa de produção de ordem no cotidiano urbano (STEPPUTAT, 2014).

Joana estava sentada na calçada observando o movimento enquanto me ligava. Apesar do vazio das ruas, narrado em sua história, era possível ouvir ao fundo da ligação o som de sirenes das viaturas policiais e motores de automóveis diversos. “O *clima* estava estranho”, ela dissera. Durante quase toda minha estadia no Parque São Jorge, não fui capaz de

reconhecer os sinais de estranheza que Joana me narrava. Ela, por sua vez, dominava os códigos da rua e conseguia perceber as mudanças de comportamento dos sujeitos, identificando tensões e conflitos iminentes. Suas leituras me possibilitaram compreender mudanças, para mim, invisíveis.

Naquela noite, encerrada minha chamada com Joana, recebi uma mensagem de Clementina em meu aplicativo de celular: “Janaina, Preta teve uma overdose. Essa porcaria de *lança*”. Imediatamente após a leitura da mensagem, uma sensação de exaustão me invadira: outra vez o lança-perfume, outra overdose e talvez outra morte.

\*\*\*

Tíner, água de bateria, anti-respingo de solda, acetona, éter, cloreto de etila, clorofórmio e essência de perfume – substâncias utilizadas na fabricação do *lança-perfume* produzido nas periferias (Carol, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Já era por volta das 21 horas de sábado, em maio de 2019, quando eu acompanhava Carol, responsável pela parte administrativa do Núcleo de Medidas Socioeducativas do Parque São Jorge e moradora da favela local. Estávamos em uma lanchonete em uma das principais ruas que cortam a favela. Conversávamos sobre suas memórias do período da adolescência, nos projetos sociais do bairro, no final dos anos 1990. Acompanhávamos da porta do estabelecimento o movimento intenso da rua. Ela me contava sobre sua participação nas gincanas e atividades organizadas pelo CDH Rosa em sua juventude.

Enquanto conversávamos, Carol chamava alguns de seus amigos que passavam pelo local, para me contar o quanto os projetos haviam sido importante para sua geração. Em sua fala, marcava as diferenças entre passado e presente. Para ela, as *coisas* haviam mudado muito. Os jovens estavam menos engajados nos projetos e mais difíceis de acessar. A organização de direitos humanos também havia mudado muito, segundo sua avaliação. O dinheiro diminuiria, o perfil dos trabalhadores mudara e o trabalho burocrático aumentara. O



contato mais direto no cotidiano da *comunidade* havia se perdido um pouco, mas eles – a entidade – buscavam recuperar essas ligações.

Carol tem cerca de 32 anos, baixa estatura, é morena, cabelos pretos lisos e longos, corpo magro. Passados alguns minutos, Carol interrompeu nossa conversa. A conversa descontraída havia dado lugar a uma fala em tom de desagravo: “você vê como eles ficam? Depois morre mais um”. Carol referia-se a três garotos que conversavam, poucos metros à nossa frente. Um deles, sentado no banco de uma moto 600 cilindradas, segurava uma pequena garrafa de plástico em uma das mãos, inalando o líquido de seu interior. O líquido, formado pela combinação dos solventes citados acima, é chamado de *lança-perfume* ou *loló*, nome de sua versão caseira.

O lança-perfume chega ao Rio de Janeiro em 1906, importado da França<sup>26</sup>. O produto era composto por éter e essências perfumadas armazenadas em um recipiente de metal dourado de alta pressão. Era usado nos carnavais de salão e também nas festas de rua. Ao espirrar o produto, espalhava-se a fragrância perfumada que compunha os acessórios das brincadeiras de carnaval, em conjunto com a serpentina e os confetes. Aos poucos, descobriu-se que a fragrância também produzia excitação e euforia. O produto fez grande sucesso no Brasil e em 1922, a fabricante francesa Rhodia abriu uma filial em território nacional. Outras indústrias químicas no país também passaram a produzi-lo.

O uso, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, passa a ser associado a desordem e descontrole dos “foliões”. Em 1961, Jânio Quadros, que, na época, legislava em torno de diversas pautas conservadoras, como a proibição do uso de trajes de banho em concursos e desfiles de beleza (Decreto Nº 51.182 de 11 de agosto de 1961), decretou a proibição do lança-perfume (Lei Nº 5.062/66). Em 1998, proibiu-se também a comercialização indiscriminada de seus componentes, como o éter.

De maneira geral, no contexto brasileiro, a mistura é popular e um símbolo carnavalesco. Já nas ruas do Parque São Jorge, o lança-perfume é considerado bastante danoso e responsável por inúmeras mortes por intoxicação ou paradas respiratórias. Os dados oficiais, a respeito dessas mortes, no entanto, não existem com tal grau de detalhamento.

---

<sup>26</sup> O Portal Virtual *Hypeness* produziu uma matéria interessante a respeito da história do Lança-Perfume no Brasil. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/02/lanca-perfume-ja-foi-legalizado-e-teve-fabrica-em-recife-a-historia-d-a-droga-que-se-tornou-simbolo-do-carnaval/>

Tampouco encontrei, nos portais de divulgação científica, pesquisas, nas áreas de ciências humanas, sobre o uso específico desses solventes.

Durante o período em que estive em campo, acompanhei 2 mortes por lança-perfume, uma por overdose e outra decorrente de uma parada cardíaca. Acompanhei também alguns episódios de overdose que não resultaram em morte: Preta e outro adolescente atendido por Clementina. Ouvi também diversas histórias de mães e familiares de garotos vítimas de overdose da substância. Com Clementina, atendemos, nas medidas socioeducativas, um garoto com sequelas motoras e cognitivas, atribuídas, por meus interlocutores, ao uso intensivo do solvente.

O tema é pouco estudado, mas salta aos olhos. A tentativa aqui é de instigar um caminho possível de reflexão e que escape à reprodução de estereótipos de criminalização. A despeito da proibição do lança-perfume na década de 1960 – como ocorre em diversas pautas proibicionistas, como o consumo de maconha, cocaína, ou com a Lei Seca norte-americana<sup>27</sup> - a proibição através de um marco legal não significa o fim da prática que se tentou proibir. Ao contrário, as escalas do legal e ilegal se reorganizam (TELLES&HIRATA, 2007; HIRATA, 2018; FELTRAN, 2019).

Da mesma forma, a distribuição das desigualdades e violências associadas à produção e à comercialização daquele produto se alteram. Como mostra Fiore (2013), os prejuízos vinculados ao consumo de drogas ilícitas têm a ver não só com os efeitos particulares de cada substância, mas com seus contextos de uso e criminalização. A respeito da venda de drogas ilícitas, Grillo (2008) observa a diferença de criminalização entre traficantes de classe média e traficantes em territórios de favela no Rio de Janeiro. A autora demonstra como a violência atravessa desigualmente essas duas formas de comércio, atingindo de maneira mais forte (com prisões e homicídios) o comércio de drogas localizado nas favelas.

Nesse sentido, o lança-perfume, ademais de sua proibição, continuou a ser consumido e comercializado no país. Na prática, o que ocorreu foi a criação de um novo mercado ilegal no qual perdeu-se de vista a composição dos ingredientes misturados para a fabricação do inalante e a dimensão de seus efeitos. Em 2018, por exemplo, foram produzidas algumas matérias jornalísticas a respeito das mortes provocadas pelo uso de lança-perfume nas

---

<sup>27</sup> A lei proibiu o consumo e comercialização de bebidas alcoólicas em território norte-americano de 1920 a 1933.

periferias da cidade de São Paulo<sup>28</sup>. A matéria, sensacionalista, associa pobreza, a “estética comum” descrita no capítulo anterior, funk, crime e morte com o uso indiscriminado de lança-perfume. Os solventes, no entanto, continuam sendo uma das substâncias psicoativas mais consumidas entre jovens de **escolas privadas e públicas** das redes municipais e estaduais de São Paulo (CEBRID, 2010). Contudo, é preciso destacar que cada público acessa produtos de procedência e composição distintas.

Uma das falas veiculadas pela reportagem citada também me foi dita por Carol, Clementina, Joana, entre outros interlocutores: “aumentou muito o uso de *lança*, nos últimos anos sim, mas não é só aqui, né?”. O efeito de seu uso é descrito como um “tuim”, imitando o barulho provocado nos ouvidos após sua inalação. A mistura, quando inalada, produz uma reação rápida e que dura poucos minutos, relatada como um zumbido nos ouvidos, acompanhado de uma confusão mental e excitação. Algumas das substâncias utilizadas em sua fabricação são altamente corrosivas.

Devido a seu efeito rápido, pode ser inalado, pelo mesmo sujeito, repetidas vezes na mesma noite. Esse uso contínuo pode, segundo interlocutores, provocar desmaios e a sensação de coração acelerado. Há também que se considerar que o *lança-perfume*, ao menos nos *bailes*, costuma ser inalado em conjunto com o consumo de bebidas alcoólicas, especialmente destilados misturados com energético, aumentando os efeitos de aceleração dos batimentos cardíacos.

Carol aproxima-se dos garotos e os repreende. O trio de meninos e ela já se conhecem, como é de costume pelo bairro. Ela questiona o porquê do uso daquela substância e pergunta se eles não vêem os amigos morrendo por causa disso. Os garotos, constrangidos, desviam o olhar e tentam desconversar. Eles não querem ter aquela conversa, demonstram que não aprovam a atitude de Carol, repetindo um desinteressado “*tá certo, dona*”.

Carol não se intimidava e seguia com sua intervenção. Ela pedia aos garotos que jogassem fora aquela garrafa. Insistente, continuou ao lado dos meninos por alguns minutos, repreendendo o uso do *lança*, “vai beber alguma coisa, vai fumar seu *baseado*, isso – o lança – mata, é uma porcaria, até essa maconha porcaria de vocês, é melhor”, dizia Carol. Até que o

---

<sup>28</sup> Matéria exibida em 2018 pelo programa Domingo Espetacular da Rede Record de Televisão. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=a\\_qfVJNn13o](https://www.youtube.com/watch?v=a_qfVJNn13o). Último acesso em 05 de julho de 2020.

garoto, por constrangimento ou irritação, joga a garrafa ao chão e aceita o copo de *whiskey* oferecido pelo amigo que o acompanhava.

\*\*\*

Após a notícia, por volta das 23 horas, Clementina não possuía muitas informações sobre o estado de saúde de Preta. Dias depois, saberíamos que estava bem e se recuperava em casa. A primeira vez que ouvi falar sobre Preta foi em janeiro de 2019. Clementina então me dissera: “Janaina, vamos nos encontrar? Tem alguém (Preta) que estou atendendo, que acho que seria legal você me ajudar. Também acredito que poderia interessar para sua pesquisa”.

Frente ao que me dizia Clementina, pergunto no que ela acreditava que eu poderia contribuir com esse atendimento. Ela então passa a me contar um pouco da trajetória da adolescente.

#### O atendimento de Preta

Como sugere seu apelido, Preta tem a pele preta e é magra o bastante para não transparecerem *curvas* identificáveis com noções correntes de feminilidade no universo brasileiro. Tem por volta de 1,70 cm de altura. Veste-se com roupas *masculinas*: bermuda larga, camiseta também larga, tênis e às vezes boné. Em outras, o cabelo cortado curto, *na régua*, com pequenas mechas loiras compõe seu “jeito de corpo” (SIMÕES, FRANÇA&MACEDO, 2010). A expressão *na régua* é usada quase sempre após um corte que é feito à navalha formando degradês, desenhos, linhas retas ou formas geométricas criadas pelo contraste entre o cabelo e o couro cabeludo. Preta tem algumas tatuagens aparentes, entre elas uma que se destaca: o nome feminino no antebraço, uma homenagem a sua mãe.

Toda a família de Preta é *envolvida*. A ideia de *envolvimento* é muito utilizada para se referir àqueles que atuam nas redes criminais. Pouco se diz, entre meus interlocutores, ela/ele é do crime. Essa construção nos ajuda a compreender a própria noção de *mundo do crime* que atravessa o cotidiano de sujeitos como Clementina ou Preta: não se trata de **ser**, mas sim de **estar envolvido**, a lógica é relacional e, portanto, passível de mudança. Essa forma de compreensão do mundo do crime no tecido social diz respeito, claro, a alguns crimes e

sujeitos específicos como o tráfico de drogas e os roubos e furtos. Trata-se de considerar que não há uma essência criminal maligna naqueles que vivem nas periferias e ocupam as posições mais precárias das atividades criminais. No entanto, não se trata de relativizar, por exemplo, crimes como estupro ou assassinato. Ao contrário, o mundo popular é muito rígido frente a essas práticas.

A mãe de Preta foi presa entre duas e três vezes e vive com um companheiro que está atualmente preso. O pai está preso há 5 anos. Preta tem 17 anos e vive desde o nascimento no Conjunto Habitacional Avião, um dos bairros atendidos pelo Núcleo de Medidas Socioeducativas coordenado pelo CDH Rosa. O conjunto habitacional Avião é descrito pelos trabalhadores do CDH, moradores do Parque São Jorge e moradores do próprio Avião como um bairro *complicado*.

Ah, aqui é muito violento. As relações são muito violentas, tem um ciclo de violência de extrema pobreza. Assim, o crime aqui é muito forte, sabe? Mas é por necessidade. Assim, não tem a ver com luxo, entende? Como em outros lugares, como o bairro que a gente foi aqui do lado, lembra? Lá a gente vê os carros grandes, as casas com luxo. Aqui não, aqui é desse jeito, por sobrevivência, já é assim há anos. Aqui é o *laboratório* e as *casas-bomba* (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

A comparação com a favela vizinha dá a dimensão do problema narrado. No Avião, ficariam as *casas-bomba*, pequenos depósitos onde são guardadas grandes porções de droga, de dinheiro e de armas. *Bomba* porque, se encontradas pelos agentes de segurança, resultam em prisões e porque atraem muitas operações policiais para o bairro. Lá também seria considerado um *laboratório*, que são compreendidos como lugares (ou territórios) onde são colocados em circulação novos carregamentos de substâncias químicas ou novas receitas. Ao mesmo tempo, também dizem sobre novas formas de repressão policial, colocadas em prática no bairro. São constantes as operações policiais no local e as práticas de extorsão por parte dos agentes de segurança também são muito relatadas pelos seus moradores.

Preta cumpre a medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) aos cuidados de Clementina. O perfil de Preta (baixa escolaridade, pele preta, residente das partes menos urbanizadas nas favelas, não inserção no mercado de trabalho formal) é o perfil majoritário dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MALVASI, 2011;

GALDEANO&ALMEIDA, 2018). O que não significa que esses sejam os únicos adolescentes que cometem infrações penais, mas sim que cometem as infrações consideradas relevantes nas práticas de incriminação e criminalização, de que fala Misse (2008).

A acusação social que constrói o criminoso (e que coincide com o início do processo de incriminação) é sempre resultante de uma interpretação contextualizada, entre agentes, de cursos de ação cujo significado “normal” ou “desviante” se produz nesse mesmo processo e não antes dele. Evidentemente, há uma pauta classificatória dos crimes (o Código Penal, por exemplo) que é anterior e exterior ao evento e que é tomada como referência; mas essa pauta não existe senão no processo social que a aplica, que a interpreta, que a contextualiza ou que a despreza. E há também a sensibilidade jurídica local, que nem sempre coincide ou concorda com os códigos peritos. O crime é definido primeiramente no plano das moralidades que se tornaram hegemônicas e cuja vitória será inscrita posteriormente nos códigos jurídicos (MISSE, 2010, p. 22).

No entanto, a questão pela qual Clementina gostaria de nos apresentar é outra: sua sexualidade. “Ela quer ser um garoto”, me diz Clementina. Em sua percepção, Preta tenta compreender-se enquanto um homem transsexual. A educadora me convidava empolgada para esse atendimento, estava muito feliz que eu pudesse lhe ajudar. Algumas me pareciam ser as possibilidades que a faziam feliz: a primeira seria uma espécie de semelhança estética entre mim e Preta, no que diz respeito ao borramento de certos signos de feminilidade e masculinidade. Clementina parecia reconhecer uma proximidade em nossas formas de experimentar o mundo. Embora, aos meus olhos, fôssemos muito diferentes, essa proximidade estética (os cabelos, roupas, orientação afetivo-sexual), para Clementina, poderia estimular uma identificação entre nós e, talvez, uma relação de confiança que contribuísse ao atendimento.

A segunda me parecia residir em uma expectativa, da parte de Clementina, de que o debate de gênero fosse por mim dominado através de minha trajetória na universidade e em projetos com adolescentes. Por fim, de maneira geral, Clementina empolgava-se no compartilhamento dos atendimentos e em desfrutar de uma companhia para as visitas e trocas de ideias a respeito dos casos sob sua responsabilidade. Essa relação era, portanto, produtiva para ambas, pesquisadora e educadora. Hoje, penso que todas as possibilidades elencadas eram válidas e operavam ao mesmo tempo.

Sobre Preta, ela me dizia:

Preta nunca me disse que é *trans*, mas sorriu quando coloquei em seu relatório que [ela] preferia ser chamada de ele. Eu escrevi **o adolescente** e os olhos de Preta brilharam. E com as meninas? Ela faz um sucesso, você precisa ver. Todas mulheres querem ele, mais novas, mais velhas, não importa, é um danado! (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Durante a construção desta narrativa, optei por manter as variações de pronome de tratamento (com relação ao gênero) que ocorriam em nossas conversas. Considero que essas mudanças são importantes marcadores analíticos. Não se tratam, no entanto, de uma não aceitação por parte de Clementina ou de um possível preconceito. Ao contrário, demonstram justamente uma tentativa de encontrar um sentido para aquela experiência. Clementina tem buscado ajuda e referências para trabalhar com as/os adolescentes a que atende, sendo o meu caso e de Preta, um exemplo disso.

Clementina narra outra história que, para ela, parece ser relevante na construção biográfica de Preta. Há alguns anos, uma de suas tias faleceu vítima de complicações em decorrência da SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida causada pelo vírus HIV), era uma mulher transsexual ou travesti, a referência também não é precisa nesse sentido.<sup>29</sup> O acontecimento foi muito duro para a família, Preta e a tia eram muito próximas.

Questiono Clementina sobre como é a aceitação de Preta no Avião. Ela me diz que sua sociabilidade é construída entre os meninos. O que Clementina parecia me dizer com isso, e depois pude observar em nossas visitas, é que o cotidiano de Preta era muito parecido com o dos garotos que circulam pelas redes mais baixas do crime no bairro. Aquela mesma “estética comum” descrita no capítulo anterior. Muitos dos garotos do bairro permanecem nas praças e compartilham roupas, cabelo, formas de falar e performances.

Não necessariamente estão *envolvidos* com o crime, muitas vezes estão apenas em momentos de lazer. Não existem outros espaços de sociabilidade juvenil no bairro e a praça é o local para se conversar, paquerar etc. Segundo Clementina, a aceitação do “jeito de corpo”

---

<sup>29</sup> Para discussões sobre gênero, sexualidade e HIV, ver Pelúcio (2007). A autora realiza uma etnografia sobre o modelo preventivo da AIDS entre travestis. Sobre o dispositivo da AIDS e as sexualidades dissidentes, ver Pelúcio&Miskolci (2009).

de Preta no Avião é boa. Ela me conta que são muitos os *casos* – referindo-se às diversas sexualidades – no território. Penso que essa é uma particularidade deste bairro.

Em minhas visitas ao Avião, de fato, observei a presença de muitos sujeitos com performances de gênero como Preta. Em especial as mulheres lésbicas mais *masculinas* e/ou os homens transsexuais eram bastante visíveis durante o dia. Observei fenômenos parecidos na favela do São Jorge. Os homens gays, mais *efeminados* e/ou as travestis e mulheres transsexuais eram raramente vistas durante o dia, circulando mais durante as noites e madrugadas. Ao que me parece, ainda que esses corpos possam ser considerados dissonantes da norma, as suas possibilidades de circulação obedecem à lógica na qual o mundo público é território do masculino.<sup>30</sup>

Além disso, o envolvimento familiar (de Preta) no crime produz um *conceito*, ou seja, sua família acumula certo respeito no bairro. Esse respeito pode significar temor, admiração ou ambos e significa a evidência de que o *crime* consiste em um regime normativo (FELTRAN, 2011) importante no ordenamento cotidiano. Significa também que a possibilidade de violência que emerge do descumprimento dessas regulações também está imbricada nessa noção de respeito.

Preta faz uso de maconha e lança-perfume. A Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro não atende a sua família. Clementina me explica que o motivo é o medo de sua mãe. No Avião, a relação dos moradores com a unidade é bastante tensa e mediada ora pelos *irmãos*, ora pela Polícia Militar. A unidade, construída apenas recentemente, acumula muita desconfiança por parte dos moradores. Um episódio pode ajudar a traduzir essa tensão: uma cena de um dia de visita em que acompanhei Clementina pelo bairro.

Nesses dias, as educadoras vão às casas dos/das adolescentes pelas quais são responsáveis, em especial aqueles que estão com muitas faltas ou que nunca compareceram ao Núcleo. Essas visitas eram frequentes por parte de Clementina, incluindo visitas em finais de semana e feriados. A jornada de trabalho de Clementina ultrapassa em muito os limites da jornada de 30 horas semanais que cumpre no Núcleo de Medidas. Acompanharíamos a Enfermeira Chefe da UBS em um atendimento domiciliar a um dos adolescentes acompanhados pelo Núcleo de Medidas Socioeducativas.

---

<sup>30</sup> Puccinelli (2018) trata das relações entre produção da cidade e sexualidade em São Paulo.



Clementina não quis chegar ao local do atendimento acompanhada das agentes de saúde e mudou nosso caminho, me guiando para que contornássemos o quarteirão, de modo a não parecermos vinculadas uns aos outros. Segundo ela, a relação de desconfiança dos moradores em relação à UBS poderia prejudicar seu vínculo com a família. Durante o caminho, falávamos sobre o descompasso entre as roupas da enfermeira e o território – descendo as ruas da favela, entre vielas e descidas íngremes, com um sapato de salto alto, jaleco branco, longos cabelos ruivos e maquiagem. Clementina rindo me dizia:

É por isso que não *bate, né?* Não tem identificação, **não é gente como a gente**. Chega ela assim na casa que está toda virada de ponta cabeça com os problemas dos filhos, as mães desconfiam” (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Clementina também me dizia que a unidade não compreendia as dinâmicas acerca do crime e da violência no bairro, responsabilizando, individualmente, as mães – que “se exercessem seu papel corretamente, o filho não entraria no crime” - e isso provocava ainda mais antagonismo entre esses atores. A cena descrita é apenas ilustrativa e diz pouco sobre a competência do trabalho da enfermeira, por muitas vezes elogiada pelos educadores do Núcleo MSE. No entanto, demonstra que há uma fissura entre esses mundos, ou seja, são mundos distintos em desentendimento. A enfermeira e Clementina, ou a enfermeira e aquelas mães descritas por Clementina, não compartilham os mesmos sentidos do mundo, não compartilham um comum, no sentido de Rancière (2005).

Preta também tem dificuldades em sua trajetória educacional. Não tem domínio sobre a leitura e a escrita formal. Está na sétima série e, a despeito de seu interesse em estudar, a dificuldade de compreensão e a idade avançada em relação ao seu ano escolar não lhe permitem continuar os estudos. São constantes suas tentativas de retorno à escola seguidas de evasão. Seu envolvimento com o crime, mais especificamente com o tráfico de drogas, também oscila entre períodos de maior ou menor aproximação. Preta ocupa as posições mais baixas no comércio de drogas ilícitas, transportando pequenas encomendas para *biqueiras* ou vendendo pequenas porções destinadas aos consumidores finais.

Alterna os períodos de trabalho no tráfico, com o trabalho informal de ambulante vendendo água em sinais de trânsito e paradas de ônibus. Nos encontramos pela primeira vez em fevereiro de 2019, após inúmeras tentativas de encontrá-la pelo bairro.

Tão bonita, folgada comigo hein? Já chega e vai falando – e *ai* Clementina, e ai? (imitando a forma gíngada de falar de Preta) – muito forte essa menina sabe? Várias coisas em volta dela, fome e violência. Preciso achá-la porque não quero ter que dar descumprimento de medida (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

A educadora referia-se às faltas de Preta nas atividades do Núcleo de Medidas Socioeducativas. Essas faltas poderiam levar ao *descumprimento* de sua medida. Descumprir uma Medida Socioeducativa pode levar a diversas atitudes da/do juiz(a) responsável pelo caso. Entre elas, as mais comuns são o acúmulo ou o aumento do tempo de cumprimento de medida. O primeiro significa, por exemplo, que se cumprindo 3 meses de medida judicial, o/a adolescente poderia passar a cumprir 5 meses. O segundo significa, por exemplo, que, se cumprindo PSC (Prestação de Serviço à Comunidade), o/a adolescente poderia passar a ter que cumprir a PSC e mais alguns meses de Liberdade Assistida (LA)<sup>31</sup>.

Cada vez mais preocupada e, literalmente, perdendo o sono pela falta de notícias de Preta, Clementina me convidava para sair a sua procura pelas ruas do Avião semanalmente. Por fim, a encontramos em um dia *de visita*. Quando a encontramos, estávamos caminhando pelo bairro eu, Clementina, Amanda (também educadora do Núcleo), uma professora norte-americana (que acompanhava o trabalho de Clementina na Associação Familiares de Presos) e Ivone (moradora do bairro). Descíamos a rua da praça principal e de longe avistamos Preta acompanhada de outros dois garotos, todos sentados no banco da praça.

A praça situa-se em um pequeno morro em um nível mais alto do que a rua. É composta por poucos bancos de concreto e um mato alto. Ali se concentram grupos de garotos e rapazes mais velhos. Naquele dia, cerca de 20 garotos ocupavam o lugar. A praça é um ponto privilegiado para observar a movimentação da *quebrada*. Alguns dos garotos utilizam o espaço para exercer a função de *olheiro* para as *biqueiras* da região.

---

<sup>31</sup> Sobre o Sistema de Medidas Socioeducativas, ver Malvasi (2011).

O *olheiro* é responsável por informar àqueles que trabalham nos pontos de comércio de drogas ilícitas (as *biqueiras* ou *lojinhas* em SP ou *bocas* no RJ) qualquer movimentação estranha no bairro, especialmente as que sugerem a presença de operações da Polícia Militar ou Civil. Além disso, a praça é um dos poucos espaços de sociabilidade no bairro. Portanto, garotos e garotas, envolvidos ou não com o mundo do crime, passam as tardes, noites e finais de semana conversando, paquerando ou *tirando um lazer* naquele espaço.

“Olha aí, hoje você não me escapa”, gritou Clementina dando risada e apressando o passo. Como estávamos em muitas pessoas, concordamos que Preta ficaria intimidada e deixamos que Clementina fosse a seu encontro. Ficamos todas esperando, em um canto da praça, não sem antes apertarmos as mãos dos dois garotos que acompanhavam Preta. As duas sentaram-se em uma mesa de concreto e começaram a conversar.

Passados alguns minutos, Clementina me chamou e disse “vem cá, quero que vocês se conheçam”, referindo-se a mim e Preta. Ela então nos apresentou e contou, telegraficamente, a respeito de minha pesquisa, dizendo em seguida que seria legal que nos conhecêssemos e conversássemos um pouco. Me apresentei dizendo que era do interior do estado e fazia um trabalho vinculado à universidade a respeito do cotidiano das periferias. Segui dizendo que Clementina havia me dito muito a respeito dela, brincando com o quanto havia sido difícil encontrá-la. Preta retribuiu sorrindo.

Continuei dizendo “Clementina me disse que você gostaria de voltar a estudar, mas que antes queria treinar um pouco a leitura e a escrita para ter mais facilidade na escola, é isso?”. Preta respondeu que sim. Diante de suas poucas palavras, tentei animar a conversa dizendo “quem sabe em um espaço mais tranquilo poderíamos treinar um pouco? Podemos tentar desenvolver isso juntos, o que acha?”. Preta concordou timidamente. Combinados feitos, nos encontraríamos de novo dali duas semanas.

## A oficina

Era a primeira vez que iria sozinha ao Avião. Portanto, como conhecia muito pouco da região, saí com razoável antecedência. O trajeto levou cerca de 25 minutos até o local,

divididos em 5 minutos de caminhada de minha casa até o terminal de ônibus, 15 minutos dentro do transporte coletivo e mais uma caminhada de 5 minutos entre as vielas do conjunto habitacional. Após o trajeto, cheguei ao colégio municipal do bairro, local que sediaria nossas oficinas.

A distância pode ser considerada bastante curta para os parâmetros de São Paulo. A escola é grande, pintada em azul, com as características comuns às escolas municipais das periferias paulistas: uma arquitetura retangular, um grande portão de ferro e grades metálicas por todo o seu contorno. A arquitetura lembra os prédios da Fundação Casa (instituições de reclusão para adolescentes em ato infracional) construídas no estado. A reflexão a respeito da semelhança arquitetônica dessas instituições (penais e educacionais) é antiga, ao menos desde Foucault (2014).

Como chegara mais cedo, sentei-me na calçada em frente à escola. Alguns minutos depois, vi Preta que rapidamente entrava pelos grandes portões azuis do colégio. Levantei-me e fui ao seu encontro. Nos cumprimentamos com um aperto de mão e Preta mais que depressa se dirigiu para a sala de Miguel (o diretor pedagógico da escola). Eles são velhos conhecidos; Preta, como a maioria dos/as adolescentes do bairro, havia frequentado aquele colégio em algum momento de sua trajetória escolar.

Na semana anterior, Clementina e eu conversamos com Miguel, solicitando uma de suas salas para as aulas de alfabetização de Preta, o que ele prontamente nos cedeu. Miguel é negro, 1,70 de altura, cerca de 50 anos e mantém boas relações com o CDH Rosa, a partir de uma longa trajetória na militância política e de direitos humanos. Essas relações tornaram plausível que ele cedesse a sala desocupada, algo que poderia não acontecer com facilidade em outro contexto. Os/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não gozam de prestígio dentro do ambiente escolar.

Seguimos então para a sala de aula. Miguel nos acompanhava comentando que o dia estava conturbado por conta das manifestações grevistas de servidores municipais contra a aprovação do programa SampaPrev (a reforma da previdência paulista cuja contribuição previdenciária dos servidores municipais aumentou de 11% para 14% o desconto direto na folha de pagamento). “Ao menos 45% da escola parou, mas em dia de manifestação, como hoje, todos param”, disse Miguel. Isso explicava o silêncio no prédio. A greve dos servidores durou 19 dias e o projeto foi, temporariamente, retirado de pauta, sendo aprovado, quase um

ano depois, em 03 de março de 2020, na Câmara Municipal de São Paulo, enquanto cerca de 15 mil professores e servidores públicos protestavam nas dependências do prédio e foram violentamente reprimidos.<sup>32</sup>

Miguel se despede e iniciamos, eu e Preta, nossa atividade. Preta vestia a camiseta com o rosto de um garoto seguido das palavras “jamais te esqueceremos guerreiro”. O garoto era Jonatan, seu irmão, morto por overdose de lança-perfume no ano anterior. Nesse momento, já era impossível ignorar que essa substância atravessava parte significativa das mortes narradas em minha rotina de trabalho no distrito de Rosa. Um silêncio tomava a sala, Preta falava pouco. Para *quebrar o gelo*, perguntei sua palavra preferida.

É futebol. Eu jogava antes do acidente. Eu *tava* descendo da moto, assim – imita como se estivesse descendo de uma moto ao jogar a perna por cima de um lado a outro do banco – *ai* o carro passou por cima da minha perna, que *tava* do lado da rua. Eu não tinha visto. Quebrou a tibia e o fêmur, coloquei um *monte* de pinos, *ai* não dá mais para jogar, dói muito se eu tento (Preta, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Comento que também gosto de jogar futebol. Sinto um alívio ao perceber que poderíamos ter algo em comum. Também lhe pergunto se gosta de escutar músicas de RAP. Preta responde que sim. A resposta positiva me estimula, digo, então, que começaríamos a trabalhar com o livro do Racionais Mcs, “Sobrevivendo no Inferno”, publicado em 2018. Preta não conhece muito o grupo de RAP paulista, muito popular nas periferias da cidade entre os anos 1990 e 2000. Acho graça disso e penso ser uma coisa geracional. A escolha de iniciar com as músicas levava em conta uma expectativa (minha) de que Preta talvez pudesse ter alguma familiaridade com as letras e, portanto, maior facilidade na leitura. A inspiração era, claramente, freireana: para aprender é preciso construir a conexão entre conhecimento, contexto, experiência (FREIRE, 1987).

Lemos a última estrofe da música “Periferia é Periferia”. Por um lado, as palavras lidas, apesar de fazerem sentido para Preta, me mostraram que sua dificuldade residia no próprio reconhecimento dos sons de cada sílaba. Exercitamos a divisão silábica das palavras e

---

<sup>32</sup> “Aprovação da Reforma da Previdência em São Paulo tem protesto e repressão da PM”, Ponte Jornalismo, disponível em: <https://ponte.org/aprovacao-da-reforma-da-previdencia-em-sp-tem-protesto-e-repressao-da-pm/>. Último acesso: 10 de julho de 2020.

sua grafia no caderno de caligrafia que eu levava como um presente de início das atividades. Para um primeiro dia, até que nos saímos bem. Já na calçada do Colégio, Preta me mostrou a foto de sua namorada. O relacionamento resultara em confusão. A família da namorada não aceitava a relação homossexual, sugeriram até que procurariam os *irmãos* para um *debate*. Preta não estava preocupada, confiava que tinha agido pelo *certo* (HIRATA, 2018). Ou seja, que não havia infringido nenhum código de conduta naquela situação.

Por fim, pergunto como gostaria que eu lhe chamasse, se ficaria mais confortável com o pronome ele ou com ela. Preta, indiferente àquela formulação a respeito de seu gênero, riu e me disse: “Ê Clementina! Ela que falou isso, né? Eu não sei disso, pra mim é só Preta, só Preta mesmo”. Rimos, dividimos um cigarro e Preta caminhou para o interior do bairro. Eu esperei o ônibus que me levaria de volta para o Parque São Jorge.

O que a história de Preta nos ensina é que parece haver um descompasso entre as Grandes Categorias - nesse caso gênero - e a experiência concreta vivida pelos sujeitos. A indiferença de Preta não era com a própria sexualidade e identidade de gênero, mas com as categorias com as quais eu formulei minha questão e com as quais Clementina buscava compreender sua experiência. Nesse caso, a estética compartilhada por Preta (as tatuagens, o cabelo, o corpo *masculinizado*, a sociabilidade do crime) produziu, entre nós, uma confusão seguida da necessidade de enquadramento daquilo que víamos. No entanto, as classificações de gênero mais normativas, como os polos binários “homem” e “mulher”, não explicavam sua experiência.

Preta era como os meninos de seu bairro, portanto, era plausível pensar que *seria* um deles. Era preciso descobrir o que Preta é nos signos disponíveis em **nossos** mundos. Talvez, Preta e sua performance fossem interpretadas, por exemplo, nas Igrejas mais conservadoras de seu bairro, como uma “aberração aos olhos de Deus”, como alguém que precisa reencontrar o “caminho”. Afinal de contas, Preta seria, impreterivelmente, uma mulher. O debate aqui seria calcado na diferença biológica entre os sexos relativa ao órgão genital. Pênis significam homens, vaginas significam mulheres.

Clementina, por sua vez, orientada pelo debate de sexualidade e gênero mais contemporâneo e progressista, descobre um novo espectro possível para que aquela experiência fosse enquadrada. A transsexualidade passava a ser uma possibilidade. Clementina buscava positivar essa descoberta, ou seja, era de seu interesse que Preta soubesse

que poderia ser o que quisesse. A interpretação de sua experiência, por Clementina, estava ancorada em uma necessidade de produzir compreensão e inteligibilidade para a situação vivida.

No entanto, quando Preta é confrontada com a minha questão, a pergunta não era inteligível. Não porque incompreensível, mas porque não era plausível para Preta naquela situação específica. Aquela tentativa de enquadramento, no caso do gênero de Preta, não funcionava. Tampouco a da igreja funcionaria. O debate das categorias que definem identidades de gênero, portanto, não produzia sentido em sua vida cotidiana. Muitas outras vezes esse enquadramento funciona justamente porque é plausível que funcione. Esse é um debate de politização da experiência através da criação de novas categorias com novos sentidos, que, no entanto, não traduzia o cotidiano de Preta. Preta gostaria de ser apenas Preta.

Nesse sentido, é que argumento que as Grandes Categorias produzem descompassos frente à experiência concreta dos sujeitos. Esse descompasso produz um espectro de narrativas e performances possíveis que ora está mais fixo, ou seja, mais próximo à norma, ora menos. Efreem Filho (2017a) nos ajuda:

“Feminino” e “masculino”, para além de “construtos culturais”, são categorias móveis e maleáveis que se atualizam nas práticas dos sujeitos como norma e/ou transgressão e não se conformam em díades de opostos. Antes, são femininizações e masculinizações historicamente contextuais, individuais e coletivas, acionadas segundo os confrontos e as acomodações próprios a determinadas relações de poder (EFREM FILHO, 2017a, p. 50).

Pensar como propõe o autor nos ajuda a observar aquilo que Brah (2006) argumenta: a experiência é o lugar de formação do sujeito. Anos antes, Scott (1998) também dizia que a experiência é a história de um sujeito, muito embora, para a autora, e eu concordo, ela não seja a origem da nossa explicação, mas sim aquilo que queremos explicar. Quer dizer, experiência e sujeito se constroem mutuamente, pois

as experiências não são posteriores a um sujeito preexistente. Sujeito e experiência não são “entidades unificadas” ou isoláveis. Pelo contrário e contraditoriamente, o sujeito – o “eu” ou o “nós” - constrói-se enquanto conjuga os verbos que experimenta (EFREM FILHO, 2017a, p. 80-81).

A experiência, portanto, não é uma evidência da diferença, mas sim o vetor analítico pelo qual podemos compreender como opera a diferença. As Grandes Categorias acabam por tornar invisível a disputa de seus próprios sentidos, justamente, porque as categorias:

não são palavras, conceitos ou expressões que se aprendem na escuta de explicações – mesmo as “nativas”. **Categorias são intervalos de sentido delineados pelas fronteiras do plausível, em cada contexto [...]**É no correr da vida, nas relações entre experiência e linguagem, que se produz o *uso* e, portanto, o sentido categorial: parâmetros pragmáticos, uma ordem de ação e suas matrizes de valoração do mundo vivido. É na experiência vivida, ou seja, na sequência das interações – tanto rotineiras quanto disruptivas como essa, que se produz o sentido, frente a um *continuum* de possibilidades, e as fronteiras – limites do plausível – das categorias (FELTRAN, 2017, p. 3-4).

Simões, França&Macedo (2010) também argumentam que a marcação da diferença,

É um componente-chave de qualquer sistema classificatório. Desse modo, pessoas, objetos e comportamentos ganham sentido – vale dizer, são socialmente produzidos – por meio da atribuição de diferentes posições em um sistema classificatório. É importante distinguir entre a lógica interna que articula categorias em sistemas classificatórios e os processos de classificação propriamente ditos. As categorias definem-se umas em relação às outras, além de atravessarem e circularem por diferentes relações; assim, por exemplo, categorias referentes a sexualidade e gênero inscrevem-se com frequência em matrizes de cor/raça, e vice-versa, tornando-se muitas vezes uma linguagem poderosa para expressar hierarquias e desigualdades sociais mais amplas. A classificação é o processo pelo qual indivíduos tornam-se sujeitos e atores sociais, apropriando-se de – ou sendo levados a se reconhecer em – determinadas identidades; o que, por sua vez, lhes abre determinados cursos de ação (SIMÕES, LINS FRANÇA&MACEDO, 2010, p. 40-41).

No entanto, tomo também como inspiração para arquitetura deste texto aquilo que argumenta Feltran (2017): interessa pensar a “estética de emergência” (FELTRAN, 2017, p.4) das categorias, ou seja, como são produzidas, por quem, em que situações cotidianas e, principalmente, como são negociadas. Não é possível, claro, explorar cada um dos debates em torno de categorias como raça, classe, gênero, sexualidade, entre outras que carregam consigo debates muito amplos e diversos entre si. Dito isso, reconstruirei, a partir de agora, três cenas de interações multissituadas. A interpretação dessas situações busca refletir sobre os



pressupostos categoriais que balizam noções de raça, classe, periferia, gênero, sexualidade e crime e suas negociações cotidianas.

## **2.2. Intervalos de sentido**

### **2.2.1. Cena 1: bicha ladrão, ladrão bicha não!**

Caio é morador da favela do São Jorge, tem 21 anos. Nos conhecemos andando pela rua Liberdade, descrita na introdução, e fomos apresentados por Joana. Muito falante, Caio adora contar suas histórias, entre um cigarro e outro, enquanto passa as mãos pelos cabelos castanho escuros, lisos e curtos. Ele fala alto enquanto sobe e desce com seu *rebolado* as ruas da favela, sem camisa, com os músculos aparentes e a calça jeans de cintura alta que reveza com as bermudas de *tactel*. É conhecido como *folgado*, o que significa, segundo meus interlocutores, “não levar desaforo para casa”, como diria o ditado popular. Ou seja, quando questionado, Caio não deixa de responder. Dentro do CDH Rosa é considerado um rapaz difícil, justamente por seu temperamento.

Sua mãe é uma pessoa fundamental na organização das dinâmicas da Rua Liberdade, ela transita pelas redes do crime, da igreja e do CDH com muita facilidade. Nem por isso é funcionária do CDH ou devota de alguma denominação religiosa ou atuante em práticas criminais. O que ela acumula é o domínio desses diferentes códigos que permitem o trânsito entre essas múltiplas instâncias. Esse trânsito é fundamental para a construção desses sujeitos que atuam como mediadores ou tradutores desses mundos. Além disso, circular entre essas fronteiras permite uma possibilidade muito maior de negociação com atores distintos. Essa negociação permite à sua mãe ocupar uma posição importante na resolução dos conflitos do bairro e a possibilita acessar instâncias diferentes de justiça, de assistência etc.

Nesse caso, há um limite para isso, que é a fronteira com o Estado. Para sua mãe e sua família, essa é uma instância considerada completamente distante, reconhecida apenas por sua face repressora. Ou seja, o Estado é sinônimo, na maioria das vezes, de agentes de segurança

pública, como a Polícia Militar, ou de instituições como as prisões. A associação é direta, Estado é sinônimo de violência.

Caio e sua família moram nos estratos mais precarizados da favela que são também os que mais sofrem com a repressão violenta das forças de segurança pública. A rua Liberdade é conhecida no território como uma das que mais sofre com operações policiais violentas. A mãe de Caio, nos últimos dias de meu trabalho de campo, foi violentamente agredida por policiais militares ao tentar impedir uma prisão, segundo meus interlocutores, violenta e forjada, que acontecia no local.

Caio se considera moreno, “negro é quem é preto, a cor da pele preta mesmo, tipo a Joana, e o cabelo crespo”, me dissera em uma de nossas conversas. A fala de Caio é comum em alguns espaços do Parque São Jorge, em especial, entre aqueles pouco vinculados aos movimentos sociais e culturais ou organizações de direitos humanos. Ser negro, para Caio, é sinônimo de um fenótipo específico, a cor da pele retinta, os cabelos crespos. A gramática racial, portanto, é muito pouco afeita ao modo de racialização preconizado por parte dos movimentos contemporâneos ligados à luta racial nos EUA ou no Brasil<sup>33</sup>.

Na família de Caio são muitas as questões em torno do diagrama racial, como ele me contara: “É um pouco até de racismo, sabe? Hoje isso *tá* melhor, mas a gente já teve muito problema com isso em casa, de xingar, maltratar”. O garoto refere-se às mulheres de pele com tonalidade mais escura de sua família: a avó e a mãe. Ele e as irmãs, Aline, Verônica e Letícia, têm a pele morena - categoria do interlocutor - e o cabelo liso. O contraste entre a interpretação de Caio, por exemplo, e a gramática racial produzida nos eventos do CDH Rosa, realizados na favela, é evidente.

Quando estamos em um dos saraus organizados pelo núcleo de cultura do CDH Rosa ou conversamos com parte de seus educadores, estes se reconhecem amplamente como “negros” e “periféricos”. Para além da cor da pele ou do fenótipo, suas narrativas são vinculadas a uma construção política da categoria, apreendida em longas trajetórias em movimentos sociais, especialmente o Movimento Hip Hop e o Movimento Negro. Nesse caso, corpos distintos cabem no guarda-chuva político da categoria. ‘Negro’ pode significar diferentes tonalidades de pele, cabelos, fenótipos. Mas, principalmente, significa a

---

<sup>33</sup> Para uma revisão sobre a produção a respeito das produções acadêmicas em relações raciais no Brasil, ver Moutinho (2014).

reivindicação de uma identidade coletiva positiva e de afirmação calcada na memória de uma luta ou articulação política também coletiva e no reconhecimento de uma história marcada pela desigualdade racial.

A mesma categoria “negro”, portanto, pode assumir sentidos muito diferentes, a depender da estética de sua emergência. Os saraus e rodas de conversa organizados pelo Núcleo de Cultura do Cedeca Rosa, por exemplo, abordam temáticas como o genocídio da juventude negra, racismo, violência e desigualdade racial, políticas públicas e direitos humanos. Nesses eventos, fica evidente a construção de um diagrama racial cuja própria enunciação é politizada. O cabelo *black power* dos/das participantes, as letras de poesia marginal (NASCIMENTO, 2009; MEDEIROS, 2013), o RAP, o *break* (dança que compõe um dos cinco elementos do Hip Hop) e/ou as camisetas com frases políticas compõem a estética que torna possível a reivindicação por espaços mais igualitários e os discursos que enunciam a existência de polos opostos no conflito social, brancos e negros, pobres e ricos, Estado e periferia.

A categoria raça se constitui em conjunto com uma série de outros marcadores sociais. Suas relações com gênero, classe e território também chamam atenção. O Núcleo de Cultura tem na composição de seu quadro de educadores um perfil diverso no que se refere ao sexo e à geração e também diversas são as suas atividades (capoeira, dança de rua e Hip Hop, produção cultural, produção musical, ballet, futebol *callejero* e *deejay* “DJ”). No entanto, o Núcleo de Medidas Socioeducativas é composto apenas por mulheres. Quer dizer, os trabalhos do acompanhamento e do cuidado relacionados mais diretamente ao cotidiano dos adolescentes, sua saúde e educação, são um trabalho generificado, acompanhando os quadros mais gerais da divisão sexual do trabalho (TARTUCE, 2013; HIRATA, 2016).

No que diz respeito às atividades, em especial as oferecidas pelo Núcleo de Cultura (capoeira, ballet, Hip Hop, produção musical), os/as alunos/as apresentam estéticas bastante diversas, meninos, meninas, pessoas cis e transexuais e majoritariamente negras. No entanto, os adolescentes que conseguem acumular uma trajetória de regularidade no núcleo são aqueles que mais se afastam dos signos de criminalização. São, portanto, aqueles que têm maior escolaridade, cor de pele mais clara e uma estética mais distante dos signos que marcam a representação criminalizada dos *favelados*. Motta (2017) aponta fenômeno similar

em sua tese. A autora constrói uma tipologia a respeito das diferenças entre os jovens que são ou não acessados pelos projetos sociais.

Outro exemplo do entrelaçamento dessas categorias é o quadro de estudantes do Cursinho Popular oferecido na Biblioteca Comunitária administrada pelo CDH Rosa. Todas as alunas são meninas, brancas em sua maioria e moradoras das partes mais urbanizadas das periferias, com apenas uma exceção no conjunto das estudantes (uma garota moradora de regiões menos urbanizadas da favela, neta de uma funcionária do núcleo). A questão recorrente entre os/as educadoras era: onde estavam os meninos da favela? A pergunta era respondida com pesar: nos postos mais precarizados de trabalho informal e/ou ilegal.

O que os educadores constatavam era o dado já descrito anteriormente, o perfil mais atingido pela criminalização dos territórios de favela é o de homens, jovens, negros, com baixa escolaridade, alguns deles também inscritos em mercados criminais. O contraste entre os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e aqueles que acessam o cursinho popular é evidente. As categorias de raça/cor, sexo, renda familiar estão distribuídas desigualmente. Apesar disso, o acesso à universidade ainda é uma realidade distante dos moradores daquela região específica da favela.

Todas essas categorias são apenas um exemplo das reciprocidades (EFREM FILHO, 2017a) que constituem essas relações e que atravessam a construção narrativa de Caio ou dos educadores do CDH. Ao andar pelas ruas, casas de família, bares e padarias e entre as crianças que brincavam na biblioteca comunitária da Rua Liberdade gerenciada pelo CDH, pude identificar reiteradas vezes o diagrama proposto por Caio: negros ou pretos são aqueles de pele retinta, sendo os outros considerados morenos, mulatos, pardos ou mesmo brancos. As categorias demonstram a constituição de outro tipo de diagrama racial muito mais próximo a noções de uma democracia racial, orientada mais pelos signos da miscigenação e do embranquecimento, diferente daquele constituído através da reivindicação política da categoria negro, e de toda sua estética, presente em parte dos movimentos sociais contemporâneos.

\*\*\*

Outras relações categoriais também são coproduzidas de maneira similar. Uma cena de um dos eventos realizados pelo Centro Comunitário do bairro nos ajuda a compreender como a construção desse intervalo de sentidos opera.

Fevereiro de 2019, sábado. O fim de semana contaria com dois eventos importantes: uma roda de conversa sobre a Reforma da Previdência<sup>34</sup> que, a época, tramitava no Congresso Nacional, aconteceria no Centro Comunitário da favela do Parque São Jorge e, em seguida, o sarau organizado, mensalmente, pelo Núcleo de Cultura do Cedeca Rosa aconteceria na Biblioteca Comunitária, um dos núcleos de trabalho da entidade, também na favela do São Jorge. A roda de conversa seria facilitada por um dos membros do Conselho do CDH Rosa. O Conselho é formado por membros da comunidade e funcionários da entidade. O facilitador, homem, branco, com cerca de 65 anos, cabelos brancos, vestia uma calça jeans com uma camiseta monocromática e óculos. O homem trabalha com a organização de direitos humanos há décadas. Foi formado na militância política através das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e é um importante articulador dos movimentos políticos de esquerda vinculado aos partidos políticos da região, em especial, o Partido dos Trabalhadores. A roda de conversa contava também com a participação de educadores do Centro Comunitário, em sua maioria mulheres jovens, moradoras ou ex-moradoras do Parque São Jorge. Contava também com a presença de algumas mulheres moradoras da região, entre 50 e 60 anos, como Joana. Além, claro, de mim mesma. Totalizando cerca de 15 pessoas. A roda iniciara com uma atividade de dinâmica entre as/os participantes. A brincadeira consistia em uma dança das cadeiras, animada por perguntas de conteúdo pessoal, para que os/as participantes conhecessem uns os outros. Após o final da dinâmica, o facilitador inicia sua fala. Em cerca de 40 minutos, ele, já bastante conhecido entre os/as presentes, realiza uma análise de conjuntura a respeito da política nacional e versa sobre os prejuízos do projeto de Reforma da Previdência para os/as trabalhadoras, contribuintes da previdência social, em especial, aqueles moradores das regiões mais pobres da cidade. Juntos, lemos o projeto para trabalhar as dúvidas dos/das presentes a respeito do novo projeto de lei. As/os presentes se interessaram especialmente pelas implicações no BPC (Benefício de Prestação Continuada) e nas mudanças para a contribuição de mulheres. **Um fato chamou minha atenção. Jaqueline foi embora nos primeiros 10 minutos da exposição** (Maldonado, registro em diário de campo, 2019).

Jaqueline, moradora da favela do São Jorge, ocupou postos de trabalho informal durante toda a vida. Vive em uma casa que mistura blocos de concreto e pedaços de madeira. Jovem, por volta dos 30 anos, negra, mãe de 3 filhas pequenas. Ela se levanta e vai embora, a frustração desse projeto já é sentida em toda sua trajetória, ela nunca experimentou o projeto de integração. Para ela, pouco sentido faz discutir a perda de direitos no mundo do trabalho formal, Jaqueline nunca teve uma carteira assinada, tampouco contribuiu à Previdência

---

<sup>34</sup> “Reforma da Previdência é promulgada”, Câmara dos Deputados, disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/611971-REFORMA-DA-PREVIDENCIA-E-PROMULGADA>. Último acesso em 10 de julho de 2020.

Social. A luta política institucional está distante de seu cotidiano. Tal qual a mãe de Caio, o Estado é conhecido, por ela, apenas em sua face repressora.

Juca também era morador de uma periferia da cidade. O homem, no entanto, conduzia a roda de conversa e construía pares de igualdade entre trabalhadores e periferia. Trabalho e formalidade. Política e direitos. A gramática pela qual construía sua intervenção era a do trabalho formal, da carteira assinada, da contribuição à previdência social. Ele falava a partir da frustração de ver um projeto de integração dos mais pobres se dissolver através daquilo que reconhecia como uma derrota da luta política institucional. Falava, portanto, para uma parte específica das periferias. A igualdade construída por Juca entre o território, a periferia e o trabalho não era plausível para a parte conhecida por Jaqueline. A periferia de Jaqueline era outra, assim como o mundo do trabalho.

\*\*\*

Voltando à história de Caio. Caio cursou até a sétima série e mora sozinho em um barraco de madeira na rua Liberdade que com orgulho diz ser seu. O espaço foi conquistado há pouco tempo. Antes revezava períodos de moradia com a avó e com a mãe, que moram naquela mesma rua. Em outros períodos, movimentou-se por outros bairros como o Conjunto Habitacional Avião e o centro da cidade. Sua movimentação tinha a ver com sua longa trajetória no crime. Apesar da pouca idade, já transitou por diferentes circuitos criminais, seja transportando drogas das periferias ao centro e vice-versa, no comércio varejista das biqueiras próximas a sua casa ou realizando roubos de carro.

Quando nos encontramos, Caio saíra há poucos meses do cárcere. Um diálogo em que ele elabora a respeito de sua homossexualidade e das relações com o crime chamou minha atenção:

*O comando é a paz. Não entra viado no comando. Eu concordo, se não ia virar bagunça. Meu corpo sempre foi assim, mais de homem, sabe? Acho que por isso também que eles confiavam, mas ser irmão eu não posso, nunca, por causa da minha opção. Eu nunca me vesti de mulher, nem nunca imaginei. Eu nunca seria uma mulher. Meu corpo é de homem, eu sou homem. Que nem meu amigo assim que se veste, minha mãe não gosta, não aceita. Não aceita esse tipo de coisa. Agora eu entendo ela, eu demorei pra me assumir assim, era só quando eu saía ou quando ela*

me via dançando, rebolando no *fluxo*, aí ela sabia né? Mas pra minha mãe é isso, né? É a *sapatão estragada* [refere-se a sua irmã] e o irmão *viado*. É difícil pra ela (Caio, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

A narrativa de Caio é bastante clara, há níveis aceitáveis de homossexualidade (como ele) e níveis inaceitáveis (se vestir de mulher). Ele, um homem gay, considera que a presença de pessoas como ele atrapalharia o funcionamento do *comando* (PCC). Nesse sentido, apesar de se considerar em um polo aceitável do que é a homossexualidade, o Comando está certo porque não seria possível dizer quem pode ou quem não pode, o justo é que se proibam todos. Toda a fala de Caio é construída através de pares de oposição. O *Comando* é a paz. Os *viados* seriam aquilo que poderia atrapalhar essa paz. Ele é homem, seu corpo é de homem, jamais poderia ser uma mulher. O mundo do crime é masculino em sua normatividade.

Essas restrições em relação à performance de gênero parecem estar relacionadas com o lugar da masculinidade no sistema de valores do mundo do crime em geral e do PCC em particular. Joaquim, um preso provisório que havia sido transferido de uma cadeia do comando, fala da existência de uma ideologia do crime que valoriza a masculinidade. (...) Joaquim fala, portanto, de uma certa ideologia para qual é preciso ser sujeito homem para ter voz ativa. Essa compreensão de que “no crime é preciso ser sujeito homem” é abordada por Karina Biondi (2010) em sua etnografia sobre o PCC e desenvolvida por Guilherme Boldrin (2014). No limite, está a ideia de que “tem mona que é mais criminosa que muito ladrão aí”, mas que, em última instância, “as monas são do crime mas não são o crime porque o crime não dá o cu” (BIONDI, 2010, p. 147-8). Ou seja, mesmo quando são reconhecidas como sujeitos com proceder no crime, as monas não são vistas (ou tratadas) em pé de igualdade dentro de um sistema de valores que associa poder a masculinidade e a um papel sexual ativo. A proibição do estupro (NUNES DIAS, 2011) e a adoção da igualdade como um dos valores máximos do PCC (BIONDI, 2010) trouxeram mudanças positivas para as condições de vida de indivíduos entendidos como homossexuais ou monas em prisões alinhadas com o comando (como poderem habitar normalmente as áreas do convívio). No entanto, esse coletivo instituiu restrições rigorosas para a realização de práticas sexuais entre presos e continua excluindo esses sujeitos dos processos políticos tidos como decisivos no mundo do crime, além de autorizar a prática de certos rituais de segregação entendidos como humilhantes (como a proibição de usar os mesmos pratos e talheres que os demais presos) (ZAMBONI, p. 100-101, 2017).

O mundo do crime é um mundo disputado através dos signos da masculinidade (JENSEN, 2008) e Caio sabe disso. Mais do que isso, Caio valoriza esses símbolos: disposição, honra, família, força, coragem. A homossexualidade, enquanto uma ideia, implica para ele a distância desses símbolos. Além disso, Caio considera que a sua *opção* é apenas

sua, não há o que disputar. A homossexualidade faz parte da vida privada e não deve interferir no mundo público, que tem uma ordem e que precisa manter essa ordem. Nesta mesma conversa, Caio me diz:

Lá dentro [falando sobre sua prisão no último ano], eles me fortaleceram porque mesmo eu não podendo ser *irmão*, eu fortaleci muito aqui fora, trabalhei muitas vezes pra eles, então eles me ajudaram muito quando eu cai lá porque é difícil (Caio, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Caio não é só *viado*. Ele também é ladrão. Apesar de não poder ser um *irmão*, ou seja, ser batizado no PCC, já que não é possível ser *irmão viado*, era possível ser *bicha* e ladrão. Sua trajetória no mundo do crime, respeitável como ladrão, fez toda a diferença para que o tratamento recebido dos companheiros de prisão fosse de fortalecimento, como ele descreve. Havia feito muito pelo crime, não tinha prejudicado ninguém, sua família também era querida, disso os *irmãos* sabiam. Nesse sentido, a homossexualidade de Caio importava pouco para aquela relação, naquela situação específica. Dentro da prisão, ele também poderia ser um deles e poderia ser respeitado como um igual.

### **2.2.2. Cena 2: Nos muros da universidade**

Não estamos mais na favela do Parque São Jorge. Estar em uma cidade como São Paulo nos permite transitar por inúmeros cenários ao longo do dia. Em junho de 2019, fui a um evento em uma universidade localizada a 28 quilômetros dali, no outro extremo da cidade. A primeira mesa de debates aconteceria às 9 horas. Saio de casa às 6h30. Para chegar no horário, precisava evitar os momentos de maior circulação de pessoas no transporte público.

Chegar ao metrô às 7 horas ou às 7h15 poderia significar a diferença entre um trajeto um pouco mais confortável e, talvez, sentada em um dos bancos do coletivo ou horas em pé dividindo espaços apertados com outras centenas de pessoas. A mobilidade em São Paulo é bastante desigual (FREIRE-MEDEIROS, 2009). Ir e voltar do Parque São Jorge (periferia da



Zona Leste) ao centro da cidade uma única vez, por exemplo, demanda, cerca de 14 reais (1.4% de um salário-mínimo) e ao menos 2 horas de transporte público.

Ao sair da estação de metrô, parece que estamos em outra cidade. O percurso quase todo subterrâneo nos impede de ter uma noção das mudanças espaciais. A universidade é repleta de largas avenidas arborizadas, grandes institutos, prédios de segurança e prefeitura própria. O instituto no qual aconteceria o evento se encontra em um prédio moderno, com auditórios equipados com ar-condicionado, cadeiras confortáveis e equipamentos de audiovisual. O departamento, destinado a pesquisas interdisciplinares, já contou com a presença de nomes famosos das ciências humanas, brasileiros e internacionais.

O evento daquele dia tinha como título uma brincadeira entre as palavras centro e periferia, invertendo suas posições. A periferia, portanto, tornava-se o centro e nele concentraríamos nossa atenção. Simões, França&Macedo (2010) falam sobre essas categorias, centro e periferia, como vinculadas a uma representação acerca de dois mundos singulares e contrapostos, cindidos pela desigualdade social. A mesa de debates era composta por duas *metades*, como diria um dos organizadores, a primeira era de ativistas, artistas e educadores oriundos das periferias urbanas e/ou que realizam projetos em territórios de favela e periferia. A outra metade era composta por representantes da universidade, professores e pesquisadores. A mesa compunha um ciclo de debates acerca das produções culturais oriundas das periferias brasileiras.

A ideia geral do evento era de aproximação entre o espaço universitário e as produções realizadas nas periferias. A universidade que organizava o evento recentemente (2017) aderira às políticas de Ações Afirmativas, política pública que existe em território nacional desde 2012, com a Lei 12.711 (MEDEIROS, 2009; SILVÉRIO, 2012). A Universidade Federal de São Carlos, por exemplo, executa a política de ações afirmativas desde 2008, disponibilizando, em 2019, 50% das suas vagas para egressos do Ensino Médio cursado integralmente em escolas públicas. O percentual reservado para negros/as é de 35%. Tratam-se, portanto, de cenários universitários bastante distintos.

O projeto, como apontavam as/os organizadores, era uma provocação. A universidade que realizava o evento começava a experimentar as mudanças oriundas das políticas de ações afirmativas e, portanto, em vista dessas mudanças, era instigada a olhar para a periferia como um elemento constituinte de sua própria produção. Não mais como um elemento externo. A

fala que conduz a abertura do evento chama a atenção, o coordenador do instituto abre os trabalhos.

Mais um dia dessa jornada da periferia como centro. A série se mostrou bastante pertinente, quando a periferia virou avançada, no sentido de estar aqui no instituto porque começou a mostrar que tem um potencial inimaginável. A universidade demorou muito para ver isso. Acho que o instituto é o lugar para isso, porque as artes elas são periféricas também, dentro da universidade elas são periféricas. Esse projeto vai mapear a periferia na universidade e a periferia em volta da universidade e, pela primeira vez, nós vamos saber quem são os nossos vizinhos e queremos que eles também saibam quem é a universidade. A universidade tem aprendido muito com isso, a periferia é essa coisa que se forma na nossa cabeça. Na cabeça de um branco que tem esse privilégio desde que nasceu, então esse contato com esse mundo tem sido feito de uma maneira que envolve muito afeto e uma relação com muitas tentativas de aproximação, claro que tem muita tensão. Mas essa é uma das virtudes que temos, de leveza e seriedade (Prof. Guilherme, excerto de diário de campo, 2019).

A fala do Prof. Guilherme, coordenador do departamento, começa com mais um jogo de palavras. O departamento que sediava o evento continha em seu nome a palavra “Avançado”. Sua fala exhibe a tensão entre aquilo que, para ele, era “inimaginável”. A fala trata da universidade e das periferias enquanto mundos separados e com sentidos reificados. O professor marca a distância entre a universidade, compreendida como o centro, e a periferia. Marca também as diferenças dentro da própria universidade: nem todos seriam centro. O campo das artes, do qual faz parte, seria também periférico.

Essa marcação tenta aproximar aqueles que são a periferia universitária daqueles que seriam a periferia da cidade. A periferia, no entanto, é uma unidade, essa *coisa* pouco definida. Aquilo que está fora, aqueles que estão ausentes, mas que, no entanto, precisam ser compreendidos e incluídos porque teriam muito a oferecer e a ensinar. A periferia está dentro da universidade e está em seu entorno, mas ainda é pouco conhecida. Sua fala, no limite, marca alguns dos sentidos que a periferia ocupa no imaginário social: aquilo que é *desconhecido, esse mundo*. Seriam dois mundos distintos, como ele aponta.

O professor, no entanto, toma para si, enquanto representante de sua universidade, a responsabilidade do tempo passado no qual esses dois mundos estiveram apartados. Acompanhando o debate dos movimentos estudantis, ele marca, através de pares de oposição, um diagrama racial que atribui vértices opostos para negros e brancos. A aproximação entre esses dois grupos demandaria afeto, porque esses mundos viveriam um conflito marcado por tensões e violência. A universidade teria esse papel, da criação de espaços para o encontro

entre as diferenças. Apesar de reificados em sua fala, ainda assim, o encontro desses *mundos* é celebrado. A fala de Prof. Guilherme é plausível para o contexto da Universidade em que está inscrito.

Em seguida, a professora, ocupante de uma cátedra no departamento e coordenadora do projeto, ativista de direitos humanos com origem nas favelas cariocas, complementa:

Precisamos conhecer essas comunidades que estão ao lado da universidade, produzir um conhecimento que também sirva de instrumento de luta. A universidade precisa entrar em contato com uma realidade que é muito próxima, mas que está muito distante e que a gente nem imagina do ponto de vista simbólico. Aproximar esses mundos e essas realidades para ver que temos muito em comum. Até pra universidade ver o papel social que não vem cumprindo (Prof. Ludmila, excerto de diário de campo, 2019).

A própria presença de Prof. Ludmila como catedrática do departamento que coordenava o evento reluz as mudanças pelas quais esse contexto universitário passa. Em sua fala, os mundos distintos são novamente marcados, no entanto, de forma distinta. Periferia e universidade não seriam mais *inimagináveis*, ela conhecia as favelas e conhecia a universidade, viveu nessas fronteiras, portanto, os mundos distintos agora carregam muito em comum. A partir desse pressuposto, ou seja, periferia e universidade não são opostos, mas estão, contextualmente, em oposição, é que é preciso conhecer, compreender e produzir um novo comum. O argumento é o que Rancière (1996) chama de política, quando iguais negociam suas desigualdades.

O modelo pressupõe uma igualdade, e, só por isso, as desigualdades podem ser negociadas. A universidade da qual Prof. Ludmila agora faz parte é novamente chamada a cumprir seu papel, negociar as diferenças e diminuir a distância imposta pelas desigualdades sociais. Era preciso experimentar aquilo que outros contextos universitários experimentavam. A chave de interpretação política é democrática.

A mesa então se inicia e gostaria de destacar duas das falas que compuseram o debate. A próxima palestrante é uma mulher, negra, militante do movimento de mulheres e *funk* no país, moradora de uma periferia da cidade e estudante de uma universidade pública federal.

Quando você mora na periferia, você tem algumas vivências que são básicas, você pode não gostar, mas você vai ouvir o RAP, o funk, o pagode. Isso vai te formar. Eu

cresci na periferia nos anos 90, então o RAP ficou muito presente e depois vivi o *boom* do *funk* quando já tinha um pouco de independência nos anos 2000, quando já *tava* mais adolescente. Então o RAP e o *funk* é muito presente na minha formação, mas o Hip Hop é que me formou politicamente. Foi o que fez eu me entender enquanto mulher negra, ter orgulho de ser mulher negra, foi minha formação de militância política. Então falar sobre o corpo da mulher presente no funk é também uma forma política de se falar porque são essas mulheres que estão morrendo pelo Estado e pela sociedade, tanto na arte como na sociedade esses corpos são criminalizados. (...) Falando de ancestralidade, o corpo feminino negro quando dança ele foi feito para mexer, a dança negra traz uma malemolência, e isso reflete na diáspora, é muito mais fácil criticar e criminalizar o corpo daquelas garotas em vez de potencializar aquilo. No cenário do Rio, elas podiam tá morta, no tráfico e escolheram a arte. E isso também esbarra no campo do feminismo e da classe social; porque se são mulheres brancas, elas são colocadas como vulgar se são negras são colocadas como fedidas, sujas, prostitutas. Como a universidade pode mudar isso? Discutindo racismo e vendo como nossos corpos não são tratados da mesma maneira. Ouvindo os corpos negros que estão na universidade. Sabemos que na universidade tem pouco [negros]. Se tratando de periferia na arte, nós temos que ouvir os corpos negros. Estamos falando de periferia, mas tem poucos negros aqui. Nós não precisamos mais ser objeto e sim podemos estudar isso (Rebeca, excerto de diário de campo, 2019).

Rebeca recompõe a universidade e a periferia como os mundos distintos em sua fala. Ela e Prof. Guilherme repetem um mesmo diagrama, periferia e universidade seriam espaços homogêneos e, portanto, todos iguais. Apesar de ocuparem, em seu diagrama, polos opostos, os pressupostos categoriais que organizam suas falas guardam semelhanças entre si. O diagrama racial é, mais uma vez, politizado, formado nos movimentos sociais, como o Hip Hop. O Estado é descrito em oposição às periferias e traduz as falas dos movimentos sociais de favela e movimentos estudantis. A oposição brancos e negros é repostada através da constatação de que a violência mata corpos negros e os humilha com ofensas e depreciações, mas não o faz com corpos brancos.

A crítica é direcionada, a universidade precisa começar a compreender o racismo, mas não só, a discussão feminista e de classe também precisaria incorporar a discussão racial. A palestrante observa a não presença de corpos negros na sala. Negros e periferias foram posicionados como uma coisa só. A palestrante se desloca, em sua fala, entre essência e desconstrução, da mesma forma que a fala de abertura do evento. Através, por exemplo, da ideia de uma memória corporal que seria ancestral, constrói uma historicidade do corpo negro marcada por uma essência africana. O tráfico de drogas também aparece como um destino quase inevitável, cuja arte poderia impedir. Por fim, ela argumenta, há uma saída através do conhecimento: conhecer o racismo para aprender a superá-lo. A diferença, segundo Rebeca, produz fixação, trata corpos de maneiras opostas.

Rebeca, no entanto, é estudante universitária em uma instituição federal, com um cenário bastante diferente do encontrado no evento em que estávamos. Sua fala remete ao que Hall (2004) fala acerca da identidade enquanto algo processual. A fala de Rebeca ora reivindica uma identidade periférica, negra, feminista em oposição ao conjunto universitário hegemônico, ora aproxima sua posição de universitária e oriunda das periferias, afirmando que a periferia deveria produzir conhecimento acerca de si mesma. Nesse sentido, as diferenças são contingentes.

O evento se encerra com a fala de uma professora:

A universidade precisa se alfabetizar naquilo que a gente não conhece. Enquanto o centro não se entender como periférico de outros centros também, a gente não sai do lugar. Em algum momento a gente precisa se livrar dessa nomeação de centro e periferia e a gente só começou a conhecer isso, recentemente, quando começou a ter uma mobilidade com as políticas públicas na educação. Com a inclusão de muitos poucos ainda, como vemos aqui como são poucos. Porque a gente tem que se utilizar disso, das cotas porque se vocês não chegam, a universidade não se mexe. Porque essa alfabetização é de parte a parte. A gente só vai acabar com o racismo de parte a parte e todos nós não conhecemos uma parte, e a universidade só viu essas coisas muito recentemente. O racismo mesmo, só entravam como tema, só nos últimos anos é que isso mudou e pudemos começar a ver classes com a maioria de cotistas. Então a universidade se modifica. Nós precisamos aprender com aquilo que está fora e o que está fora com o de dentro. Mas isso só vai mudar por políticas universitárias e educacionais de um modo geral. A gente sabe que tudo que a gente *tá* vivendo no país não dá pra esperar isso, então na falta disso nós precisamos nos mobilizar para manter a chama acesa disso. E porque estou insistindo nisso? Porque falar de ancestralidade, de danças negras sem ser um objeto, nós precisamos chegar mais perto; como a informação não circula horizontalmente nesse país, a informação contamina um corpo e se expande naquele lugar. Essa diferença é importante. Como transforma a oportunidade em possibilidade. Então temos um caminho muito longo que cada vez fica parecendo mais difícil. Mas atualmente no nosso país, sobretudo a universidade pública, acho que é a única que tem a possibilidade de fazer isso nesse país. Com isso demos um passo onde a universidade geralmente não vai (Prof. Maria Alice, excerto de diário de campo, 2019).

Prof. Maria Alice finaliza o ciclo de debates. Sua fala traz elementos interessantes. Ela aponta como essas tensões que começam a ser discutidas pela instituição têm a ver, justamente, com as políticas públicas de ações afirmativas. Esse, segundo ela, é o caminho para promoção de espaços mais igualitários. Nesse sentido, para ela, pouco sentido faria falar de centro e periferia, essas oposições binárias que reificam os territórios, corpos e seus sentidos, deveriam deixar de existir. Por fim, ela reconhece que as universidades públicas são um dos poucos espaços nos quais o diálogo e as políticas de inclusão ainda são possíveis no Brasil contemporâneo.

### **2.2.3. Cena 3: Milton e a diferença reificada**

Era por volta das 12 horas quando meu celular tocou. A chamada recebida pelo aplicativo de celular, mostrava a foto de uma garota de cabelos curtos, lida por mim como negra. Na foto, ela parecia praticar algum esporte e estava vestida com uma camiseta com a identidade visual da Associação Atlética Acadêmica da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mesma universidade em que realizo meu mestrado e me graduei em Ciências Sociais. A ligação era a respeito de seu irmão. Uma amiga em comum havia lhe indicado meu número. Contou-lhe que eu havia trabalhado por algum período com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (ao longo dos anos de 2015 a 2017, mantive relações de trabalho e pesquisa com o Núcleo de Medidas Socioeducativas de uma cidade no interior paulista).

A moça que me ligara chamava-se Paula. Era estudante de Engenharia da Computação na UFSCar. Há cinco anos, entrara na universidade através das políticas de Ações Afirmativas. Ela fazia parte do conjunto de estudantes, hoje em 35%, contemplados pela política de reserva de vagas destinada para alunos autodeclarados negros ou pardos que completaram o Ensino Médio em escolas públicas. Paula me disse que gostaria de conversar sobre seu irmão, Milton.

O garoto tinha 18 anos e acabara de se mudar para a mesma cidade da irmã. Ele tentava sair das redes do crime, mas na cidade natal corria muitos riscos de ser preso. Já era

*visado* pelos policiais locais, ou seja, eles já o conheciam por sua atividade no tráfico de drogas. A esperança era de que a mudança poderia produzir uma *maior facilidade* para abandonar as redes criminais e de incriminação. Agora com 18 anos, “precisava tomar ainda mais cuidado”, ela me disse. Já na nova cidade, Milton, que tinha o ensino médio concluído, tentava conseguir um emprego, sem sucesso. Já se passavam alguns meses de sua vinda. Estava morando em uma *república* estudantil – uma das formas mais baratas de se morar em cidades médias do interior do Estado de São Paulo que possuem universidades.

Em São Carlos, por exemplo, que conta com duas grandes universidades (Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos), é possível pagar 300 reais mensais de aluguel, inclusos contas básicas como água, luz e internet. Para isso, as casas são divididas entre 6, 7 ou mais estudantes. No entanto, Milton não possuía uma renda fixa, a procura por emprego já durava dois meses e o tráfico voltava a ser uma opção, ou como diria sua irmã, sua “única” opção. A família pobre não poderia ajudá-lo. Mesmo na universidade, a irmã contava com as políticas de assistência estudantil<sup>35</sup> para custear suas necessidades básicas de moradia e alimentação.

Milton tentou comercializar algumas drogas ilícitas na nova cidade, mas quase foi preso. Sem conhecimento dos códigos locais, estava em uma área mais elitizada do município na qual o comércio de substâncias ilícitas existe, mas não é feito nas esquinas ou em biqueiras. Os usuários utilizam os *deliverys*, fazendo pedidos por aplicativos de texto para celular e recebendo a substância solicitada na porta de suas residências ou em local previamente combinado.

Conversei um pouco com Paula e lhe encaminhei algumas possibilidades. Entre elas, pedi para que convidasse Milton para um evento realizado pelo grupo de pesquisa do qual faço parte. O evento contaria com o lançamento do livro “Extracampo: na ótica do cárcere”. Contaríamos com a presença do autor Canuto (2019). Sua história contava a respeito de sua experiência enquanto morador das periferias de São Paulo, recém-saído do cárcere e, atualmente, empresário de futebol com uma carreira de sucesso. Debateríamos seu livro com Wagner Margues, pesquisador, professor e fundador do Cursinho Popular Martin Luther King na Zona Leste de São Paulo. Eu acreditava que o evento poderia trazer novas perspectivas

---

<sup>35</sup> Para saber mais, acessar Plano Nacional de Assistência Estudantil, disponível em [http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia,de%20ensino%20superior%20\(Ifes\)](http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia,de%20ensino%20superior%20(Ifes).). Último acesso em: 06 de julho de 2020.

para Milton. Além disso, ele poderia encontrar garotos com estéticas semelhantes a sua ocupando posições de estudantes universitários, o que, em minha concepção, poderia ampliar seus horizontes.

Dias depois, escrevi perguntando a respeito de Milton. Paula me respondeu que “nada bem”. Pergunto o que havia acontecido. Dias depois, Paula me respondeu:

Oi, me desculpe, mas o Milton foi embora. Aconteceu um episódio muito ruim na universidade. Eu havia esquecido meu carregador de notebook em casa e pedi para que ele trouxesse para mim, aqui no departamento em que trabalho. Ele veio com um amigo. Os dois estavam próximos ao restaurante universitário e foram *enquadrados* pela Guarda Universitária. Milton me disse que tinha levado o amigo para mostrar a universidade porque era onde ele gostaria de estar no próximo ano. Ele tinha acabado de se inscrever para o Enem. Mas a Guarda quis ver a carteirinha da universidade, que se eles não eram estudantes, então o que faziam ali? Ele se sentiu humilhado, sentiu que não deveria estar ali e disse que não voltaria mais (Paula, conversa pessoal por aplicativo de texto, 2019).

### 2.3. Modelos igualitários e modelos desiguais

Ao longo do capítulo, descrevi cenas nas quais os sentidos das categorias marcadoras da diferença eram negociados. As cenas dizem muito, por exemplo, a respeito das negociações acerca das categorias que marcam sexualidade, gênero, território, geração e raça. Simões, França&Macedo (2010) nos ajudam a pensar a respeito das taxonomias de sexualidade e de cor/raça.

Os eixos classificatórios relacionados à sexualidade tendem a apresentar uma crescente complexidade terminológica. A hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual *versus* feminilidade/passividade sexual, que englobaria de forma sistemática todas as identidades sexuais em termos de oposições bipolares entre “machos” e “fêmeas”, “homens” e “bichas”, ou “sapatões” e “mulheres”, tem convivido com uma proliferação de categorias e identidades sexuais – tais como “entendidos”, “gays”, “homossexuais”, “travestis”, “transexuais”, “*queers*”, “sem rótulos” - cada qual acompanhada de modulações de performances de gênero. Nos eixos classificatórios de cor/raça, em contrapartida, a tendência parece ser um movimento que simplifica a variedade de categorias do modo múltiplo – como “moreno”, “marrom bombom”, “preto mesmo”, “branco mesmo”, “canela”, “castanho”, entre outros – por meio do uso situacional crescente do modo bipolar “negros/brancos”, no qual eventualmente emerge a categoria intermediária “pardo”. Esses diferentes deslocamentos são, em boa parte,



influenciados pela ação do movimento homossexual e do movimento negro, bem como pelo desenvolvimento de diferentes modalidades de políticas voltadas a esses segmentos. Um aspecto notável é que a aplicação de categorias classificatórias relacionadas à homossexualidade e à cor/raça permanece altamente dependente de contingências e contexto (SIMÕES, FRANÇA&MACEDO, 2010, p. 41-42).

As histórias de Preta e Caio ilustram esses pressupostos categoriais. Preta produz uma classificação acerca de sua própria sexualidade que não se enquadra na proliferação de categorias, enquanto tentativas de enquadramento das experiências. Caio, por sua vez, dizia-se “moreno”. Essa categoria distanciava os sentidos atribuídos por Caio a respeito da racialização daqueles produzidos pelo Centro de Direitos Humanos de Rosa e pela ativista Rebeca e o Prof. Guilherme. Caio, ao mesmo tempo que fixava o polo negro e buscava afastar-se deste polo, ampliava a discussão categorial. Ele poderia ser “moreno”, “pardo”, entre outras categorias. Para Caio, existem níveis de branquitude e níveis de negritude.

A respeito de sua própria sexualidade, Caio afirmava que ser *viado* era uma característica da vida privada e não deveria inferir na ordem pública, masculina, ordem que balizaria o *proceder do crime*. Dessa forma, ser ladrão, homossexual e membro do PCC não seria possível, mas não existiriam questões aqui, tudo está certo, como o mundo deve ser. A questão era contraditória apenas para mim, orientada pelos pressupostos dos movimentos sociais LGBT. Ele poderia ser mais ladrão e menos homossexual e então poderia ser fortalecido na prisão; fora da cadeia não poderia ser *irmão*, mas poderia ser *viado* como quisesse. A negociação desses processos de diferenciação, no caso de Caio, não significa, como visto, uma igualdade de possibilidades, mas um rearranjo do conflito dentro dos próprios processos de diferenciação. Perlongher (1987) comenta sobre a proliferação categorial:

A proliferação categorial - nomenclaturas que se deslizam e entrecrocaram, incrustam-se e misturam-se entre si - pode expressar vários fenômenos. Em primeiro lugar, ela tem a ver com o choque entre dois modelos classificatórios, um igualitário e o outro hierárquico. Mas, por outra parte, essa proliferação expressaria também o multiformismo das condutas e das representações, fazendo pensar antes numa “carnavalização” à Bakhtine, do que numa “construção da identidade” da minoria desviante (PERLONGHER, 1987, p.151).

O evento universitário repete a gramática racial dos movimentos políticos ligados às lutas raciais nos EUA e no Brasil, em especial nas universidades. Ao mesmo tempo, no evento, as falas jogam com identidades ora mais ora menos fixas. Centro e periferia são territórios quase sempre homogêneos nos quais seus representantes se desentendem, ao passo que a universidade seria o centro possível para esse encontro. As gramáticas de raça, gênero, território, as noções sobre política, violência, e as categorias que emergem dessas falas oscilam entre modelos ora igualitários, ora desiguais.

Se a última fala do evento universitário parece tentar desterritorializar as categorias de centro e periferia, as outras duas falas, da ativista e do coordenador, nesse sentido, parecem reposicionar os pares de oposição. O mundo da ativista é muito mais próximo do mundo dos educadores do Centro de Direitos Humanos, sujeitos que convivem, em parte, entre as fronteiras dos movimentos sociais, periferias e universidade. É possível que Rebeca ocupe um lugar paradoxal a partir do qual é considerada periferia na universidade e centro nas periferias. É por isso que, em suas falas, essas identidades precisam ser negociadas e reafirmadas.

Essas oposições são vividas no cotidiano e, portanto, são repostas e corporificadas na e através das categorias. O mundo do coordenador do instituto, por outro lado, parece ser muito distante das periferias urbanas. A constatação “branco” parecia dizer sobre um entrecruzamento entre geração, classe, formação universitária, origem. A periferia é, de fato, para ele, essa *coisa* desconhecida. Essa periferia de Prof. Guilherme não é a mesma de Juca, facilitador da roda de conversa no Centro Comunitário. Ele conhece as periferias, mas aquelas em que cresceu nas décadas de 1960 e 1970. A periferia para Juca é a periferia do trabalho formal, da luta por direitos, que não é a mesma de Jaqueline. Tampouco a periferia de Rebeca é a mesma de Caio.

A cena de Milton expõe uma situação em que a diferença é reificada e reafirma as desigualdades sociais. A universidade em que Milton se encontrava é a mesma em que sua irmã era estudante. A mesma em que me formei como pesquisadora e que me possibilitou acessar debates acerca dos processos de racialização, das periferias, gênero etc. Nesta mesma universidade construí os parâmetros que balizaram o tema desta dissertação. Aprendi que as periferias são heterogêneas e convivi com estudantes de todo o país oriundos de favelas, aldeias indígenas, assentamentos, condomínios fechados de elite, grandes cidades e interiores. Nessa mesma instituição, vivi uma reintegração de posse durante um movimento de ocupação

estudantil, formados por esses mesmos estudantes, do prédio da Reitoria, com ameaças de violência.

Convivi com estudantes como Rebeca e professores como Guilherme. Isso tudo foi possível através das políticas de Ações Afirmativas, como aponta a Profa. Maria Alice. As mudanças que emergem dessas políticas de inclusão produzem eventos como o descrito aqui que tinham por objetivo denunciar desigualdades, em seu caráter político, e pensar novas formas de sociabilidade e resolução de conflitos diante das mudanças. Conflitos como o vivenciado por Milton, reconhecido pela guarda universitária como um corpo que é estranho àquele espaço, ainda que naquela instituição existam estudantes que compartilhem dos marcadores sociais de Milton.

A guarda universitária não responde aos mesmos pressupostos categoriais discutidos por essas políticas, aproxima-se muito mais dos diagramas raciais presentes entre os agentes de segurança pública no país, nos quais *tipos* como Milton *seriam bandidos*. A diferença, portanto, é reificada em seu corpo. As falas e as vivências das personagens descritas no capítulo nos ajudam a entender como as diferenças estão sempre em negociação, assumindo ora modelos mais igualitários, ora modelos mais desiguais.

### 3. Regimes Normativos e Acumulação social da diferença

Nos capítulos anteriores, descrevi e analisei algumas das gramáticas e categorias que emergem dos processos de diferenciação no mundo urbano. Argumentei, inspirada na bibliografia contemporânea, que essas gramáticas e as categorias que as compõem são construídas através das situações, rotineiras e disruptivas, vividas pelos sujeitos em ação (FELTRAN, 2016; CEFAÏ, 2010). Essas disputas não ocorrem, no entanto, num vazio de referências normativas.

Dos processos de diferenciação urbana, e em especial depois de longo tempo transcorrido, emergem diferentes ‘regimes normativos’ (FELTRAN, 2012), ou seja, regimes de “dever ser” do mundo, a partir dos quais os agentes avaliam cotidianamente as condutas de seus pares e delimitam as instâncias possíveis e legítimas de justiça, punição e regulação, mas também do que é bonito ou feio, sedutor ou repulsivo etc (SIMMEL, 2010).

Nesse sentido, o debate dos estudos urbanos contemporâneos demonstra que atores diferentes clamam para si o governo da vida cotidiana nas cidades brasileiras (MACHADO DA SILVA, 1967; 1993; 2004; MISSE, 2006; FELTRAN 2010; 2012; GRILLO, 2013; CABANES, 2014; MENEZES, 2018; ARAÚJO, 2019; BERALDO, 2020). Esses autores estão inspirados, especialmente, em teóricos da ação, com leituras clássicas como Simmel (1964), Weber (2009), além dos pragmatistas americanos e franceses (BOLTANSKI&THEVENOT, 1991; THEVENOT, 2006). Em 1999, Machado da Silva, um dos autores precursores da sociologia urbana no Brasil, já identificava a ‘coexistência de ordenamentos’ no cotidiano das favelas cariocas. Seu argumento foi recuperado em 2006 por Misse. E, posteriormente, inspirou o conceito de ‘regimes normativos’ proposto por Feltran (2012).

Em comum entre esses autores está a proposição de que regimes de ação diferentes coexistem e mantêm a ordem urbana contemporânea. Tal qual ocorreu entre mim e Clementina, esses autores argumentam que o conflito urbano não é apenas o espetáculo da violência, mas acontece diariamente nos pequenos desentendimentos, fincados em longas histórias de acumulação da diferença no curso das vidas, entre sujeitos que não compartilham os mesmos parâmetros do que é plausível em cada situação cotidiana (MACHADO DA SILVA, 1967; 1993; 2004; MISSE, 2006; FELTRAN 2010; 2012; GRILLO, 2013; CABANES, 2014).

Isso significa dizer que não se tratam apenas de posições diferentes de sujeitos que compartilham uma mesma ordem urbana, um espaço comum de pressupostos sobre o mundo e como ele deveria ser. Mas sim de posições diferentes de sujeitos distribuídos através de ordens urbanas também diferentes, embora coexistentes. O debate é inspirado também pela discussão de Rancière (1996), que com o conceito de ‘desentendimento’ pensa a política contemporânea. Segundo o autor, o ‘desentendimento’ ocorre quando dois sujeitos falam aparentemente a mesma coisa, mas com conteúdos muito diferentes, a ponto de não serem compreensíveis entre si. Isso porque o sensível é partilhado, ou seja, ao mesmo tempo dividido e compartilhado, produzindo compreensões diferentes de mundo que coexistem e conflitam.

Na São Paulo contemporânea, agências estatais, grupos criminais como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e grupos religiosos são reconhecidos como ordens legítimas no cotidiano das periferias paulistas (FELTRAN, 2010; 2019; BERALDO, 2020). Dito isso, trabalharei 4 situações vividas em trabalho de campo que ilustram o argumento acerca dos regimes normativos. A primeira trata de uma atividade da Associação Amigos e Familiares de Presos (AFP) em uma fila de visita no Centro de Detenção Provisória Chácara Belém I, em São Paulo capital. Com essa cena, discuto o regime normativo estatal.

A segunda situação é um encontro entre Clementina, eu e Ivone, também participante da AFP. Discuto aqui detidamente o regime normativo que justifica as ações no mundo do crime. A terceira cena, trata da noção de *quebrada largada*, para com isso discutir a ideia de *proceder*, parte fundamental da constituição do mundo do crime enquanto um ordenamento moral e moralizante. Por fim, a última cena trata da atuação da Polícia Militar que parece atuar segundo um regime normativo cada vez mais independente do regime estatal (FELTRAN, 2010; 2020b). Em seguida, apresento um pequeno excerto sobre o governo das mortes em territórios de favela como o São Jorge.

Inspirada de um lado pelos autores que pensam a diferença (HALL, 2004; BRAH, 2006; MCKLINTOCK, 2010), e por outro pelos autores que pensam o governo do cotidiano das periferias (MACHADO DA SILVA, 1967; 1993; 2004; MISSE, 2006; FELTRAN 2010; 2012; GRILLO, 2013; CABANES, 2014; HIRATA, 2018; MOTTA, 2017; BERALDO, 2020), proponho que as categorias que marcam a diferença, em suas gramáticas, funcionam como balizas para a construção, a legitimidade e a operação cotidiana desses regimes normativos.

Dito isso, na parte final do capítulo reconstruo o encontro entre Clementina e Dona

Jovelina, antiga moradora da favela do São Jorge, com trajetória social similar à de Clementina. Intento com isso sugerir um caminho analítico para a compreensão das regularidades encontradas nas diversas histórias reconstruídas ao longo desta dissertação, a partir do processo que chamei aqui de “**acumulação social da diferença**”, que atravessaria o conflito urbano contemporâneo, intensificado nas últimas décadas.

### **3.1. Regimes normativos e o ordenamento cotidiano**

#### **3.1.1. Centro de Detenção Provisória (CDP)**

Abril de 2019. Clementina me convida para acompanhá-la em um dia de visita no Centro de Detenção Provisória Chácara Belém I. Ao menos quinzenalmente, ela e outros membros da Associação de Familiares de Presos (AFP) vão até as portas de diversas penitenciárias ou centros de detenção do Estado para conversar com os familiares e amigos daqueles que estão em reclusão. A associação oferece auxílio jurídico, orientações em casos de violações de direitos humanos e uma série de conversas ou *escutas*, nas quais trocam experiências a respeito do cárcere com as pessoas que aguardam para visitar seus entes queridos.

Segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP/SP), os Centros de Detenção Provisória (CDP) são aqueles em que permanecem as/os sujeitos que aguardam julgamento - Totalizam 46 unidades em todo o estado. Já as Penitenciárias são as instituições onde estão reclusos os sujeitos em cumprimento de sentença - Totalizam 87 unidades no estado. Existem também os CRPs (Centro de Ressocialização de Presos) destinados a presos considerados de baixa periculosidade e localizados em cidades médias do interior. Abrigam presos em regime semiaberto ou fechado, totalizando 22 unidades. Por fim, existem os CPPs (Centro de Progressão Penitenciária) que abrigam, especificamente, sujeitos no final do cumprimento de sentença que já estão aguardando em regime semiaberto, pela liberdade condicional ou estão em regime aberto (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

São Paulo conta também com uma unidade de Regime Disciplinar Diferenciado

(RDD) e com três Casas de Custódia. O RDD foi criado em 2003, em âmbito federal, com a justificativa de combater o *crime organizado*. Já no estado de São Paulo, o regime foi colocado em prática em 2001. A unidade possui celas individuais, o banho de sol diário é de apenas uma hora e não são permitidos rádios, televisores ou visitas íntimas. O contato com advogados também é restrito. Em maio de 2006, a transferência dos presos considerados líderes do PCC para o Presídio de Segurança Máxima de Presidente Venceslau, onde opera o regime de RDD no estado, é considerado o estopim para os *crimes de maio*. O regime tem a pretensão de isolar o preso de qualquer contato externo. Dias (2009) e Salla, Dias e Silvestre (2012) fazem uma leitura crítica dos mecanismos e precedentes de exceção abertos com a instituição do RDD em São Paulo. Feltran (2012) também analisa a produção de dispositivos de governo criminais e estatais através de políticas como o Massacre do Carandiru, o RDD e os *crimes de maio*.

Já as Casas de Custódia são destinadas para presos que receberam diagnósticos de transtornos mentais. O estado de São Paulo tem, no total, 176 unidades prisionais espalhadas por todo o estado. É de longe o estado com o maior número de unidades prisionais em todo o país. É também aquele em que mais se prende. Em 2019, o estado de São Paulo possuía 233.755 presos (BRASIL, 2020). Somadas às unidades do *sistema* – palavra utilizada entre os familiares para se referir às políticas penitenciárias para adultos – estão as unidades de reclusão para adolescentes em ato infracional.

Às 7 horas escuto Clementina gritar meu nome no portão de casa. Havíamos marcado às 7h30, ela estava adiantada e eu, portanto, atrasada. Deixo pela metade o café que começara a passar e me visto correndo, uma camiseta preta e calça jeans. Engulo um pão quase sem mastigar, pego duas tangerinas, meus documentos e a mochila. Tranco com chave a porta da casa, desço a escada ainda sonolenta e vejo Clementina me aguardando ansiosa. Nos abraçamos, lhe ofereço uma tangerina e pergunto brincando se ela caíra da cama. Ela confusa me pergunta o porquê. Comento que havíamos marcado meia hora mais tarde. Ela ri e me diz “Ai menina, nem dormi, estou maluca, *doidinha*. Meu marido dando trabalho, meus meninos, tanta preocupação que eu não durmo”.

Clementina está sempre *ligada na tomada*, como me diz. Ela raramente interrompe o trabalho que se mistura com sua vida mais íntima. Sua história pessoal se mistura com a história das famílias a que atende, sua dedicação à Associação e ao trabalho nas medidas socioeducativas se mistura com as memórias de seus filhos. O celular sempre em mãos a mantém conectada às suas redes de mulheres e às centenas de grupos de familiares,

conectados pelo aplicativo de celular, das mais diversas penitenciárias da região sudeste. O trabalho e a luta social, diz Clementina, lhe ajudam a manter uma certa sanidade frente as memórias e as violências cotidianas.

Caminhamos um pouco até a avenida mais próxima para pegar o ônibus que nos levaria em um ponto próximo ao Centro de Detenção. O trajeto levaria 1 hora e meia. Passamos boa parte do tempo em silêncio, Clementina estava aflita. Eu também estava, seria minha primeira vez em um dia de visita. Minha aflição por não imaginar como seria essa experiência contrastava com a de Clementina por já ter experimentado esses momentos uma série de vezes. Durante o trajeto, ela me presenteia com uma camiseta com o logo da AFP dizendo para que eu a utilizasse na ação daquele dia e que esse presente representava a nossa amizade.

Descemos do ônibus em um ponto próximo ao prédio penitenciário. No entanto, ainda precisávamos caminhar, mais ou menos, 800 metros. Durante o trajeto, para diminuir o caminho, atravessamos o pátio do Batalhão da Polícia Militar localizado próximo ao local. Clementina me dizia para andar rápido, não porque estaríamos concretamente em perigo, mas pelas lembranças que aquele lugar lhe traziam. Ofegante, ela recordava, “tantas vezes que passei por aqui com medo, pra ir visitar meus filhos, esse lugar me dá medo, tristeza”.

Próximo ao Batalhão, avistamos um terreno onde se localizava um antigo prédio da FEBEM, já desativado. Ali, dois de seus filhos ficaram internados e, nesse período, ela viveu uma grande rebelião da unidade, acompanhada por outras mães do lado de fora dos portões. Clementina faz questão de me mostrar e explicar como funcionava o local. Me descreve o prédio, onde eram os portões principais, em qual brecha do portão ela conversava com seus meninos. Emocionada, considerara acertada a decisão de fechamento daquele prédio.

Poucos minutos depois estávamos em frente ao CDP Chácara Belém. Era por volta das 10 horas, o sol e o calor estavam muito intensos. A fila era grande, cerca de 100 pessoas aguardavam o horário de visita. Clementina me explicara:

Então, vamos ali, vamos ver quem é a responsável de hoje. Quem for a responsável vai poder dizer pra gente onde guardar as nossas coisas, que horas vai ser a visita e nós vamos pedir a autorização pra poder falar com os familiares. Aqui olha, ficam pessoas que guardam as bolsas pros outros poderem entrar, ali vendem comida, bebida, pra quem não conseguiu comprar tudo. Ali tem gente que vende roupa pra quem não tem a roupa certa de entrar. Tudo cobra um preço, né? Mas é assim, tem todo um comércio por aqui. Tem gente que vai visitar no domingo, aí vem no sábado, vende umas coisinhas aqui na porta pra poder pagar a viagem, entende? Outras pessoas precisam vir no sábado, porque vêm de longe, *aí* dormem aqui



mesmo na frente (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Clementina me explica as dinâmicas de organização das visitas. Uma das mulheres, esposa de algum preso, é responsável por organizar a fila daquele dia. Essa pessoa fica em contato direto com os presos, devendo garantir a ordem na fila de visitas e mediar a resolução de conflitos. A gestão do espaço é, portanto, compartilhada entre agentes estatais, internos e suas famílias. Ao mesmo tempo, os mercados informais, gerenciados pelos próprios visitantes, vendem refrigerantes, doces e marmitas para aqueles que aguardam sua vez de entrar na unidade. Também são comercializadas peças de roupas como calças de moletom, calças *leggings* e camisetas.

É proibida a entrada na unidade com roupas de tecidos como jeans ou que tenham adereços em metal, por exemplo. Algumas unidades também estabelecem cores específicas, em geral, é vetada a entrada de roupas com as mesmas cores do uniforme utilizado pelos presos na unidade. Além disso, são vendidos potes de plástico transparente (a comida que entrará na unidade deve estar nesses potes e não deve conter ingredientes como farinha, pimentão etc.), itens de higiene, pacotes de cigarro etc. Clementina me explicara cada uma dessas regras, a maioria não é escrita ou responde a marcos legais, mas apreendidas a partir da experiência entre agentes, familiares e internos. O exemplo ilustra a coexistência de diferentes ordenamentos.

A normativa estatal estipula as regras de visitação e os agentes, tais quais os ‘burocratas de nível de rua’ (LIPSKY, 1980) executam as normativas através de práticas cotidianas forjadas na experiência entre eles, os internos e as famílias. O pressuposto é que quem faz as leis não costuma viver o cotidiano de sua execução, portanto, elas precisam ser negociadas entre aqueles que viverão, na prática, suas consequências.

As famílias estão em *sintonia* (BIONDI, 2018; GODOI, 2010) com os presos e as normativas próprias do mundo do crime no sistema prisional e precisam mediar esses dois ordenamentos, por isso a figura da ‘coordenadora’ da fila é tão importante. Ao mesmo tempo, as regras estatais são manejadas pelos familiares com a venda dos produtos, troca de roupas, entre outros. Os agentes, no entanto, têm a prerrogativa da interdição da entrada na unidade, portanto, há um limite muito claro para as negociações.

Passados alguns minutos de nossa permanência ali, outros membros da Associação juntaram-se a nós. Estávamos em 6 pessoas. 4 mulheres entre 20 e 30 anos; Paulo, assistente

social com cerca de 30 anos; Clementina e Rita, com idades parecidas, na faixa dos 50 anos, e trajetória de vida muito similar, no que diz respeito às trajetórias de seus filhos. Clementina e Rita pedem a autorização da coordenadora do dia. Autorização concedida, começamos a conversar com os presentes.

A fila era composta na sua maioria por mulheres negras - ou assim foi plausível para mim racializá-las - entre jovens e idosas. A unidade prisional era masculina, a maioria das mulheres eram esposas, mães e avós dos internos. Dito isso, gostaria de chamar atenção para três situações vividas durante esse período. A primeira diz respeito à performance de Clementina e Rita. As duas mulheres iniciaram as conversas com os presentes na fila. Nosso grupo, guiado pelas duas, passava por todos anunciando a presença da associação e sua função.

A princípio, os olhares eram de estranhamento. Mas Rita e Clementina diziam: “nós também somos **mães** de presos, nossos filhos estão presos também e sabemos como funciona, por isso estamos aqui, podem falar com a gente viu?”. Aos poucos o estranhamento era substituído por olhares atentos, a fala das mulheres produzia a identificação necessária entre os sujeitos. O acionamento político da Mãe é fundamental para a produção dessa identidade coletiva, calcada no sofrimento e em uma experiência específica do que é o Estado (VIANNA&FARIAS, 2011).

Após essa primeira intervenção, Clementina e Rita sentam-se em uma pequena área coberta e ali aguardam até o final de nossa atividade. As mulheres estavam aflitas, as memórias que lugares como aquele traziam as afetam profundamente. Clementina me dizia: “não posso mais fazer isso, eu venho, mas não posso mais, então vão lá os mais jovens, eles ainda têm energia”. Um casal de idosos sentado ao seu lado lamenta e ouvindo a fala de Clementina, comenta: esqueci minha *carteirinha*, acredita? Viemos de tão longe e eu não poderei entrar, só o meu marido. Clementina com pesar, disse: “ah, mãezinha, tem saudade né.” Padovani (2018) descreve como funcionam os processos de visitação:

Em porte da *carteirinha*, ou do nome no rol de visita familiar na Penitenciária Feminina do Butantã, a revista abarcava outras técnicas de exame. Os mesmos papéis eram entregues sob a égide das mesmas assinaturas e carimbos, mas não só eles e os objetos eram revistados. De fato, estes eram, naquela ocasião, minuciosamente vasculhados. Potes de plástico eram abertos e as comidas que armazenavam, remexidas. Bolsos das calças, roupas, eram amassados e revirados. Tudo era radiografado e, por fim, os corpos não passavam somente por maquinários que detectavam metais ou por interditos específicos. Os abre-e-fechas de braços, peitos, pernas, vaginas, ânus, pênis. Tosses e secreções dos corpos postos sobre o

espelho roto eram examinadas diante dos olhos apalpadores das agentes de segurança, que, ao final, trabalhavam com o objetivo de “qualificar, medir, avaliar” e, por fim, distribuir os sujeitos aos espaços dos pavilhões de moradia da prisão segundo resultado dos exames feitos em cada orifício dos corpos nus agachados sobre o espelho. A recusa ou a dificuldade em passar pelos processos de revista (pessoas com dores nas costas e com limitações para fazer os agachamentos, por exemplo) implicava na interdição total da entrada à prisão (PADOVANI, 2018, p. 93).

As cenas me causavam imensa aflição. Recordo-me do constrangimento que sentia ao falar com aquelas pessoas, aquela realidade tão distante de mim me deixava embaraçada. O que teria eu a dizer? Acompanhei os membros da associação, sem conseguir falar muito. A segunda situação que gostaria de chamar atenção é a interação entre a Associação e duas mulheres que se aproximaram de nosso grupo. Uma delas, uma jovem branca, cabelos loiros longos, que não havia conseguido entrar na unidade por causa de um dos ingredientes da comida trazida para o marido.

Clementina e Rita diziam aos militantes mais jovens da Associação: “isso vai dar confusão, olha o jeito dela, deixa isso para lá, vamos falar com as outras pessoas, ela já sabia que não poderia entrar com essa comida”. As duas explicavam que existiam coisas que não poderiam ser feitas, a menina (impedida de entrar) sabia o que estava fazendo, não deveria ter trazido aquele alimento, isso daria apenas confusão. Não era assim que as coisas deveriam ser resolvidas, elas diziam. A marcação de diferença entre Clementina, Rita e a menina diz sobre uma performance indesejada àquele momento, a menina falava alto, “buscando confusão”. É preciso que se domine certas técnicas corporais. O descontentamento das duas diz também sobre um conflito estético e geracional, aquele não era o perfil de garotas que fazia parte da Associação.

A segunda aproximação foi de uma mulher idosa, branca, baixa estatura, saia longa, blusa de manga curta, cabelos amarrados em coque. A mulher vendia água, refrigerante e doces na porta da unidade. Aproximou-se no momento em que fui comprar uma água. Questionou-me o que fazíamos ali, quem éramos nós que andávamos com a mesma camiseta. Expliquei, então, o papel da associação. Ela, quase que imediatamente, começou a chorar. Clementina assistindo à cena se aproximou. Triste, a mulher lamentava a prisão do filho que se desviara do caminho da igreja. Mencionava como ele era um menino “de Deus” e “trabalhador”, mas começara a andar com “más companhias”. Alba Zaluar (2000) mostra como a oposição “trabalhador” e “bandido” é um par de relações mutuamente constitutivo. Feltran (2010) também trabalha a constituição dessa oposição no mundo urbano.

A senhora prosseguiu dizendo não ter informações a respeito do processo judicial do filho. Não sabia quem era o defensor que o acompanhava, tampouco possíveis sentenças. Ela pedia ajuda e dizia que só tinha a igreja para confortá-la e ajudá-la. Sua visita seria no dia seguinte. Ela estava vendendo aqueles alimentos para pagar sua viagem de volta para casa. Não pudera trazer *jumbo* algum, porque as condições estavam muito difíceis, o filho preso era o provedor da casa. Depois de ouvir a história, Clementina pediu às *meninas* da Associação para conversarem e auxiliarem a mulher sobre os trâmites jurídicos. As *meninas* são advogadas e poderiam orientá-la.

Ao mesmo tempo, vemos 7 carros pretos, tipo *sedan*, cada um com 5 ocupantes, todos homens, entrando na unidade. Eram os carros da igreja Assembleia de Deus que realizava atividades de evangelização no local. A fila do lado de fora apenas aumentava. Ao final de nossa visita, a senhora evangélica que vendia água se aproximou e, chorando, abraçou Clementina, Rita, as/os outros membros da Associação e a mim, nos agradecendo e desejando *bençãos de Deus*. A noção de ‘regimes normativos’ (FELTRAN, 2012) nos ajuda a compreender sua atitude. Os regimes referem-se também a uma percepção de que as instâncias que são consideradas legítimas para prover justiça, assistência ou punição podem ser diferentes e situacionais.

No caso desta última senhora, fica evidente que a igreja, apesar de ocupar o centro normativo de sua vida, não dava conta das respostas necessárias para desvendar a burocracia do mundo prisional. Era preciso recorrer às experiências de outras mulheres, evangélicas ou não, que soubessem como proceder frente àquela situação. Nesse sentido, pouco importava se aquelas mulheres pudessem ser esposas de “bandidos” ou não performassem as normas tradicionais de gênero. Para aquela situação era plausível que compartilhássemos o sofrimento e o conhecimento.

A chegada dos carros para a evangelização dentro da unidade também mostra as relações íntimas entre o dispositivo normativo estatal e o religioso. É a religião, em especial as pentecostais, o ator capaz de converter uma essência maligna, plasmada na categoria “bandido”, para um novo sujeito, digno de “viver em sociedade” (Misse, 2010). Problemas diferentes, portanto, devem ser tratados por instâncias diferentes. A senhora, certamente, se estivesse procurando uma saída para seu filho do *crime*, não procuraria a associação de Clementina, procuraria a igreja. Por outro lado, para saber sobre o processo judicial, o contrário é que era plausível. Não são, no entanto, só os agentes estatais ou religiosos, aqueles que clamam legitimidade para produzir ordem nos territórios urbanos.

### 3.1.2. Casa de Ivone

Ao final da visita, já eram por volta das 14 horas quando Clementina e eu acabamos de almoçar e pegamos um ônibus em direção ao Conjunto Habitacional Avião. Visitaríamos a casa de Ivone, família acompanhada por Clementina na AFP e no Núcleo de Medidas Socioeducativas. Descemos do ônibus em um ponto localizado na praça central do bairro, aquela mesma praça onde Preta passa as tardes acompanhada de uma parte dos garotos da vizinhança.

Seguimos caminhando. Entramos em um *beco* de cerca de 80 centímetros de largura. Uma água corria ao longo do corredor estreito de cimento que separava a fachada de uma casa e outra. Muitas casas de alvenaria dividiam paredes, horizontalmente estreitas, e de múltiplos andares. Uma delas era a casa de Ivone. Um degrau de mais ou menos três palmos separava sua porta do nível da rua. Ao chegarmos, Clementina gritou o nome de Ivone que rapidamente respondeu, abrindo a porta para nos receber.

Clementina apoiou-se na porta e subiu o degrau com dificuldade. A anfitriã nos recebeu com um sorriso. Mulher com a pele preta retinta, alta, com cerca de 38 anos, corpo curvilíneo, cabelos pretos alisados com comprimento na altura dos ombros. Maquiagem, batom vermelho, unhas feitas e perfumada. A beleza de Ivone chamava atenção, o vestido colorido longo com fendas laterais que saíam dos pés até a altura dos joelhos compunha sua estética que contrastava com seus olhos aflitos, a voz trêmula e as mãos que se apertavam e mexiam em muitas direções.

O primeiro cômodo de sua casa é a cozinha, local em que permanecemos em todas as nossas visitas a sua casa. Um piso frio branco e preto, pia, fogão, mesa com 4 cadeiras, geladeira e armário dividiam o pequeno espaço. Os eletrodomésticos e móveis eram dispostos de maneira a formar um pequeno quadrado em seu centro. Ali nos acomodamos. Clementina iniciou a conversa me apresentando, “ela está me acompanhando no atendimento dos adolescentes, viemos ver Preta e Rose, mas antes viemos aqui”. Clementina mencionou alguns amigos em comum entre todas nós. Pronto, já poderíamos confiar umas nas outras. Ivone me pediu para sentar e começou a *passar* um café. Ela e Clementina permaneceram em pé.

Ivone têm 5 filhos. Yuri (17 anos), Jonas (22 anos) e outras três meninas (16, 20 e 24). Conheci apenas os dois garotos. Yuri cumpria medidas socioeducativas aos cuidados de Clementina, terminava o ensino médio e, em 2019, iniciou o trabalho em uma empresa da região como menor aprendiz. Jonas estava, em 2019, em reclusão, preso cumprindo *pena*. Ivone é separada, o pai dos meninos também vive no bairro e é dono de uma das *biqueiras* locais. Clementina acompanha a vida dessa família desde quando começou a atuar no CDH Rosa há quase 20 anos.

São inúmeras as situações de intensa violência enfrentadas por Ivone e amparadas por Clementina. Violência doméstica, violência policial, violência criminal. O ex-marido de Ivone era muito violento e ela acabava por descontar nas crianças, me dizia Clementina. Essa foi, ao longo dos anos, a principal questão sobre a qual Clementina e Ivone se debruçaram e trabalharam em conjunto, minimizar as violências cotidianas: “foi trabalhoso, mas juntas conseguimos”, dizia a educadora.

Voltando para a cozinha, o cheiro do café recém-coado já preenchia a casa. Clementina abriu a bolsa, tirou um maço de cigarros de filtro branco com a marca preferida de Ivone e a entregou dizendo: “olha o que eu trouxe para você, mulher”. A amiga agradeceu sorrindo. Ivone nos entrega copos de vidro pela metade com café adoçado. Cada uma de nós acendeu um cigarro e então Clementina quebrou o silêncio que já perdurava pouco mais de 20 minutos: “E então, o que está acontecendo com Jonas?”. Ivone respondeu: “Não estou mais comendo, não tenho vontade de me levantar, só quero dormir”.

A narração do *sofrimento* prosseguiu:

Ele *tá* com o peito assim fundo, com os ossos *pra* frente de tão magro, os dedos com as unhas que *tão* assim pela metade de tanto comer, assim mesmo não para de comer. Ele *tá* muito nervoso, me liga nervoso, quer fazer *besteira*. E eles *tão* passando muita fome por lá (referindo-se a prisão) (Ivone, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Clementina replicou: “É, sabe? O presídio está sendo chamado de Etiópia, né?”. A comparação automaticamente nos remete a uma imagem comum a respeito do continente africano: crianças e adultos negros subnutridos, com ossos aparentes, sem acesso à alimentação. A fome é o centro da comparação. Os presos, segundo relatos enviados à AFP, passavam fome e a comida servida em algumas instituições estaria apodrecida. Ivone

confirmou a fala de Clementina com um tom de pesar.

Em outra ocasião, Clementina relatou que aos finais de semana, por exemplo, alguns presos recebem o *jumbo* – sacola com itens de higiene, cigarros e alimentos preparados pelos familiares – trazido durante a visita ou enviado pelo correio. Aqueles sujeitos que não contam com o *jumbo* poderiam comprar um prato de comida por valores que chegariam até a 50 reais. O comércio é autorizado pelos *disciplinas* da cadeia e estimulado frente às condições precárias da alimentação oferecida pelo *sistema*, me contam as duas mulheres. Os *disciplinas* são aqueles que estão *a frente da cadeia*, são os presos responsáveis por manterem a ordem da unidade e orientarem a *população* (presos que não ocupam posição de liderança no local).

Mallart (2014) explica como se forma um *disciplina* em unidades para adolescentes e a estrutura de sua organização. O procedimento é inspirado naquele que ocorre entre os adultos. A *disciplina* de uma unidade está dividida entre os *faxinas*, *encarregados* e *pilotos*. Os *faxinas* são os presos responsáveis por garantir as atividades de rotina na cadeia, como, por exemplo, existem os *faxinas* da alimentação, da limpeza ou do esporte. Os *encarregados* são responsáveis por avaliar o funcionamento da cadeia e observam o trabalho dos *faxinas*. São também os encarregados que avaliam se um preso pode ou não ser um *faxina*. Já o *piloto* é aquele responsável por resolver os problemas *mil grau* da unidade, ou seja, os conflitos mais complexos. Ele é quem trava as negociações com a direção da unidade. São os representantes de toda a *população*. Esse tipo de organização é comum em cadeias onde o PCC é o responsável por seu ordenamento (MALLART, 2014). Dois regimes normativos, portanto, Estado e *crime*, coexistem em negociações e conflitos dentro do sistema prisional.

Ivone prosseguiu nos contando o conflito que envolvia Jonas:

Então, o que aconteceu foi que disseram que a mulher dele traiu ele aqui fora. E ele ficou sabendo lá dentro da cadeia, zé-povinho você sabe né? Já foram lá falar isso pra ele. E aí que ele chamou um debate, ligou aqui, tinha *irmão* de outros lugares lá que ele chamou. E aí colocou a mulher e o rapaz que falaram que ela tinha traído no celular. Ela negava, negava tudo. Mas o menino confirmou. E aí agora ele *tá* querendo que ela vá lá na cadeia. Os *irmãos* não decretaram nada ainda, ela tem dois filhos dele que ela cuida aqui fora, né? O menino também assumiu, falou que não sabia, que foi culpa dela, aí ficou por isso mesmo por enquanto. Mas o Jonas não quer deixar assim não (Ivone, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Na etnografia já clássica de Fonseca (2000), a autora fala sobre o papel relevante das fofocas e boatos na constituição de valores como “família”, “honra” e relações de gênero e

violência entre grupos populares. O caso de Jonas também exprime noções hegemônicas de masculinidade (CONNEL, 1995). Essas noções estão profundamente relacionadas com valores como honra. Um rapaz *verdadeiramente homem* não poderia admitir uma traição, isso significaria que ele é insuficiente para satisfazer ou prover sua mulher e família. Não tomar uma “atitude” frente a isso confirmaria sua “frouxidão”. No entanto, para provar aos pares – outros homens – que ele não é “frouxo”, ele precisa punir a mulher que o traiu, de preferência com algo que possa ser visto no mundo público. É considerado um dever das mulheres que acompanhem e sejam fiéis ao companheiro preso durante todo seu período de reclusão. A *cobrança* das mulheres pela traição costuma incluir a raspagem de seus cabelos, espancamentos, a expulsão do bairro ou, em alguns casos, a morte (FERRAZ DE LIMA, 2014; LAGO, 2017).

A preocupação referida por Ivone residia no fato de que Jonas insistia para que sua esposa fosse visitá-lo na cadeia. “Ele está se consumindo com isso, sabe? Quer se vingar porque ele não quer sair aqui e os *caras zoarem* ele, sabe? Mas se ela for lá, você sabe o que vai acontecer, né, Clementina?”. Ivone referia-se aos casos recentes de mulheres mortas por seus companheiros em dias de visita dentro do sistema prisional. “Sim, eu sei Ivone, você viu aquela menina que foi visitar, né? Também eles podem cortar o cabelo dela e judiar, você sabe”. Raspar a cabeça de uma mulher que comete adultério é uma prática comum entre alguns estratos mais conservadores nas periferias, incluindo parcelas do *crime*. O cabelo, reconhecido como símbolo da beleza e feminilidade, quando raspado serve como aviso às outras meninas e vingança pela *honra manchada*.

Portanto, a violência não é apenas direcionada ao corpo da mulher, mas também pensada de forma generificada em sua própria prática, ou seja, a punição é direcionada a um símbolo reconhecido de feminilidade. Efreim Filho (2017b) descreve um fenômeno similar ao observar o homicídio de um menino em sua pesquisa nos estados da Paraíba e de Pernambuco. Uma das interpretações para o homicídio foi a homofobia. Chama atenção do autor o uso de um *cipó de boi* como arma, um instrumento elaborado a partir do couro, esticado e curtido, da genitália do boi morto. O *cipó* representaria, na história local, relações de classe, raça e gênero desde os tempos coloniais (EFREIM FILHO, 2017b). Das (2014) também discute o uso do estupro como prática de violência generificada entre grupos políticos na Índia.

Clementina então diz:



Ivone, você não vai deixar ele fazer essa besteira. Falta tão pouco para ele sair. Você é mãe dele, ele vai escutar, você conhece ele como ninguém. Não vamos deixar, eu vou te ajudar também. Ele precisa entender que isso só vai prejudicar ele e as crianças. Ela é jovem, estava com vontade, ele *tá* longe, vamos fazer o que? Ela deveria ter ido terminar primeiro, talvez, mas você sabe que elas têm medo da violência. O menino também que deveria ter ficado quieto, né? Pra que confirmar? *Tá* querendo confusão, ou o quê? (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Clementina aciona novamente a posição materna como fundamental para resolução do conflito, uma mãe conhece um filho como ninguém e, portanto, não haveria um ator mais capaz de resolver a questão do que ela. Ivone ficou um pouco mais calma após a fala de Clementina. Ivone então começa a contar outra história que acontecera naquela semana no bairro. Uma usuária do serviço da Unidade Básica de Saúde (UBS) local, descontente com a demora no atendimento, causou uma briga dentro da Unidade. A moça recorreu ao regime normativo do crime para que o conflito fosse resolvido, chamando os *irmãos*. A Unidade recorreu à Polícia Militar. As diferentes instâncias acionadas para busca de justiça demonstram uma compreensão distinta do mundo urbano que reconhece a legitimidade de atores diferentes no mundo cotidiano. O conflito reforçou a desconfiança recíproca entre moradores e Unidade de Saúde.

Continuamos conversando por mais uma hora naquela tarde. Ivone e Clementina compartilhavam histórias do bairro. Ao mesmo tempo, Clementina resolvia, pelo celular, demandas da Associação de Familiares de Presos (AFP). Uma mulher, indicada por uma *irmã da igreja*, procurou Clementina para saber notícias de seu filho. A mulher estava a 15 dias sem notícias e não sabia mais em que unidade prisional ele poderia estar. Na mesma hora, Clementina entrou em contato com um defensor público de sua rede de contatos e em 30 minutos recebeu a resposta, encaminhando, em seguida, para a mulher. A última lhe respondeu, quase que imediatamente, desejando *bençãos* em sua vida.

Alguns dias depois desse encontro, Clementina reconta a história de Jonas para uma funcionária do Centro de Direitos Humanos que lhe pergunta notícias sobre a situação.

A menina (esposa de Jonas) foi embora, está morando com a mãe. Saiu fora, né? Ela traiu ele aqui fora, agora o *salve* para ele matá-la foi dado. Uma moça tão nova daquela, tão linda, se atraiu por outro e foi lá e deu mesmo. A *xoxota* é dela, ela fica com quem ela quiser, né? Mas pra quem *tá* no *sistema*, a **lei** do crime não é assim. Ele quer que a Ivone diga para a menina ir visitá-lo. Isso é furada, já falei pra ela, ele quer matar ela lá dentro, quantos casos desse já não estão acontecendo? Mas assim, ela também não *tá* escondida, né? A mãe mora aqui do lado. Ela deveria é fugir pra

longe, ir pra Salvador que tem os parentes lá. O *bandido* do pai do Jonas, *safado*, que trouxe ela pra cá pra ficar visitando o Jonas na cadeia. Ela *tava* bem lá, podia refazer a vida, né? O menino que ela ficou nem mora aqui, jogou tudo pra ela, falou que ela que procurava ele, aí se livrou de tudo. Vai lá, dá a *xoxotinha* bonita e ainda tem que aguentar tudo isso. A Ivone ficou brava, mas eu disse pra ela *me economizar*. Uma moça nova daquela tem que poder escolher com quem quer ficar. Ela devia ter terminado com ele, mas não deu tempo (Clementina, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

O relato de Clementina expõe importantes mecanismos de construção de masculinidades e feminilidades. O “adultério” cometido pela esposa de Jonas foi levado a *debate*, o *crime* ouviu as versões do caso, julgou que ela estava errada e deu o *salve* para sua morte. O rapaz com quem ela *traiu* Jonas a responsabilizou pelo fato. A bibliografia sobre gênero e sexualidade mostra como essas representações hegemônicas em torno dos papéis das mulheres e dos homens em relações afetivo-sexuais são distintos. Na representação hegemônica, a gravidade e a condenação moral da traição é muito mais severa quando desempenhada por mulheres (CARNEIRO, 2009). Para o regime normativo do *crime* não foi diferente. Jonas ganhara o direito, portanto, de recuperar sua *honra* (RAMOS, 2012). É claro que na prática cotidiana, esses eventos podem assumir outras resoluções, por vezes menos conservadoras.

Nesse caso, no entanto, a norma prevaleceu. Clementina reflete: a lei do crime não enxerga a situação da mesma forma que ela. Para Clementina, a garota deveria poder decidir ter relações sexuais com quem quisesse, afinal de contas era jovem. Claro que para ela, a garota deveria ter terminado a relação com Jonas, mas a traição não justificaria sua morte. Aqui, as gramáticas de gênero e sexualidade pelas quais operam Clementina e os *irmãos* são dissonantes.

### 3.1.3. Quebrada largada

A malandragem era diferente, *tá ligada*? Pra ser malandro, tinha que ser diferente. Não é só querer ser. Hoje fica a rapaziada aí achando que é malandro. Por exemplo? Eu saio aqui tem menino fumando maconha na hora que a criança *tá* passando pra ir na escola. Você viu isso aí que aconteceu? A menina morreu, eu podia ir lá e pegar briga disso aí, mas deixa os que é malandro, né? Eles é que são malandro. Agora fica esses caras aí brigando por causa dessa moto, aí todo mundo fala, a menina morreu “vou pegar a arma lá”, aí a briga da moto, “vou pegar a arma lá”. Pra que eu vou me

envolver? Daqui a pouco, eu tomo um tiro também, entende? Então, eu observo, fico sempre observando, não falo nada pra ninguém. Mas se você quiser, outra hora a gente *desenrola essa fita*, beleza, menina? Você tá entendendo? Malandragem é outra coisa. Não tem muito mais não (Pedro Paulo, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

A fala de Pedro Paulo diz sobre uma expressão constantemente repetida em meu trabalho de campo: a *quebrada* estaria *largada*. Mais do que isso, aqueles que se dizem *malandragem* não seriam *malandros de verdade*. Os exemplos que ele elenca são ilustrativos: haveria uma conduta, ou um *proceder*, que as novas gerações não teriam mais enquanto horizonte normativo. Pedro Paulo me dizia que em seu tempo de *malandragem*, os vizinhos eram respeitados e aqueles que fumavam maconha, por exemplo, não faziam isso próximo às crianças. O *malandro* de Pedro Paulo é aquele que observa, fala pouco, não expõe publicamente armas nem arruma conflitos no meio de festas (MALVASI, 2011; HIRATA, 2018). O *malandro* para ele seguiria um proceder que *não existe muito mais*.

Algumas histórias nos ajudam a compreender o tema. Era abril de 2019, por volta das 18 horas. Desço uma das principais ruas da favela. Na esquina, o muro próximo ao colégio do bairro traz a inscrição do time de várzea local: Dinamite FC. A rua tem quase 220 metros de comprimento por 6,7 metros de largura<sup>36</sup>, em sua parte mais movimentada. Nesse espaço, carros parados dos dois lados disputam as inexistentes vagas para estacionar. Na esquina oposta ao muro da escola, no bar do Maranhão, alguns dos homens mais velhos da favela bebem sua cerveja discutindo a rodada do Campeonato Paulista de Futebol. Poucas mulheres ficam por ali e quando ficam são também mais velhas, como Joana, personagem da introdução.

Do lado direito ao bar, uma porta pequena vende porções de batata frita e pastéis, que custam entre 5 e 10 reais. Do lado esquerdo, um banco de madeira na calçada onde alguns rapazes passam a noite sentados, fumando um cigarro de maconha e observando o movimento. O cheiro dessa rua em particular é uma lembrança forte, uma mistura de cigarro paraguaio, maconha, escapamento das motos, álcool, perfumes doces e a umidade das ruas. Faz muito calor.

Seguindo a rua, outro bar, mais escuro e com luzes coloridas: o Esquentá. Esse frequentado por um público mais jovem, ligado a uma antiga família do local, a família de Dona Mocinha – apresentada na introdução – e ao time da favela, vende cervejas, caipirinhas

---

<sup>36</sup> Disponível em [www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps), último acesso em 15 de maio de 2020.

e *drinks* diversos. No som, quase sempre um *funk* ou pagode anima o local. Cumprimento os conhecidos. Sigo andando e, ao lado do bar, uma igreja evangélica – Assembleia de Deus – é espremida entre o bar Esquenta e uma viela. Idosos, crianças e alguns jovens de terno chegam ao culto acompanhados de mulheres de saias longas, boleros de crochê cobrindo os ombros, sapatilhas e cabelos longos; todos levam Bíblias debaixo dos braços.

Andando mais um pouco, temos uma lanchonete que anuncia a venda de açaí. Mais alguns passos e uma lanchonete grande com cerca de 10 mesas comercializa um cardápio variado de hambúrgueres, cachorros quentes e, de novo, açaí. A faixa de preço varia de 6 a 10 reais. Seguindo na calçada em frente, um pouco mais adiante, outro bar, esse maior e espaçoso é frequentado por um público heterogêneo: o bar da Cátia (BC). O BC pertencia a uma mulher relacionada a importantes figuras do crime no local, os mesmos *grandões* descritos por Joana no capítulo anterior. Hoje, já com outros donos, o local ainda acumula muito *conceito*. Mais uma viela com dois banheiros químicos. Algumas casas e becos, outra viela e mais um bar de esquina.

Atravessando a rua, fazendo o caminho de volta, temos um pequeno bar ao lado da atual sensação da vida noturna na favela: a Adega. Nos falantes da caixa de som de cerca de 1 metro de altura afixada na porta do local ecoa: “falo pro mano pra que não morra e também não mate”. A música é Negro Drama, do grupo paulista de RAP Racionais MC’s. Gravada em 2002 faz parte do álbum “Nada como um dia após o outro dia”. O álbum narra a passagem da *época das mortes*, que marcaram os anos 90 nas periferias paulistas (com as disputas pelo controle do comércio de drogas ilícitas, a atuação de justiceiros e a violência policial), para um momento de relativa paz *entre os irmãos e quebradas*. Momento impulsionado pelo surgimento do PCC. Ao mesmo tempo, mais dinheiro entra em circulação nas periferias, na virada dos anos 2000, através de políticas públicas de consumo e, paralelamente, da expansão dos mercados ilegais.

A rua mais ou menos vazia fazia o som ficar ainda mais alto. A calçada da Adega elevada com um degrau de quase 40 cm acima do nível da rua é construída em piso frio branco, destoando do asfalto. Vendem-se bebidas alcoólicas e cigarros. Uma grade separa os consumidores dos três vendedores (esposa, marido e o filho mais novo) proprietários do local. Ali, nos finais de semana, centenas de pessoas circulam e formam filas para comprar suas bebidas e ouvir o *funk* que ecoa do seu som e anima os *bailes* (festas de rua realizadas nas

periferias, também chamadas de *fluxo*) que acontecem nessa mesma travessa.

Nos cerca de dois metros da fachada da Adega, uma mesa redonda alta fica próxima ao degrau. Ao som dos Racionais MC's, a mesa é ocupada por dois homens e uma mulher. Uma garrafa de *whiskey* e copos coloridos. Um dos rapazes é Edinho, *um dos grandões*. Ele tem por volta de 35 anos, é um dos irmãos de uma antiga família envolvida com o crime do Parque São Jorge, a mesma relacionada com os antigos proprietários do BC. Relógio dourado e grande no pulso, uma camiseta preta e branca longa marcam seu corpo atlético. Calça jeans preta e tênis *da moda*. Edinho tem a pele preta e cabelos raspados. Nas últimas semanas, ele e sua família têm estado com frequência pela *quebrada*. Pelas ruas circulam boatos de que “eles estão de volta” e agora “as coisas melhorariam”. Edinho e sua família seriam aqueles *malandros* aos quais Pedro Paulo se refere.

Mais ou menos 50 metros à frente da Adega, viro à direita: uma descida de cerca de 5 metros íngremes que ao final torna-se um pequeno largo plano em formato de meia lua chamado de *pracinha*. Ao redor do largo, algumas casas e um beco estreito que leva para dentro da favela separam a casa de Dandara (a mesma da introdução) do Bar de Silvano. A *pracinha* é um dos pontos famosos do território.

O Bar de Silvano é frequentado por aqueles que moram nas casas da *pracinha* e por uma antiga geração que viveu o *mundo do crime* nos anos 1990 e início dos anos 2000 e representa uma moralidade do que seria o crime e o *proceder* da *quebrada*. É importante dizer que isso está longe de significar que todos ali pratiquem crimes. Ao contrário, boa parte dos que ali vivem não possuem uma trajetória de atos criminais. A ideia de um *mundo do crime* (FELTRAN, 2011) dá conta justamente dessa aparente indistinção e não tem a ver exatamente com o cometimento de um delito, mas sim com a circulação de um conjunto de códigos ou procedimentos que ordenam e balizam as relações entre os sujeitos.

O que me identifica como parte do mundo do crime aos olhos da representação hegemônica e o que me identifica dentro do próprio crime responde a critérios completamente diferentes. Seria plausível escutar em uma reunião de empresários em Pinheiros (bairro de classe média alta da zona oeste de São Paulo) que todos os/as que frequentam o bar de Silvano são criminosos. No entanto, se indagarmos Silvano a respeito do mesmo assunto, seria plausível que ele me dissesse que ali não há ninguém **do** crime e que apesar de alguns já terem se *envolvido*, o que prevalece é que todos sabem como agir e respeitam os códigos de

conduta corretos (na perspectiva, também, do crime).

Isso porque o que importa é toda uma rede de relações que vai desde sobre quem eu conheço, quem me conhece ou com quem eu ando, até minha estética e performance; ou se eu vou para o *funk* ou para um samba ou como eu circulo pela *quebrada*. Importa que aqueles que são *envolvidos* (ou foram) possuem uma longa *caminhada dentro do certo*. A ideia de uma *caminhada* é muito importante para essa geração na qual o valor de um sujeito é medido através de um conjunto de suas atitudes.

Importam quem você é, quem você conhece e o que você fez até aquele momento. Esse conjunto de avaliações não significa, necessariamente, um patrimônio material, mas uma conduta dentro do que é considerado justo e correto. Para ser *certo* na *vida errada*, portanto, deve-se respeitar um conjunto de valores que têm a ver com honra, masculinidade, lealdade, justiça, humildade, comunidade e família (MARQUES, 2010a,2010b; BIONDI, 2010; MALVASI, 2011; FELTRAN, 2011; HIRATA, 2018).

\*\*\*

A primeira vez que estive no bar de Silvano foi com sua mãe (Dona Jovelina), dois pesquisadores e Joana. Era um momento de lazer, há muito tempo não visitávamos amigos queridos que vivem pelo Parque São Jorge. Ali conheci Silvano e Dandara. Dandara, a mesma da introdução, tem por volta de 45 anos, é branca, tem algumas tatuagens, cabelos longos, óculos e quase sempre está arrumada com roupas elegantes. Tomamos juntos uma cerveja, ouvimos algumas músicas e conversamos. Naquele dia, Dandara me contou um pouco de suas histórias no crime. Me recordo vividamente daquela cena.

Eu estava em pé encostada na parede. Dandara, em minha frente, próxima ao balcão segurava um cigarro em uma mão e com a outra um copo de cerveja. Alternava entre pedir à filha de 4 anos que esperasse o término de sua conversa, enquanto me narrava as histórias de seu passado. Estávamos com um palmo de distância uma da outra e ela me olhava fixamente nos olhos dizendo das violências sofridas no dia de sua prisão. Em seguida, me contava como foi seu retorno ao Parque São Jorge no dia de sua soltura: “*Nega*, foi uma festa danada, eles me jogaram no chão quando me viram, tinha assim um monte de gente, foi uma bagunça, eu

não sabia o tanto que eu era *considerada*". *Consideração* é algo que se conquista a partir da avaliação de sua *caminhada*. Ser *considerado* significa ter sua posição reconhecida e prestigiada por um reconhecimento de seu *caráter* e de sua *postura* dentro dos valores morais de justiça do *crime*. "Eu sempre fui pelo *certo*, sempre ajudei todo mundo, nunca pedi algo em troca, sabe? E é assim que aconteceu".

Alguns dias nos marcam em campo e durante todo esse texto marquei a importância de alguns desses momentos. Esse também foi um deles. Aprendi naquele dia com Dandara que para se conquistar respeito era preciso olhar fundo nos olhos do outro *sem vacilar*. Ao contar as histórias de violência sofridas e dos crimes cometidos, penso que, por um lado, ela avaliava serem aquelas as histórias que eu gostaria de escutar como pesquisadora ou alguém externo para qual as histórias sobre o crime seriam fascinantes, sedutoras. Por outro lado, com o passar do tempo, percebi que Dandara me testava, testava se meus olhos demonstrariam medo, se eu aguentaria suas histórias sem demonstrar temor ou repulsa e, principalmente, se eu seria capaz de compartilhar suas memórias de sofrimento mesmo através do abismo que parecia nos diferenciar.

Algum tempo depois, já nos últimos dias de meu trabalho de campo, estava sentada na calçada, próxima à casa de Dandara, conversando com ela e sua filha. Ela me contava sobre seus filhos mais velhos, orgulhosa por serem ambos *trabalhadores*. Dentre outras narrativas, falava sobre seu novo emprego em uma creche local e contava os detalhes da história de sua prisão, há alguns anos, motivada, segundo ela, por uma *caguetagem*. Alguém denunciara suas atividades para a polícia. De maneira resumida, há alguns anos, conta Dandara, uma mulher aproximou-se dela e passou a frequentar a *pracinha*. Segundo ela, a mulher tornou-se amiga de todos, participava dos churrascos nos finais de semana, ia aos aniversários, brincava com as crianças. Com o passar do tempo tornou-se sua amiga de confiança. Nesse mesmo período, Dandara ajudava financeiramente uma tia que vivia em sua casa.

Em uma noite, Dandara dormia em sua casa com seus dois filhos mais velhos e policiais militares entraram em seu quarto. Ela relata que bateram em seu filho e nela própria procurando dinheiro e drogas. Ela me conta que: "apesar de estar na vida errada, eu nunca coloquei meus filhos em risco, nunca escondi nada em casa, eles nunca nem sabiam de nada". Dandara reforçava: "eu sempre *corri pelo certo*". A violência em sua prisão e o conhecimento dos agentes do local onde ela guardava os produtos de sua atividade no crime significariam

uma única coisa, alguém a havia *caguetado*. Dandara então foi presa. “Passei noites e noites chorando, foi muito duro lembrar do que meus filhos sofreram naquela noite, eu não importo de fazer nada comigo, mas meus filhos sofreram muito”.

O tempo passou, ela então retornou ao Parque São Jorge, resultando em uma grande festa, como já descrito. Mas ela me dizia que, mesmo com o passar dos anos, não conseguia compreender o que havia acontecido naquela noite. Em um determinado dia, seus *irmãos* (não se trata de família, mas de parceiros há muito tempo no *crime*) a chamaram e avisaram que haviam descoberto o porquê de ela ter sido presa. No dia de sua prisão, os policiais sabiam onde estavam o dinheiro e as drogas. Aquela amiga e a tia de Dandara estavam na verdade trabalhando para os policiais em uma ação que, segundo interlocutores, era muito comum naquele período, pois visava a descobrir como funcionava o *esquema* do crime local e extorquir financeiramente os sujeitos em troca de não *estourar* (acabar) com as atividades. Algo não saiu como o planejado no caso de Dandara e ela foi presa.

O *esquema* dos agentes, nesse caso, tratava-se do envio da esposa de um dos policiais para se infiltrar nas redes mais próximas dos sujeitos, a tia de Dandara fazia o mesmo trabalho, mas em casa. Os *irmãos* acharam parte do dinheiro que haviam perdido dias depois entre as coisas da mulher e uma série de recibos que confirmavam o trabalho duplo. Bom, Dandara me relata sua profunda tristeza naquele momento e decepção, alguém em quem ela confiava, uma amiga, uma pessoa que era sua família e por quem ela faria qualquer coisa, a havia traído de uma maneira que era a pior possível nesse caso: havia machucado sua família, seus filhos, seus *irmãos*.

O conflito resultou na morte das duas mulheres. A *caguetagem* é uma prática que quase nunca acaba de outra forma. A morte é evitada ao máximo nos debates criminais porque é avaliada de forma muito negativa aos negócios. Mortes atraem policiais para a *quebrada* e também podem resultar em cadeias de vingança. No entanto, algumas atitudes ou falhas com o *proceder* são consideradas imperdoáveis, *caguetar* é uma delas. Há exceções, como o irmão de Silvano, por exemplo, expulso há alguns anos da favela por trabalhar duplamente para a polícia e o crime. No entanto, não ser morto teve a ver com o respeito que sua mãe acumulava no território como trabalhadora da área de saúde e seus irmãos no mundo do crime.

O episódio de violência pelo qual essas mortes foram executadas não vem ao caso no



texto, penso que relatar episódios espetaculares de violência nem sempre contribui para o argumento, mas, ao contrário, pode reificar ainda mais as representações hegemônicas que associam, por exemplo, violência e pobreza. O que importa nesse caso é dizer que há diferentes formas de se morrer. No caso de uma *caguetagem*, produz-se um *outro*, aquele que não é mais *digno* de humanidade porque traiu aqueles que seriam um dos valores mais importantes do mundo do crime: lealdade e confiança.

Dandara ainda que não tenha executado tais mortes, tem a vida marcada duramente pelo episódio. Tal fato está longe de ser banal e muda sua trajetória sensivelmente provocando seu afastamento das atividades criminais. Após me contar essa história, Dandara me diz:

Você vê que nem todo mundo fala com você? Alguns são desconfiados ainda. Por isso que se você tivesse vindo aqui sozinha ou em outros tempos, você não teria sido bem recebida, nós ficaríamos desconfiados, essas coisas marcam a gente, todo mundo tem medo que aconteça de novo (Dandara, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Alguns meses depois dessa história, em minha última visita ao Parque São Jorge, ainda em 2019, na mesma *pracinha*, duas interlocutoras despediram-se de mim e diziam: “você é *daora* amiga, você é *daora*, sempre que vem aqui não esquece da gente, se qualquer coisa acontecer com você aqui, você pode vir aqui, aqui você *ganhou consideração, amiga*”. Ao menos quatro coisas são importantes nessa história. A primeira é que há uma desconfiança construída a partir de parâmetros muito concretos de violência e de sofrimento a respeito da tentativa de aproximação de sujeitos externos àquele cotidiano.

A segunda é que quando Dandara me diz “se você tivesse vindo aqui sozinha, seria diferente”, ela está marcando que estar acompanhada de Joana ou de Dona Jovelina por exemplo era fundamental para minha recepção. Era a trajetória de Jovelina e de Joana que me permitiam estar ali e não a minha própria. Mais do que isso, saber que eu acompanhava a mãe de Silvano em suas consultas médicas, frequentava sua casa e estava ao lado de Joana cotidianamente demonstravam meu compromisso com suas vidas.

A terceira coisa se trata da permanência. Durante o ano de 2019 estive com muita frequência na *pracinha*. Durante os meses de residência no Parque São Jorge, ao menos uma vez por semana passava longos períodos por ali. Após o retorno para a cidade de São Carlos,

ao menos uma vez por mês visitava o Parque São Jorge e em minhas visitas sempre reservava um momento para rever aqueles que moram por lá.

Em alguns momentos, levei amigos de minha vida íntima para o bar de Silvano. Se eu permitia que meus amigos do Parque São Jorge se relacionassem com minha vida externa ao seu cotidiano era porque também neles eu confiava, essa reciprocidade era fundamental para que nos respeitássemos. Por fim, a última coisa se referia àquilo que Dandara havia me ensinado no primeiro dia em que nos vimos, era preciso escutar mais do que falar e era preciso olhar nos olhos daqueles com quem se conversa em estatuto de igualdade.

O excerto traduz o que meus interlocutores chamam de *saber chegar*. Essa é uma qualidade imprescindível. O que minhas interlocutoras me diziam com ter *ganhado consideração* era que eu havia sabido chegar e provado, ao longo do tempo, que meu comportamento era passível de confiança. Isso, no entanto, não é algo imutável. Portanto, a noção de uma *caminhada* depende fundamentalmente de tempo e das relações cotidianas. Essa moralidade, esses códigos do mundo do crime, ou *proceder*, não nascem no crime, eles são coproduzidos entre o que já se vivia na experiência cotidiana das periferias e os novos arranjos de expansão criminal e de repressão.

\*\*\*

Voltando ao bar de Silvano, nossas conversas daquele dia nos ajudam a compreender quais os sentidos dessa percepção de que “as coisas melhorariam” e de que a *quebrada* estaria *largada*. O bar de Silvano tem cerca de 3 metros de largura por 6 metros de profundidade. Nas paredes pintadas de branco, azul e amarelo também se veem um aparelho de som em uma prateleira, duas máquinas de caça-níquel e um ventilador. Na entrada há um banco baixo e comprido encostado na parede e uma mesa de sinuca ocupa o centro do bar. O balcão ao fundo exhibe na parte de trás algumas bebidas em prateleiras. Um banheiro mais ao fundo é dividido entre todos as/os frequentadores.

Encontro Joana e nos sentamos junto ao balcão. O assunto do momento era o roubo do Mercado Dia no Parque São Jorge. Por todos os lugares pelos quais eu havia passado naquele dia o assunto era recorrente: na padaria, no núcleo de medidas socioeducativas, na lanchonete. No centro da história estava a atitude do funcionário do estabelecimento que reagiu ao assalto

e conseguiu tirar a arma do ladrão. O fato ocorrera no fim de semana anterior. Um ladrão entrou armado no mercado e anunciou o roubo para um funcionário. O outro funcionário que estava no caixa conseguiu desarmar o assaltante.

Nesse momento, o outro assaltante que estava do lado de fora observando a ação e vigiando os entornos do mercado, desarmado, entrou no estabelecimento. Então todos, funcionários e ladrões, começaram a brigar. Os assaltantes, por fim, recuperaram a arma e fugiram. A cena era interpretada, por Silvano e Joana, como cômica: funcionário e assaltantes correndo entre as prateleiras do estabelecimento. Silvano, Joana e todos aqueles que durante o dia comentavam a respeito da história estavam indignados. Silvano repetia: “onde já se viu o *cara* fazer uma coisa dessa?”, dizendo que nunca faria algo igual, “um dinheiro que nem era seu? Sem contar que o mercado tem seguro e esse dinheiro vai voltar. Depois leva um tiro aí e não sabe porquê”; e repete dizendo “ainda mais que o dinheiro nem era seu”.

O que Silvano dizia e todos pareciam concordar era que haviam certos riscos pelos quais se vale ou não passar. Nesse caso, o que o funcionário poderia ganhar? Prestígio com o patrão? Meus interlocutores não achavam que isso valeria a pena frente ao risco de perder a vida. Além do mais, não parecia inteligente correr o risco por um dinheiro que não seria seu. Com relação a isso todos brincavam “o que ele achou? que ganharia uma parte?”. Se essa era a imagem do funcionário que, longe de ser considerado um herói, era visto mais como um tolo, a imagem do ladrão não era muito diferente. Como alguém perdia uma arma em um assalto? Além disso, roubar um mercado na *quebrada*? Esse não era o *proceder*.

Silvano, então, me conta uma história que vivenciou recentemente para exemplificar do que se trata o *proceder* em casos como esses. Certo dia, ele estava com o carro que pegara emprestado de seu irmão estacionado em uma grande avenida da zona leste da cidade. Foi então que percebeu que um rapaz próximo à barraca de comida do outro lado da rua parecia esperar a melhor oportunidade para um roubo. Silvano, não querendo ser o alvo, resolveu que sairia com o carro e estacionaria em outro lugar. Nesse momento, o rapaz se aproximou e anunciou o assalto a mão armada, contornou o carro e entrou pela porta do passageiro.

Os dois então iniciam um diálogo dentro do carro. Era para isso que Silvano chamava minha atenção.

Eu disse pro *cara* assim, eu sou da favela do São Jorge, você vai roubar favelado mesmo? E falei para ele, né, eu vou achar meu carro. Você conhece fulano? E comecei a falar para ele o nome dos caras *grande* da região que eu conheço né? E aí

eu percebi que teve um nome que eu falei que ele deu uma *vacilada*. Mas ele *tava* com a arma na minha barriga, eu não ia reagir, ia entregar tudo, só tentei dialogar antes porque o ladrão sabe o que é **certo** e aquilo **não** era (Silvano, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

A história prosseguiu e Silvano continuou a questionar o rapaz se ele roubaria um favelado e a avisar que ele encontraria o carro. O rapaz respondeu que sim, roubaria sim porque ele tentara roubar antes, mas não conseguira. O rapaz então apresentou uma opção para Silvano, se ele não quisesse ser roubado, deveria fazer o *cavalo* com ele. Fazer o *cavalo* significa que ele deveria acompanhar o rapaz no roubo de um outro carro, dirigindo o seu próprio. “Bom, eu respondi para ele que não o conhecia, que não sabia da *correria* dele e não faria *cavalo* nenhum”. O que Silvano me dizia era que primeiro, ele não era ladrão, então não faria isso e, em segundo lugar, ele não faria para alguém de que ele não sabe a trajetória e que estava demonstrando não seguir uma ética que para ele era importante, roubar *favelado* não era um bom sinal para avaliar o rapaz.

Diante da negativa de Silvano, o rapaz afirmou que levaria o carro. Silvano pediu seus documentos que estavam no console do veículo, levantou e saiu. O rapaz foi embora com o carro e ele caminhou até sua casa. Chegando no Parque São Jorge chamou seu irmão e contou o que tinha acontecido. Os dois foram falar com os *caras*, o crime local, para saber se alguém teria visto o automóvel. Não fazia sentido para Silvano procurar a polícia, seu carro não tinha seguro e ele sabia que dificilmente seria encontrado. Ele sabia, por outro lado, que seus conhecidos no *crime* talvez soubessem quem era o rapaz que lhe roubou e que, explicando a situação, ele, Silvano, seria considerado correto e digno de ajuda. Além do mais, a família de Silvano é muito conhecida e respeitada na *quebrada*.

Algum tempo depois, um dos conhecidos de Silvano o procurou e relatou que havia visto o carro ali mesmo, no Parque São Jorge, abandonado, e que pela descrição ele sabia quem tinha feito a *fita* (roubo). Chegando no carro, tudo estava em ordem, com exceção do aparelho de som subtraído. Os irmãos – Silvano e Vicente – pediram então ao conhecido que os levasse na casa do *ladrão*. Chegando lá, Silvano o chamou. O rapaz demorou a aparecer. Quando saiu, de bermuda, sem camisa, Silvano dissera: “eu não falei que ia achar o carro e depois ia achar você? Eu quero saber onde está meu som”, me narrava Silvano. O rapaz então respondeu que não estava mais com o aparelho.

Então eu disse para ele, não vou sair daqui até você não aparecer com o meu som, vai buscar onde você deixou, não quero saber. E aí você acredita que ele falou que não ia daquele jeito, de bermuda, descalço, eu falei que ele tava de palhaçada comigo e que eu não ia embora dali sem o som e que a gente resolveria aquilo agora. O Vicente – excelente capoeirista – já queria bater nele (Silvano, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

O rapaz, sem alternativas, algum tempo depois volta com o aparelho: “e aí eu disse para ele, olha, estou indo na oficina para fazer a instalação, já te trago a conta”. Algumas horas depois, Silvano volta e o rapaz está na esquina. O rapaz ao vê-lo não demora e logo se aproxima. Silvano avisa que o valor foi de 180 reais, o rapaz replica que não teria esse dinheiro.

Falei para ele que não queria saber, eu avisei que acharia o carro, se ele tinha tirado o som, ele quem pagaria, então ele atravessou a rua, foi na esquina e pediu o dinheiro pros caras que estavam com ele e veio me trazer, depois disso a gente foi embora (Silvano, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

A fala de Pedro Paulo que abre essa seção, a expressão de que “as coisas melhorariam” e as histórias contadas por Silvano ilustram a ideia de uma *quebrada largada* (CRUZ SILVA, 2017). Quase sempre as reflexões acerca disso eram acompanhadas de exemplos que colocavam: i) a nova geração no lugar de promotores de desordem e bagunça; ii) também diziam muito sobre temas como punição, clamando por punições mais duras. Muitos referiam-se, por exemplo, aos tempos em que os roubos na *quebrada* eram punidos com tiros nas mãos, como referência de uma punição que supostamente acabaria com os problemas. Isso não significa que meus interlocutores diziam que os *debates*, ou o dispositivo de justiça implementado pelo PCC, não funcionariam mais. Ao contrário, esses continuam sendo os atores legítimos para atuar nessas situações. A redução das mortes internas à quebrada, por exemplo, é ainda celebrada. Mas o que meus interlocutores pareciam dizer era que esse dispositivo deveria, certamente, se endurecer.

Saí do Bar do Silvano por volta das 21 horas. A rua descrita no início da narrativa já estava muito diferente. Onde tudo antes estava vazio, com o cair da noite, tornara-se engarrafamento. A rua principal estava repleta de carros, motos, sons, pessoas e cheiros. Dois carros, um de frente para o outro, não conseguiam passar, pois na rua há apenas uma faixa. Os dois carros eram seguidos por outros, em sentidos opostos, em todo o comprimento da rua. Ninguém se mexia. Motoristas e pedestres esperavam para ver quem se cansaria primeiro e

voltaria ao início da rua em marcha à ré.

Motos e pessoas circulavam entre os corredores formados entre um carro e outro. Eram carros de todos os tipos. Um antigo Gol 1000 “quadrado” (modelo 1995 avaliado em 5,7 mil reais pela tabela FIPE; cerca de 6 salários-mínimos), com pneus furados, vidros quebrados e pintura desgastada, estava estacionado na calçada. Um gato preto e branco dormia em seu banco traseiro. Lembrei-me que na noite anterior, vira um de seus vidros ser quebrado pela Base Móvel da Polícia Militar com balas de borracha que mais pareciam *chumbinho*.

Do outro lado da rua, uma *Duster* preta, modelo 2019 (avaliado em 52,7 mil reais pela tabela FIPE; cerca de 53 salários-mínimos), ocupava uma grande parcela da lateral da rua. As motos desciam *estourando* o som dos escapamentos combinando com as batidas graves do *funk* paulista ao fundo. Os modelos de motos eram tão diversos quanto os carros. Motos de 900 cilindradas dividiam o espaço com pequenas *biz* e motos 125 cilindradas. A Adega agora estava lotada. Na caixa de som não escutávamos mais o RAP anos 1990 do final da tarde, agora os falantes ecoavam um *funk* muito alto: “não sei de quem é essa festa, eu não sei de quem é essa festa” narrava a música.

As pessoas se aglomeravam na calçada do estabelecimento para comprar suas bebidas alcoólicas e cigarros. O ritmo era frenético. Dezenas de vozes riam, conversavam, contavam histórias. Centenas de pessoas circulavam e permaneciam em grupos nas calçadas e entradas de becos e vielas. Nesse dia, teríamos samba no *fluxo*, por isso os banheiros químicos financiados pela Adega. A rua seria em poucos minutos fechada com grades para impedir o acesso de carros e motos. A Adega é propriedade de parentes de Edinho, o que garante um pouco mais de tranquilidade na condução dos negócios e na realização das festas de rua. Segundo meus interlocutores, tudo já estava *acertado* (MISSE, 2009; HIRATA, 2018) com os Policiais Militares. Misse (2009) fala sobre as trocas entre agentes estatais e mercados ilegais:

Constituiu-se, assim, um segundo mercado ilegal, parasita do primeiro, que passava a oferecer “mercadorias políticas” aos traficantes de drogas, armas e outras mercadorias ilegais. Nos mercados ilegais que transacionam drogas a varejo nas favelas, essa prática, conhecida como “arrego”, é a garantia de que não haverá invasão nem violência policial na área. (...) A abrangência dessas práticas no Brasil, em vários níveis institucionais, levou-me a desenvolver o conceito de “mercadoria política”, que se propõe a dar conta de uma forma de troca que envolve custos e negociação estratégica (política, mas não necessariamente estatal) e não apenas dimensões econômicas stricto sensu na conformação do valor de troca desse tipo de mercadoria. É uma modalidade de troca que, no caso limite inferior confunde-se

com o clientelismo, nos casos intermediários convêm à oferta de proteção nos mercados ilegais e que, no limite superior, confunde-se com a extorsão (MISSE, 2009, p. 382).

Dezenas de carros e motos ainda circulavam de um lado para o outro pelas ruas revezando os pequenos espaços com os pés dos que por ali estão. Encolho os meus pés entre um carro parado na calçada e uma moto 900 cilindradas que passava. Era Vicente, irmão de Silvano e professor de capoeira no CDH Rosa. O escapamento anunciava sua aproximação com o som estridente. Ele então acena e comenta: “só no *fluxo*, hein, Jana?”.

O nome *fluxo* caracteriza as festas de rua nas noites dos finais de semana da *quebrada*. No dicionário de sinônimos, a palavra *fluxo* é semelhante a abundância, agrupamento, acúmulo. São boas definições para a cena: centenas de pessoas andando e dançando de um extremo a outro da rua tal qual um rio que segue seu curso. As motos e carros também seguem o mesmo movimento, podemos observar o mesmo automóvel muitas vezes em poucas horas. Circular de lá para cá é importante, especialmente aos mais jovens que buscam ser vistos nas *paqueras* e *ostentar* símbolos importantes na constituição de suas sociabilidades. Por isso são tão importantes as motos e os carros que, apesar de irritarem os mais velhos, produzem status, particularmente na constituição de masculinidade.

Os mais velhos quase sempre estão em grupos e cantos específicos na distribuição espacial. Essa distribuição se repete festa após festa. Quem fica na *pracinha*, por exemplo, pouco vai ao *fluxo*, especialmente àqueles espontâneos, organizados pela *molecada*. Nesse dia, estavam todos presentes porque a circunstância era de segurança, provocada pela proteção dos acordos prévios à realização do evento entre *crime* e *polícia*. Assim garantia-se que a violência seria um recurso evitado.

Além disso, quando alguns sujeitos específicos circulam pelo *fluxo* são indicativos de possíveis tensões, conflitos invisíveis àqueles que não conhecem as dinâmicas locais ou um sinal de que a *ordem* será mantida. Naquele dia, muitos dos *grandões* estavam na festa. Horas depois, já são por volta das 3 horas da madrugada, vi de longe Betânia. Cozinheira do núcleo de medidas socioeducativas do bairro, é cearense, tem estatura baixa, cabelos curtos avermelhados, pele branca queimada do sol.

No meio da multidão, não conseguia vê-la com clareza, apenas a sacola pesada do *jumbo* que carregava nos ombros. Era seguida de perto por sua filha que abria caminho entre os que festejavam. Me recordei que no dia seguinte, domingo, muitas *mães* saíam, durante a madrugada, e pegariam os ônibus com destino às filas de visita das penitenciárias no interior

do estado. Betânia encontraria o filho que está prestes a sair em liberdade. Pouco tempo depois, a multidão também começou a se dispersar, tudo acabara bem.

Todavia, as noites não são sempre tranquilas.

### 3.1.4. *Fluxos*

Fevereiro de 2019. Era carnaval. A *bagunça*, como chamavam meus interlocutores, aconteceria dentro da favela. Já estava combinado, faríamos um churrasco com música no Bar do Orelha, esse incrustado entre as casas no centro da favela do Parque São Jorge. O Bar serve porções, lanches, bebidas diversas e é frequentado por famílias com crianças, jovens e os vizinhos mais próximos. É esteticamente diferente dos outros bares do território, possui mesas, atendimento direto na mesa com o cliente, televisão para os jogos de futebol, comidas diversas. É *diferenciado*, como comentam os moradores locais: “aqui não tem confusão, sabe, Jana, todo mundo respeita, é um lugar diferente, não tem ninguém folgado”, comenta Carolina, vizinha do bar. Mensalmente Orelha disponibiliza o espaço do bar para uma roda de samba com músicos da favela. Naquele dia, levaríamos tintas coloridas, serpentinas e *sprays* coloridos para os cabelos das crianças e quem quisesse poderia se fantasiar.

A festa no Bar do Orelha ocorrera com tranquilidade. Já era começo da madrugada quando eu caminhava para casa. Reconheci dois amigos em frente ao Centro Comunitário do bairro que divide o prédio com a Paróquia local. Nos sentamos juntos na calçada para conversar um pouco. Passados alguns minutos, já cansada, digo que vou para casa. O casal desceu a viela e entrou em sua casa, um cômodo metade em alvenaria, metade em madeira localizado na viela em frente ao prédio do Centro Comunitário e da Paróquia.

Eu segui para o outro lado, sentido asfalto. Minha casa estava há pouco mais de 10 minutos dali. Passo pelo *fluxo* já esvaziado que acontecia na rua principal. Era o caminho mais simples a se fazer e também me interessava saber como estava o movimento local. Afinal era carnaval e como de costume trata-se de uma época em que as ruas do país são tomadas por foliões, nativos e estrangeiros, brincando em fantasias, ao longo de quatro dias. São Paulo, em 2020, atraiu 15 milhões de pessoas em suas ruas e movimentou cerca de 3 bilhões de reais, segundo o Observatório do Turismo de São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020). O órgão publicou um levantamento no qual



demonstra que o crescimento econômico do carnaval de rua da cidade de São Paulo foi de 31% em relação ao ano anterior e de quase 400% em relação ao ano de 2018 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020).

Eu mesma havia participado do cortejo de um bloco carnavalesco há poucos dias. O bloco intitulado Periferia LGBT havia desfilado pelo Largo do Arouche no centro da cidade. Me interessava porque era oriundo de periferias da zona leste da cidade e tinha como organizadores jovens que realizam *fluxos* voltados ao público LGBT morador das periferias do extremo leste. A escolha do Arouche como palco de desfile também não é aleatória. Perlongher (1987) descreve o Largo do Arouche como um importante local por onde circulam homens gays e travestis desde os anos 1970.

Me recordo de milhares de pessoas aglomeradas no Arouche. O público era formado majoritariamente por jovens entre 15 e 20 poucos anos. Travestis, gays, lésbicas, sujeitos de todas as cores e sexualidades. Roupas coloridas e peitos nus contrastavam com as roupas pretas e os conjuntos de Hip Hop. No som, o funk invadia as ruas de São Paulo vazias pelo feriado. O bloco tinha autorização para circular. No entanto, essa autorização era controlada e obedecia aos limites impostos pela administração municipal, e, portanto, precisava funcionar dentro das normas estabelecidas. Não à toa, assim que chegou ao seu ponto final, o bloco foi rapidamente disperso pela tropa da Polícia Militar que já estava a sua espera.

Voltando ao Parque São Jorge. Cerca de 5 minutos se passaram desde que parei para observar a movimentação na rua onde comumente acontecem os *fluxos*. Já me preparava para ir para casa, quando uma correria se iniciou. Tudo era muito rápido. Todas aquelas dezenas de pessoas que estavam na rua desciam correndo as vielas gritando “*moiou*, vai, vai, sai daí”. A expressão *moiou* - pronúncia popular para a palavra “molhou” - significa que as coisas deram errado. Em um contexto de *fluxo*, quase sempre significa a chegada da Polícia Militar.

Para me explicar a expressão, uma interlocutora me contou a seguinte história: certa vez, ela andava por essa mesma rua em um dia de *fluxo* e, de repente, todos começaram a correr e ela, que não estava exatamente na festa, e, ao mesmo tempo, não carregava nada ilícito, resolveu que estaria tudo bem permanecer na rua, ou seja, não correr. Nesse dia, ela me confidencia que levou uma *pancada* com o cassetete policial e aprendeu que “se alguém gritar *moiou*, pode estar até falando da chuva – e ela ri – mas eu vou sair correndo direto pra casa”. Essa história passou por minha cabeça no instante em que ouvi os gritos de que havia *moiado*. Em segundos, eu corri como todos os outros.

Corri até a viela mais próxima. Uma confusão se iniciou na viela, pessoas se

empurravam e se encaravam. Eu tentava passar pela multidão para chegar ao portão da casa de meus conhecidos. Não conhecia nenhuma das pessoas com quem me espremia no beco estreito, o sentimento generalizado era de adrenalina e apreensão. Uma garota me viu tentando passar e chamou “*ei, quem é você? Tá indo onde?*”. Respondo que era amiga de Júnior e Carol, os amigos com os quais conversara há pouco e que moravam naquela viela. Nessa hora é preciso que se confie em quem está do seu lado, por isso a garota, que não me conhecia, me questionara. O momento era delicado e não correr riscos era importante. Recentemente, um baile funk em Paraisópolis, zona sul de São Paulo, acabou com 11 mortos após repressão violenta da Polícia Militar.

Após dizer os nomes de Júnior e Carol, consegui passar. Escutava as sirenes e o barulho dos cassetetes batendo no asfalto e nas paredes de cimento, uma voz grave dizia “*acabou, acabou, todo mundo para casa*”. Gritei os nomes de Júnior e Carol, que prontamente abriram a porta. Me escondi em sua casa. Um pequeno cômodo de 2 por 2 metros com cama, armário, fogão e geladeira onde acompanhamos pelo televisor as imagens do centro de São Paulo repleto de foliões brincando o carnaval<sup>37</sup>.

### Governando as mortes

Como demonstram os excertos, os “regimes normativos” (Feltran, 2012) estão preocupados com o ordenamento das condutas e dos cursos de ação tomados pelos sujeitos em seu cotidiano. As gramáticas de gênero, raça, classe, crime, geração, trabalho e suas respectivas categorias marcadoras da diferença balizam suas concepções de ordem e justiça. Ao longo das narrativas, também observamos como os regimes normativos dizem não só sobre como se deve viver, mas governam sobre como, quem e quando se deve morrer. Governar sobre a vida e sobre a morte está na base daquilo que, na literatura internacional, é discutido como ‘expressões de soberania’ (STEPPUTAT, 2014). O conceito guarda similaridades com a ideia de ‘regimes normativos’ (FELTRAN, 2012),

Soberania é aqui vista como um efeito de reivindicações performadas de soberania, daquilo que podemos chamar de práticas soberanas, como ações judiciais, punição

---

<sup>37</sup> A gestão desses territórios e populações é, portanto, diferencial. Motta (2017) e Hirata (2018) apontam como essa gestão dos pobres feita pelo dispositivo estatal é sempre um duplo entre repressão e cuidado, no caso dos programas sociais para juventude estudados por Motta, por exemplo; e um duplo entre formalização e violência, no caso do processo de formalização dos perueiros estudados por Hirata.

de infratores, assassinato de traidores, limpeza social, exclusão do acesso à terra, água, ou outro recurso essencial de subsistência, para mencionar apenas alguns. (...) A mudança da compreensão de uma soberania de jure para uma de fato implica abandonar a soberania como base ontológica do poder e ordem (nacional e internacional), em favor de uma visão da soberania como “uma tentativa e sempre emergente forma de autoridade, fundamentada na violência” (apud Hansen&Stepputat, 2006, p. 297). (...) A noção de soberania descrita é sempre relacional, incompleta, e parcial e que nós entendemos as paisagens políticas como moldadas por múltiplas reivindicações sobrepostas e mutáveis de soberania. Com o objetivo de focalizar nossa análise dessas paisagens através de uma soberania de fato no plural, sugiro que nós olhemos para “formações de soberania, da qual o sistema internacional de Estados, conforme a norma, seria um tipo ideal extremo (STEPPUTAT, 2016, p. 130-131; tradução própria).

Stepputat (2014) argumenta que a morte de uma pessoa representa uma ocasião importante para a performance da soberania, não apenas do Estado, mas também de outros ordenamentos, como os regimes normativos que reconstruímos aqui. O autor toma aquilo que Lomnitz (2005) ensina: “a morte está relacionada com assuntos profundos sobre poder” (STEPPUTAT, 2014, p. 5). A noção de soberania é, portanto, compreendida como um efeito de práticas que são fundamentalmente relacionadas com o corpo e com assuntos de vida e de morte (DAS&POOLE, 2004; STEPPUTAT, 2016). Não se trata de uma soberania vinculada ao poder estatal, mas sim de práticas de atores distintos que clamam para si a legitimidade a respeito dos ordenamentos de seus territórios e os corpos que os compõem. Por isso, não se trata de uma única Soberania, mas sim de “formações de soberania” (STEPPUTAT&HANSEN, 2009; STEPPUTAT, 2016).

A soberania de um corpo, portanto, está diretamente relacionada com sua condição de humanidade, ou seja, com noções a respeito da alteridade (da constituição do Nós e do Outro). A fala de Rose, moradora do Conjunto Habitacional Avião, nos ajuda a compreender a gestão dessas mortes em São Paulo.

Toda viela aqui já morreu alguém. Antigamente você saia assim de casa e podia ter corpo na viela, e tinha. As pessoas que vieram morar pra cá saíram de outros lugares. Aí ficava uma guerra, começou tudo com um cara aqui que matou o primo do outro de lá e esse foi o começo da guerra. Daí pra frente toda hora morria um. Agora o que mudou? Mudou o jeito de matar. Agora não se mata mais entre nós, agora são eles que vêm aqui e matam. Aqui já foi muito pior, muito violento mesmo. Aqui tem muito também caso de violência doméstica. Ainda tem bastante violência, mas já foi muito pior, já foi um pouco melhor do que tá hoje também, agora parece que tá piorando de novo (Rose, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Feltran (2012) argumenta que essa gestão do homicídio, desde os anos 1990, é feita por ao menos dois regimes de políticas de segurança e justicamento: as políticas criminais e as políticas estatais.

Numa primeira leitura, centrada na alteridade entre os grupos sociais que legitimam um ou outro ordenamento, a tensão que marca essas interações indica a magnitude da fratura social recente: trata-se efetivamente da produção de ontologias sociais e políticas em disputa, cada qual crendo que seu sistema político-jurídico, conjunto de normas e valores cados possuem autonomia e totalidade frente ao que identificam como inimigo. Analiticamente, entretanto, trata-se aqui, justamente, de reforçar as relações intrínsecas entre esses regimes pretensamente autônomos. Num segundo plano de interpretação, além do mais, observa-se que deste conflito entre políticas do crime e políticas estatais produz-se uma espécie de “terceirização” da segurança pública, na qual o governo segue sendo o ator central da tomada de decisões e o crime aquele que ordena territórios e grupos específicos nas periferias da cidade. Se a morte de “bandidos” em “acertos de contas” não importava ao governo, já que eles estão para além das fronteiras da humanidade construídas em seu regime (ARENDR, 1989), as “taxas de homicídio” elevadas importavam para sua inserção social. Se o crime as pode reduzir, sem que isso implique mudança política substantiva, tanto melhor. (...) Em segundo lugar, e paradoxalmente, seria preciso notar que esses regimes de políticas coexistem no tempo e no espaço, e que os choques entre eles são por vezes muito funcionais para ambos, compondo em determinados períodos um único dispositivo de gestão da violência letal em São Paulo, híbrido entre políticas estatais e criminais. Quando esse dispositivo funciona como uma fonte unitária da administração da violência (conservando, em linguagem foucaultiana, a gestão biopolítica das populações nas mãos do governo e, inscrita nela, a gestão disciplinar dos corpos de “criminosos” sob responsabilidade do crime), as taxas de homicídio caem. Foi assim entre 2001 e 2006, mas sobretudo entre 2006 e 2011. Quando a tensão interna ao dispositivo se intensifica e passa-se ao registro da guerra entre governo e crime como matriz de práticas de segurança, os registros da violência letal insistem em subir. Assim foi de 1992 até 2001; assim nos eventos de maio de 2006. Assim também parece se configurar o cenário em 2012 (FELTRAN, 2012, p. 248-249).

### **3.2. Acumulação social da diferença**

Junho de 2019. Voltamos à favela do São Jorge. Era uma sexta-feira, por volta das 18 horas quando eu e Clementina decidimos encontrar Joana no Parque São Jorge para visitar Jovelina. Há alguns dias, eu e Joana tentávamos articular o encontro entre as duas, Clementina e Jovelina, que apesar de já se conhecerem, não se viam há tempos. Com a piora da saúde emocional de Jovelina, que vivia um momento de forte depressão, apressamos as coisas para que o encontro pudesse acontecer. Acreditávamos que esse encontro poderia proporcionar algum conforto. As duas, Clementina e Jovelina, tinham, em suas trajetórias, muito em

comum.

\*\*\*

Contarei de maneira muito simplificada a trajetória de Jovelina para a composição dos elementos a se investigar. Jovelina muda-se para São Paulo em 1987. Vinda de Salvador (Bahia), fugiu do marido que a espancava e da fome. Sozinha, deixou os 7 filhos em Salvador, para reconstruir sua vida em São Paulo e depois buscá-los. Em 1992, ela casa-se novamente e consegue uma casa na favela do São Jorge. Com o novo marido, tem um filho, o caçula Alexandre. Jovelina conta que, quando chegou no bairro, não havia estrutura urbana alguma. Aos poucos, conseguiu alguns *bicos* de diarista e um emprego estável em uma linha de montagem em uma fábrica na região. Em 1994, ela consegue ir a Salvador buscar os filhos, a situação em que viviam era muito pior do que quando ela saíra, sofriam com a fome, o abuso sexual e a violência física.

Jovelina consegue então trazê-los: Valéria com 18 anos, Paula com 16, os gêmeos Douglas e Silvano com 10 anos, Vicente, João e Bruno. Para buscá-los, no entanto, precisou deixar o emprego, para com o dinheiro da rescisão pagar as passagens de toda a família. Com a chegada em São Paulo e a ampliação da família, o novo casamento acaba. Jovelina, agora desempregada e com 8 crianças, me conta que a época foi de muita dificuldade. Narra que os filhos e ela alimentavam-se daquilo que era descartado nas feiras do bairro, frutas podres, cabeças de peixe, pés e carcaças de frango. Joana também me contara que, nesse mesmo período, também utilizava os restos de alimento descartados nas feiras como fonte de alimentação, assim como Dona Mocinha.

Os filhos de Jovelina trabalhavam vigiando carros estacionados em troca de algumas moedas para completar a alimentação da família. Valéria fazia alguns *bicos* de faxineira. Eram a única família negra da rua, lembra Jovelina. Ela passava todo o dia trabalhando e, enquanto isso, algumas outras crianças do bairro maltratavam seus filhos. A contenda fez com que Jovelina recorresse à polícia. O episódio provocou a visita do *crime* local a sua casa, clamando a legitimidade para resolver a questão. Ela então compreendeu que, para aquele tipo de situação, outro dispositivo normativo deveria ser acionado. Essa relação inicial com o

mundo do crime rendeu proteção e respeito à família de Jovelina.

O cessar da violência imediata sofrida por seus filhos proporcionou que Jovelina pudesse buscar com tranquilidade novos modos de “sobreviver à adversidade” (HIRATA, 2018). Ela então consegue um emprego como agente comunitária de saúde vinculada à Unidade Básica de Saúde do bairro. É nos anos 1990, no entanto, que a família de Jovelina começa a se transformar. Os filhos aos poucos largam a escola, é preciso trabalhar para gerar alguma renda para a manutenção do núcleo familiar.

Os empregos conseguidos são os mesmos dos filhos de Clementina, descarregar cargas de caminhões em longas jornadas de trabalho precarizado. Com o passar do tempo, cinco dos filhos de Jovelina passam progressivamente a se envolver com o mundo do crime. A família então passa a conviver em seu interior com a coexistência de “trabalhadores” e “bandidos”. Vicente começa a trabalhar no CDH Rosa como professor de capoeira, Silvano mantém pequenos negócios até abrir seu próprio bar e Valéria trabalha como diarista e posteriormente como cabeleireira, abrindo seu próprio salão de beleza.

Paula começa a usar *crack* e passa a fazer pequenos negócios para o tráfico local. Bruno e Douglas começam a fazer furtos a residências, roubos de carro e assaltos na saída de caixas eletrônicos. João e Alexandre passam a trabalhar no tráfico de drogas. Valéria, Vicente e Silvano continuavam “trabalhadores” e sustentavam simbolicamente a estrutura familiar. Eram os filhos que estavam no crime, no entanto, que conseguiam suprir financeiramente a casa. Isso causava muito sofrimento para Jovelina. Sofrimento que se agrava ao longo dos anos.

Na primeira década dos anos 2000, a família vive inflexões importantes. Douglas é preso com 15 anos, em uma unidade da FEBEM. Por volta de 2003, os outros meninos começam a ser presos e a dependência química de Paula se agrava. Após Douglas, Bruno é preso. Depois Paula seguida de João e, por último, Alexandre. A casa de Jovelina passa a ser alvo de intervenções policiais, assim como fora a casa de Clementina. Jovelina narra o sofrimento emocional que vivia na época. A prisão dos filhos, a violência e a prisão de Paula a *derrubaram*, ela então passara a viver com um quadro de sofrimento psíquico muito intenso. Por algum tempo, os filhos oscilam entre cadeia e favela. A família, com a previsibilidade da nova rotina, consegue se estabilizar. Os filhos “trabalhadores” melhoravam de renda e Jovelina começava a reagir ao sofrimento emocional causado pela mudança substancial de sua

estrutura familiar.

Em 2009, no entanto, tudo muda novamente. Douglas é expulso da favela, como *cagueta*, por trabalhar duplamente para a polícia e o crime. No debate que decidiria sua punição, sua vida foi poupada e ele espancado e expulso. Nunca mais poderia voltar à favela do São Jorge. Dias depois, Bruno é assassinado em uma ação criminal. No ano seguinte, Alexandre é encontrado morto na favela, vítima de uma overdose de lança-perfume.

A história de Jovelina é muito mais complexa do que apenas as passagens descritas aqui. Estive com ela muitas vezes em campo e construímos muito afeto entre nós. Acompanhei-a em consultas médicas, cuidei de seu neto, Gabriel, para que pudesse fazer suas atividades, fizemos refeições juntas. Comemoramos seu aniversário e, longe de minha mãe, passei com ela o dia das mães. Hoje, 2020, Jovelina vive em sua casa que fora reformada com o trabalho dos filhos. Divide a casa com Douglas e Paula recém-saídos do cárcere.

Além disso, dois filhos de Paula vivem com Jovelina e foram por ela criados, Gabriel com 8 anos e Marcelo com 18 anos. Vicente e Silvano moram no mesmo terreno. Vicente segue trabalhando no CDH Rosa e como motorista de aplicativo para celular. Silvano segue com o bar. Valéria mora em outra casa e continua com seu salão de cabeleireira. Jovelina, em um de nossos encontros, me mostrou orgulhosa a festa de aniversário de Gabriel, com cama elástica, doces e salgados. O menino tem boas notas na escola. A privação financeira já é um pouco menor e a família vive com certa estabilidade. Marcelo comemorava no ano passado o bom desempenho na prova do ENEM e aguardava na lista de espera de uma universidade pública do país. Ao longo dos anos e das experiências de violência e sofrimento vivenciadas, Jovelina alterna momentos de estabilidade emocional com processos intensos de doenças psíquicas e físicas.

\*\*\*

Voltando ao encontro entre Clementina e Jovelina. Passamos cerca de uma hora na casa de Jovelina. Entre muitas lágrimas, pude observar o compartilhamento de algumas palavras, mas principalmente do silêncio entre as duas, ancorado no abraço e no olhar de reconhecimento de um corpo no outro, no compartilhamento de uma vida em comum e uma experiência de sofrimento que é, no limite, coletiva (KLEIMMAN&LOCK&DAS, 1997).

Entrar em contato com histórias como as de Jovelina e Clementina me fez questionar a maneira pela qual a relação entre o conflito urbano e a diferença poderia ser tematizada.

Tratar da existência de diferentes gramáticas no mundo urbano, da disputa cotidiana pelo sentido das categorias que marcam a diferença e dos regimes normativos que tentam ordenar esses conflitos, me mostrou, por um lado, que a diferença precisa ser compreendida como situacional e contingente, ou seja, seus sentidos não são um a priori das relações sociais. Ao contrário, são disputados e atualizados pelos sujeitos a cada situação. As histórias também nos mostram como a diferença, no entanto, se corporifica, assumindo, em muitas situações, o caráter de essência. Ademais as histórias de Clementina e de Jovelina nos mostram como o conflito urbano que atravessa suas vidas está repleto de similaridades.

Esse sofrimento, descrito e vivido por elas, está relacionado a importantes categorias que nos ajudam a compreender a história de pelo menos 30 anos das periferias de São Paulo. Gramáticas que se chocam no espaço urbano, tais quais raça, gênero, migração, crime, violência, estado e religião atravessam suas trajetórias. Se as categorias que compõem essas gramáticas podem ser disputadas, isso não significa que seus sentidos normativos não se façam muito presentes na vida dos sujeitos. As representações hegemônicas a respeito de crime, favela, negritude ou a respeito do nordeste do país, das mães de presos, entre outras, atuam significativamente na constituição desses sujeitos, por essas categorias territorializadas (PERLONGHER, 1987). Atuam também constituindo plausibilidade para seus cursos de ação.

O diagrama das famílias de Clementina e Jovelina é muito parecido. As histórias começam com a experiência da migração seguida da necessidade precoce de acesso ao mundo do trabalho, por parte dos filhos, para complemento da renda familiar. A falta de oportunidades de trabalho e a baixa escolaridade dos adolescentes convive com um mercado muito rentável e em expansão nas periferias de São Paulo, nos anos 1990: o mercado de drogas ilícitas. A entrada dos filhos no mundo do crime desestabiliza a rotina familiar seguida de perto pela violência policial. As prisões dos filhos são seguidas das tragédias de suas mortes violentas. O marcador da racialização de uma estética que articula signos da negritude, da pobreza e da favela é seguida pelo endurecimento das políticas de encarceramento e do homicídio cometido por forças policiais que tem como alvo prioritário esse mesmo perfil (SINHORETTO& SILVESTRE&SCHILITTLER, 2014; SINHORETTO&MORAIS, 2018).



Algumas diferenças também marcam suas trajetórias. A família de Clementina migra muito mais cedo para São Paulo (década de 1960) e tinha o signo do trabalho operário, herança da geração de seus pais, balizando a estrutura familiar. Uma vida mais ou menos estável no mundo do trabalho formalizado que então se desestabiliza a partir dos anos 1990 com as prisões e mortes dos filhos. A família de Jovelina migra mais tarde, numa década de 1990 já marcada pela violência e pela fome, estabiliza-se por um tempo com o rendimento dos filhos no trabalho informal e daqueles que estavam nos mercados ilegais. E se desestabiliza também com suas prisões e mortes. Hoje, anos depois das mortes, ambas encontram-se constantemente desafiadas a elaborar o sofrimento testemunhado (DAS, 2011).

Das (2007) mostra como as mulheres parecem se valer de um tipo específico de compreensão: o tempo também possui agência e trabalha. Saber lidar com o tempo significa atuar diretamente na reconstrução das relações e permite reabitar o mundo. O trabalho do tempo possibilita colocar essas mulheres na condição de sujeitos, no processo de reconstrução de suas relações familiares.

Dito isso, a pergunta que me orientava a pensar suas trajetórias é: como explicar uma série de recorrências e regularidades nas trajetórias dessas mulheres e de outros tantos interlocutores sem reificá-las? Sem assumir ideologicamente uma ou outra categoria como explicativa de seus cursos de vida?

Duas discussões me inspiraram a pensar sobre essas questões:

i) A primeira delas é aquilo que Misse (2009) propõe como a existência de um processo de “acumulação social da violência” que ocorreria desde a década de 1950 em cidades como o Rio de Janeiro (capital) se expandindo para outras cidades do país.

Tenho procurado entender esse complexo processo social, que teve no Rio de Janeiro o seu primeiro e mais conhecido desdobramento no Brasil, como o de uma “acumulação social da violência” (Misse, 1999; 2006; 2008a). É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente. Além da associação entre acumulação de desvantagens e incriminação preventiva de certos “tipos sociais”, desenvolveu-se um persistente processo de “sujeição criminal” de uma parcela de agentes de práticas criminais. Tal dinâmica

terminou por constituir algo como uma “cultura” associada a esses sujeitos. Para sublinhar uma importante dimensão do que estou chamando de sujeição criminal é preciso compreender que, no Brasil, pelo menos a partir de meados dos anos 1950, sempre houve certa justificação, eu não diria consensual, mas habitual, para a eliminação física de criminosos comuns, mesmo quando sua “periculosidade” não poderia servir para justificá-la (MISSE, 2010, p. 18).

Para o autor, a sujeição criminal e a acumulação social da violência estão imbricadas a como se produz criminalização no Brasil,

Propus que se distinguísse o processo de criminalização em quatro momentos: a “criminalização” propriamente dita, através da qual um determinado curso de ação passa a ser considerado crime, após uma campanha pública vitoriosa ou como resultado da tradição. Trata-se aqui de sua definição legal, típico-ideal, existente apenas na referência codificada e nas classificações da representação social. Mas, coerente ou não com a “criminalização” e seus procedimentos legais, temos os processos efetivos através dos quais eventos são interpretados como “crimes”, isto é, encaixados na classificação legal. Para diferenciar dos primeiros, chamo-os de “processos de criminalização” e eles podem ser interpretados como legais ou extra-legais e devem ser sempre interpretados contextualmente. Uma vez que haja “criminalização” de um evento, isto é, que este evento seja interpretado como “crime”, então se passa – sem intervalo que não seja analítico – para a “incriminação”, isto é, para a nomeação de sua autoria, para a busca e punição de seu sujeito causal (MISSE, 2009, p. 380).

O autor prossegue:

Não se trata apenas de uma cronologia legal, que leva da criminalização à criminalização e à incriminação – essa é uma direção racional-legal. Como se sabe, nas práticas sociais a incriminação pode se antecipar preventivamente à criminalização: antes que haja crime, há um criminoso potencial desse crime a ser incriminado. Quando a incriminação se antecipa à criminalização (e mesmo à criminalização) de forma regular e extra-legal, isto é, quando se passa diretamente da acusação à incriminação, mesmo sem que qualquer evento tenha sido “criminoso”, isto é, interpretado como crime, temos então que o foco se desloca do evento para o sujeito e do crime para o virtual criminoso. Essa passagem, que Foucault interpretou como derivada da passagem da lei para a norma (Foucault, 1977), cria a possibilidade de que um sujeito torne-se identificado com o “crime em geral”, e que ele (e suas extensões como tipo social) torne-se assujeitado ao “crime” que ainda não ocorreu. As chamadas “leis de contravenção penal” são exemplos de incriminações antecipatórias de condutas que, supostamente, podem levar ao crime. No Brasil, a prevalência extra-legal desse processo é generalizada. Não se trata de uma exceção, mas de uma regra (MISSE, 2009, p. 381).

A noção de “acumulação social da violência” de Misse (2009; 2010) trata, portanto, de uma acumulação histórica de vantagens e desvantagens para segmentos diferentes da

população. As desvantagens, segundo o autor, acumulam-se, quase sempre, para os mais pobres e moradores de favela. O autor argumenta que desde a década de 1950, com os “Esquadrões da Morte” no Rio de Janeiro, esse processo de acumulação está em curso. Os “Esquadrões” eram responsáveis pelo homicídio de sujeitos considerados “perigosos” e pequenos *bandidos* locais. Com o passar do tempo, são produzidos uma série de dispositivos extra-legais, como esses Esquadrões, para ordenar o espaço urbano. Esses dispositivos vinculam-se a uma representação que torna sujeito e ação criminal uma coisa só.

Isso é o que Misse (2010) chama de ‘sujeição criminal’. No Brasil, isso daria origem à categoria “bandido”, que trata dos sujeitos interpelados pela polícia, pela moralidade pública e pelas leis penais. “Aquele cuja morte e desaparecimento podem ser amplamente desejados” (MISSE, 2010, p.17). A questão para o autor é a constatação de uma afinidade entre certas práticas criminais e certos tipos sociais marcados pela pobreza, cor da pele e estilo de vida. Essa afinidade própria da representação hegemônica diferencia os crimes cometidos por esses sujeitos dos de outros criminosos, os classificando como “bandidos”, “marginais”, categorias que, para Misse (2010), tornam-se quase um a priori. A noção de “acumulação social da violência”, portanto, está vinculada a expansão da gramática da violência como explicativa do conflito urbano brasileiro. E o conceito tem a ver particularmente com o uso da violência (entendida como ameaça ou uso da força física) na resolução dos conflitos nas cidades brasileiras e nas práticas criminais.

ii) A segunda é a discussão proposta por Brah (2006) a respeito da diferença enquanto relação social.

O conceito de “diferença como relação social” se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. Isso quer dizer que destaca a sistematicidade através das contingências. Um grupo geralmente mobiliza o conceito de diferença neste sentido quando trata das genealogias históricas de sua experiência coletiva. De fato, diferença e comunalidade são signos relacionais, entretecendo narrativas de diferença com aquelas de um passado e destinos coletivos compartilhados. Em outras palavras, o conceito de “diferença como relação social” sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas (BRAH, 2006, p.362-363).

Para a autora, o poder é sempre construído performativamente nas e através das

práticas econômicas, sociais, culturais e políticas. Ela prossegue:

A diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo. O conceito se refere ao entretido de narrativas coletivas compartilhadas dentro de sentimentos de comunidade, seja ou não essa “comunidade” constituída em encontros face a face ou imaginada, no sentido sugerido por Benedict Anderson. É o eco da “diferença como relação social” que reverbera quando legados da escravidão, do colonialismo ou do imperialismo são invocados; ou quando a atenção se volta para a “nova” divisão internacional do trabalho e o posicionamento diferencial de diferentes grupos dentro de seus sistemas de produção, troca e consumo, em contínua evolução, que resultam em desigualdades massivas dentro e entre várias partes do globo. Mas isso não significa que o conceito de relação social opera em algum “nível mais alto de abstração” quando referencia o contexto “macro” por oposição ao “micro”. Os efeitos das relações sociais não estão confinados às operações aparentemente distantes das economias, da política ou das instituições culturais nacionais ou globais, mas também estão presentes nas arenas altamente localizadas (BRAH, 2006, p. 362-363).

Dito isso, acredito que esses conceitos nos ajudam a compreender as trajetórias dos filhos de Jovelina e Clementina. Por isso, tomo a contribuição dos/as autoras para sugerir uma aproximação entre esses dois campos de estudo, quais sejam: os estudos Urbanos e os estudos da Diferença. Ao longo deste texto, busquei aproximar as leituras construídas por esses campos, respeitando os limites epistemológicos de suas propostas. Compreendo que esses diferentes campos trabalham a partir de epistemologias diferentes, muitas vezes opostas. No entanto, acredito que a construção de um diálogo entre os modelos analíticos propostos por ambas as áreas pode ser um caminho muito profícuo para pensar o conflito urbano contemporâneo.

Nesse sentido, é que tomo a ideia de uma acumulação social, proposta por Misse (2009), para pensar esses processos históricos que geram ora desvantagens, ora vantagens para estratos diferenciados das populações urbanas. Essas vantagens e desvantagens podem ser negociadas nas situações cotidianas, mas acumulam-se ao longo do tempo. De Brah (2006), tomo a noção de diferença como uma articulação historicamente mutável de micro e macro regimes de poder nos quais processos de diferenciação produzem gramáticas de gênero, classe, raça, crime, geração, migração como formações estruturadas.

A partir disso, sugiro pensarmos em uma “acumulação social da diferença” que atravessaria o conflito urbano brasileiro, produzindo ou não relações marcadas pela violência. Essa acumulação não começaria há 50 anos como propõe Misse (2006), mas seria forjada em

processos históricos mais antigos, como a própria colonização. Como propõem os estudos de Brah (2006), McKlintock (2010), Fanon (1983), Hall (2009) o modelo colonial, produz uma fissura que tem efeitos históricos no presente dos países pós-coloniais.

Em seu lado mais perverso, essa acumulação produziria vantagens e desvantagens cumulativas, de maneira diferencial, para segmentos específicos da população, como as mortes que atravessam as vidas de Clementina e Jovelina e de outros personagens descritos neste trabalho. A diferença, nesses casos, toma forma de uma alteridade radical, nos termos daquilo que Fanon (1983) chama de uma “racialização”, ou seja, um outro desumanizado em sua experiência e, portanto, passível de morte.

Seriam os processos de generificação, sua racialização, o território ou o mundo do crime que produziram cursos de vida como os de Clementina e Jovelina? Se não é possível elencar uma única categoria para explicar suas trajetórias me parece ser justamente porque essas categorias guardam reciprocidades constitutivas (EFREM FILHO, 2017a). Talvez pudéssemos pensar não apenas em uma sujeição criminal (MISSE, 2009), mas em uma racialização (FANON, 1983) criminal que se funda no modelo colonial e se atualiza no conflito urbano contemporâneo através da distinção entre trabalhadores e bandidos, que refunda e intersecciona noções de raça, gênero, família, nação, território, crime. Essa criação do outro não humano parece balizar as ‘fronteiras do direito’ (FELTRAN, 2010) entre aqueles que cabem ou não dentro dos processos políticos.

No entanto, a diferença, como apontam Brah (2006) e Tilly (1999), não deve ser confundida com desigualdade. É preciso investigar as situações cotidianas e suas experiências para então compreender se os processos de diferenciação estão produzindo desigualdade, hierarquia, igualdade ou opressão. Nesse sentido, proponho que o que se acumula ao longo do tempo não é apenas a violência, mas sim a diferença, que intensifica o conflito urbano e por vezes, pode gerar saídas violentas.

Sendo a diferença acumulada, e essa diferença exposta a diferentes regimes de expectativas frente à ação cotidiana, notamos neste trabalho que, além de saídas como o crime ou a violência, também emergem desse processo de acumulação movimentos sociais como as Associações de Mães, emergem as políticas de Ação Afirmativa, a ideia de uma estética negra, de um retorno essencial às “origens africanas”, entre outras saídas de um mesmo conflito fundamental. Emergem também o *rap*, o *funk*, assim como, as políticas criminais de

redução de homicídio e, em reação a elas, o fortalecimento das polícias. Ou seja, se a diferença se acumula e produz desumanização e alteridade radical, ela também se acumula e produz novas concepções e formas de humanidade, das mais às menos virtuosas do ponto de vista da política.

## Considerações Finais

Maio de 2019. O Fórum Criminal da Barra Funda estava lotado. Na ocasião, foi julgado o Policial Militar Xavier dos Santos, acusado do homicídio de Silas, morador de uma favela na Zona Norte de São Paulo. Silas voltava para casa após jornada de trabalho em uma casa noturna em bairro nobre da cidade. Próximo a sua casa foi atingido por um tiro de arma de fogo na nuca. Na época, na noite do ocorrido, Xavier e seu parceiro, o Policial Militar Ademar Garcia, conduziam uma viatura da Polícia Militar de São Paulo e registraram, em um dos Distritos Policiais do município, terem encontrado o corpo de Silas caído no asfalto, em uma favela da cidade. Os dois policiais registraram a ocorrência como um atropelamento de autoria desconhecida.

Foi no Instituto Médico Legal que se constatou que Silas possuía um ferimento de arma de fogo, proveniente de uma pistola calibre .380. O calibre era diferente da arma oficial utilizada por policiais, uma pistola .40. A Corregedoria Geral da Polícia Militar abriu um inquérito para investigar o caso. Os dois policiais foram denunciados pelo Ministério Público e presos, preventivamente, em 2015. Quinze dias após as prisões, Xavier assumiu a autoria do disparo que acertou e matou Silas. O inquérito realizado pela Corregedoria concluiu que Xavier era mesmo o autor dos disparos, que havia utilizado uma arma *fria* (arma sem numeração e registro), e que os dois policiais haviam tentado fraudar o processo de investigação. A época, a Corregedoria propôs a demissão dos dois soldados. O Comando da Polícia Militar de São Paulo acatou a decisão e os expulsou. A Polícia Civil também conduziu investigação chegando aos mesmos resultados.

Dois anos e meio depois das prisões, o ex-policial militar Ademar, perante a confissão de Xavier, foi absolvido da acusação de homicídio e condenado apenas por fraude processual (pela tentativa de enquadrar o caso como um atropelamento). Passados quase 4 anos do ocorrido, era a vez do julgamento de Xavier. Eu acompanhava o caso como parte de meu trabalho de campo, em companhia de integrantes da Associação de Familiares de Presos (AFP). Xavier havia mudado sua versão da história pela terceira vez. Agora, acusava seu primeiro advogado (demitido por ele) de tê-lo convencido a confessar um crime que não havia cometido.

O Ministério Público de SP sustentava que o policial em julgamento havia disparado um único tiro de arma de fogo com arma *fria*, com a viatura em alta velocidade, sem condição de mira e com a intenção de matar os ocupantes de uma moto, a qual eles perseguiam naquela noite. Porém acertaram Silas, omitiram o fato e apresentaram seu corpo como vítima de um atropelamento. Além disso, a perseguição (que supostamente justificaria o tiro, segundo a defesa) relatada pelos policiais não foi registrada oficialmente por eles, demonstrando o que os promotores definiam como uma série de falhas procedimentais.

Durante o julgamento, os promotores exibiram repetidas vezes o vídeo registrado por uma câmera de segurança, pertencente a uma Igreja Evangélica, na noite do homicídio. Os 7 jurados assistiam atentos às imagens. Imagine esta cena: um homem, aqui chamado de Silas, 39 anos, volta para sua casa após a noite de trabalho como vigilante de uma casa noturna localizada em bairro nobre da cidade de São Paulo. Atravessa toda a cidade para chegar em sua casa, quando desce do ônibus, em uma periferia no outro extremo do município, por volta das 3 horas da manhã. Ele então caminha mais alguns minutos para sua casa na favela.

Suas roupas são pretas, a mochila também é preta, assim como sua pele. Enquanto caminha para sua casa, é atingido por um tiro na cabeça, o ferimento é letal. Do outro lado da cena estão dois policiais militares do batalhão de São Paulo, também há horas em intensa jornada de trabalho, em uma viatura descendo em velocidade a mesma rua. Os policiais perseguem uma moto com dois homens sem capacete e, aparentemente, desarmados. O vídeo mostra Silas caminhando e, em seguida, seu corpo caindo. A moto passa ao lado de seu corpo. Segundos depois, a viatura policial se aproxima já em baixa velocidade. Um dos policiais desce com a arma em punho e caminha até o corpo de Silas, o outro desce do carro e olha para o para-choque estragado da viatura. Cerca de 2 minutos de imagem e o vídeo se encerra.

Durante o julgamento, uma testemunha de acusação afirmou ter ouvido o barulho do tiro que atingiu Silas. Outra testemunha, a única testemunha ocular dos fatos, confirmava a versão de que Xavier havia disparado contra Silas e que ouviu os policiais dizerem “fizemos besteira, matamos”. E que os dois policiais desceram da viatura e orientaram para que ele, a testemunha, dissesse que os ocupantes da moto é que haviam atirado. Testemunhas também afirmavam que os mesmos policiais voltaram ao local da morte no dia seguinte, pedindo para que as imagens da câmera de segurança fossem apagadas. Outra testemunha, o motorista da



ambulância que transportou o corpo de Silas para atendimento médico, afirmou ter visto uma viatura com para choque quebrado no estacionamento do hospital.

No prédio do tribunal, cerca de 20 estudantes de direito de uma renomada universidade privada acompanhavam o júri com sua professora. Os jovens, quase todos brancos, eram em sua maioria mulheres, com calças sociais e ternos de cores escuras e sapatos de salto alto; um rapaz negro com roupa social, uma camisa, sapato fino e calça cáqui também era estudante e acompanhava o júri. Sentavam todos juntos em um dos lados do tribunal, pareciam ansiosos para acompanhar o desfecho do caso.

Do outro lado, cerca de 15 pessoas acompanhavam a acusação. Eram amigos de Silas, trabalhadores de organizações de direitos humanos e membros da Associação de Familiares de Presos (AFP). No fundo do salão, alguns Policiais Militares, fardados, de braços cruzados, permaneciam em pé observando o júri. Minutos antes do início da sessão, no corredor do tribunal, uma confusão envolveu policiais militares e amigos de Silas. Os policiais que faziam a segurança do prédio repreendiam membros da AFP por, supostamente, estarem conversando no corredor que estava repleto de estudantes de direito, advogados e testemunhas de diferentes sessões de júri que ocorriam naquela tarde.

O barulho, portanto, não poderia ser distinguido. Apesar disso, apenas aqueles que acompanhavam o julgamento pela acusação foram repreendidos. Seriam todos *favelados* que estariam ali defendendo mais um *bandido*. Ademais, seriam todos contrários a Polícia Militar (PM). Um soldado da PM fardado pedia agressivamente para que um rapaz, de pele retinta, magro, alto, de roupa social, se calasse e repetia “você é *retardado mental*? Não consegue entender?”. O clima era de tensão. A disputa do júri se estendia para os corredores do Tribunal e se corporificava nos policiais militares amigos e companheiros de Xavier e nos *favelados* amigos e companheiros de Silas. Ambos ocupavam, naquele momento, polos opostos do conflito urbano.

Muito embora muitos daqueles policiais também fossem *racializados* como negros e *favelados*, não eram, naquele momento, reificados nos polos negativos dessas representações. O conflito urbano, ao longo deste texto, foi trabalhado, como o choque entre diferentes matrizes de interpretação do mundo urbano que se manifestam como diferença. No primeiro capítulo, chamei essas matrizes de gramáticas. São essas gramáticas que permitem que o conflito nos corredores do Fórum Criminal diferencie aqueles que *lutariam para manter a*

*ordem pública*, os policiais, daqueles *que a bagunçariam*, os *favelados*. As gramáticas não são, portanto, as categorias em si – favelados, policiais, ordem ou bagunça – mas os sentidos de mundo que as acompanham.

Começado o júri, a estratégia da acusação era a de diferenciar a atuação da Polícia Militar em distintos bairros da cidade. O promotor afirmava que em bairros de classe alta, aqueles policiais não teriam efetuado o disparo. O que a acusação dizia era que os disparos de arma de fogo e o não seguimento dos procedimentos eram considerados plausíveis em territórios de favela. A promotoria também expunha as provas colhidas nos relatórios da Corregedoria da PM e da Polícia Civil e argumentava que Xavier se contradizia, apresentando versões diferentes ao longo dos anos.

A todo tempo, a acusação tentava descolar as relações entre pobreza, crime e violência. Silas era *inocente*, não estava envolvido em nenhuma atividade criminal, nada justificaria sua morte. Ao mesmo tempo, os promotores acusavam policiais como Xavier e Ademar de envergonharem a Corporação, utilizando armas *frias* e abusando de seu poder, atitudes que seriam injustificáveis, ainda que estivessem perseguindo *bandidos*. Já a defesa abriu sua fala enaltecendo o trabalho da Polícia Militar de São Paulo e agradecendo a Deus pela vida dos policiais.

As gramáticas mobilizadas pelo advogado chocavam-se com aquilo que diziam os promotores. Ele buscava provar ser impossível que o tiro que atingiu Silas tivesse saído da arma do policial acusado. Para isso, acusava a dupla de motoqueiros de terem disparado os tiros. Ao longo da sessão, a defesa desacreditou a testemunha ocular, repetindo “ele é um *nóia* (termo utilizado para se referir a usuários de drogas, os *nóias* são corpos abjetos<sup>38</sup>), vocês todos viram”. Se a testemunha era um *nóia*, então não seria passível de interlocução. Não é plausível que se considere válido o depoimento de um *nóia*.

O advogado, eloquente, também questionava as testemunhas a respeito do local onde ocorrera a morte. “Como é esse bairro? Não é uma favela, um local de risco? Você diria que lá é perigoso?”. Sobre as testemunhas, ele argumentava, “Você é usuário de drogas, não é?”, “E Silas fumava maconha, não fumava?”. Para em seguida, argumentar que o dia da morte de Silas coincidia com a *saidinha* do sistema penitenciário. As ruas estariam, portanto, cheias de

---

<sup>38</sup> Rui (2012).

criminosos e aquela comunidade era um local de *grande periculosidade, ainda mais nesses dias*. Outras inúmeras vezes, a defesa acionou a Bíblia e Deus. A correlação, para o advogado, era óbvia: favela, crime, perigo, drogas, prisão misturam-se. A favela e seus moradores eram, portanto, criminalizáveis. Ainda que Silas fosse *inocente*, o júri precisaria compreender que, sendo essa a essência daquele território, *os policiais cumpriam seu dever, abençoados por Deus* na guerra quase espiritual, entre crime e polícia.

O conflito entre acusação e defesa, portanto, era uma disputa não só de distintas matrizes de interpretação do mundo urbano, as gramáticas, mas também dos sentidos das categorias que as compõem. Como argumentei no capítulo 2, as categorias ocupam sempre intervalos de sentido dentro do que é plausível para cada situação. Ali, no Tribunal, disputava-se, por exemplo, o sentido da categoria “favela”. A defesa tentava provar que os policiais eram inocentes, mas ainda que não fossem, era plausível que atirassem naquela região *perigosa*. A acusação, ao contrário, buscava provar que a atitude dos policiais não era plausível, que independente do território, era preciso rigor nos procedimentos da Polícia Militar, uma instituição *honrada* que possui critérios técnicos de atuação que deveriam ser seguidos por todos, incluindo Xavier.

O júri já completava mais ou menos 12 horas. Quando, por volta da 00h30 o advogado de defesa, vestido com a toga característica dos tribunais, saiu da sala do júri com as mãos erguidas para o céu e agradeceu a Deus exclamando em voz alta: “mais um policial militar livre nas ruas de São Paulo, *glória a Deus, o Todo Poderoso*”. O ex-policial militar Xavier dos Santos foi considerado inocente da acusação de homicídio, pelo júri, mas condenado pela fraude processual. A interpretação daquele conflito exposta pela defesa havia convencido o júri.

Naquele momento, poucas pessoas ainda acompanhavam o julgamento, entre elas os policiais militares amigos de Xavier e algumas pessoas ligadas a família de Silas. Após o veredicto, os policiais militares presentes comemoravam o resultado abraçando o advogado que seguia *louvando a Deus* pela vitória obtida. Os amigos de Silas são, neste momento, ostensivamente convidados a se retirar do tribunal pela segurança do prédio.

Apesar da contingência dos sentidos ocupados pelas categorias, elas não operam em um vazio de referências normativas. O espaço do Tribunal condensava, naquele momento, distintos ordenamentos em coexistência no Brasil contemporâneo, os regimes normativos

trabalhados no capítulo 3. Esses regimes atuam na tentativa, sempre incompleta, de produção de ordem frente as gramáticas e a soberania (uso legítimo da violência) dos corpos e territórios.

O advogado de defesa, aqueles policiais militares e suas performances aproximavam diferentes formas de ordenar o conflito urbano, apresentadas no capítulo 3: as Polícias e a religião, calcadas em uma interpretação de um mundo cindido entre bem e mal, que opõe favelados, policiais, trabalhadores e bandidos como inimigos no espaço público e atualiza as lógicas guerreiras do léxico pentecostal em expansão no Brasil contemporâneo (MACHADO, 2018). Ambos opõem-se ali ao Ministério Público que clamava o universalismo dos direitos humanos e o cumprimento dos procedimentos técnicos burocráticos. Ao mesmo tempo, Policiais e Ministério Público disputavam compreensões distintas do que deveria ser o Estado.

No dia seguinte ao julgamento de Silas, na favela do São Jorge, Jovelina, seu neto Gabriel, Joana e eu almoçávamos em minha casa. Contava para eles do júri assistido por mim, no dia anterior. Enquanto comíamos, Gabriel pergunta para sua avó (Jovelina) se sua mãe voltaria na páscoa ou no próximo final de semana. Jovelina responde que “era preciso acreditar, mas que ainda nada estava certo”. Gabriel então diz “*ah*, é que minha mãe está viajando, *né*, *vó*? Faz um tempo e *aí* agora ela já vai voltar”. Todas nós sabíamos que Paula estava presa há alguns anos, ao menos toda a vida de Gabriel que hoje tem 8 anos completos. Gabriel, como que arrependido pelo que havia dito, recomeça: “*ah*, quer saber, eu vou contar a verdade para vocês porque vocês são *confiantes*”.

Jovelina permanece calada, o olhar triste ganha lugar no seu semblante. Joana fica impaciente, come olhando para o prato, como se não quisesse participar daquela conversa. Eu, sentada ao lado de Gabriel, apesar da tristeza, olho atentamente para ele. Ele segue contando sua história, olhando para a frente e às vezes para a avó, como se pedisse alguma aprovação pela sua atitude. Gabriel narra:

Na verdade a minha mãe, ela *tá* presa, foi lá em 2010 que ela foi presa. Então, se eu nasci em 2011 e ela foi presa em 2010, então isso quer dizer que eu nasci na prisão. Mas olha, eu não fiquei preso, minha avó foi lá e me pegou e *aí* minha mãe pediu para ela cuidar de mim. E ela vai voltar na páscoa, *né*, *vó*? (Gabriel, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019)

Jovelina responde mais uma vez que é preciso esperar e torcer. Gabriel então continua:

Não contei isso para ninguém porque as pessoas não são *confiantes*, quer dizer, na verdade eu contei, e diz dois nomes de crianças de sua escola, porque eu conheço eles desde pequeno *né vó?* Então tudo bem, *né?* Eu também não tenho pai, ele foi embora, não sei nada dele, mas também não quero saber, ele foi, *né?* Mas quando a minha mãe voltar, se ela casar com alguém, *ai* essa pessoa vai ser meu pai, *né?* (Gabriel, conversa pessoal registrada em diário de campo, 2019).

Joana responde: “é, *né*, tem que ver”. Eu e Jovelina permanecemos em silêncio. Ele continua: “é, quando eu encontrar minha mãe, acho que vou chorar”. Eu então digo para ele que chorar de alegria é bom e que está tudo bem em chorar. Gabriel volta a comer. Seguimos conversando sobre a situação de Paula. Jovelina conta que já deve, ao todo, fazer uns 16 anos que ela alterna entre prisão e rua. Desde que Gabriel nasceu, ela saiu apenas uma vez para *saidinha*, mas acabou na *cracolândia*. Paula ocupa a representação do *nóia* mobilizada pelo advogado de Xavier.

A necessidade de sustentar a grave dependência química do *crack* era suprida por Paula com pequenos furtos e trabalhos para o tráfico de drogas local. Algumas vezes, passava períodos no centro da cidade, no local conhecido como *cracolândia* em São Paulo. Jovelina não conseguia mais ir visitá-la na prisão. As dificuldades físicas e emocionais são duras demais depois de tantos anos de sofrimento. A morte de seus filhos em conflitos entre *crime* e polícia, enfrentadas ao longo da vida, marcavam a trajetória de Jovelina e também de Joana. Por fim, fizemos nossas *preces* para que Paula melhorasse da dependência e pudesse cuidar de Gabriel. Jovelina também é evangélica, como Mario Roberto, advogado de Xavier. A religião amenizava seu sofrimento.

Ao longo deste texto, busquei desenvolver as etapas do esquema analítico apresentado na introdução desta dissertação. Nos três capítulos que estruturaram o trabalho, discuti cada um dos círculos concêntricos propostos: as gramáticas, as disputas pelos sentidos das categorias, os regimes normativos e sua relação com as formações de soberania. As cenas do júri em paralelo com o almoço com Jovelina, Gabriel e Joana, produzem uma síntese dos argumentos apresentados.

Na representação hegemônica, Jovelina, Joana, Gabriel e suas trajetórias estariam em oposição a Xavier e seus advogados. Os diferentes lados do conflito são reificados através da

experiência da diferença. Como sugeri, no capítulo que fecha este trabalho, a diferença acumula-se. Em seu lado mais perverso, essa acumulação social da diferença produziria mortes e prisões como as que atravessam a vida de Jovelina e tornaria plausível mortes como a de Silas. A diferença, nesses casos, toma forma de uma alteridade radical, nos termos de uma *racialização* da experiência, ou seja, da produção de um outro desumanizado, como os *nóias*, os *favelados*, os *bandidos*, os *marginais*, os *detentos*.

Esse processo de acumulação social da diferença, no entanto, não produz somente situações de reificação das posições de sujeito. Emergem desse processo, além de saídas como o crime ou a violência, movimentos sociais como as Associações de Mães, políticas de Ação Afirmativa, a ideia de uma estética negra, de um retorno essencial às “origens africanas”, entre outras saídas de um mesmo conflito fundamental. Emergem também o *rap*, o *funk*, assim como, as políticas criminais de redução de homicídio e, em reação a elas, o fortalecimento das polícias. Se, de um lado, a diferença também se radicaliza e desumaniza, de outro ela produz humanidade e pode ser emancipadora. Ao mesmo tempo, entre esses polos diferentes relações ora mais igualitárias, ora mais desiguais são coproduzidas.

Sugeri a noção de “acumulação social da diferença” como um caminho para aproximar campos tão distintos analiticamente como os estudos urbanos e os estudos acerca da diferença. Essa proposta para compreensão da relação entre diferença e conflito urbano tomou o conjunto dessas histórias, reproduzidas ao longo do trabalho, como material analítico para compreender processos de diferenciação nos quais território, classe, gênero, raça, crime, violência, entre outras categorias, se constituem reciprocamente.

## Referências

- ABDUR-RAHMAN, A. "On Ferguson, the Fragility of Black Boys, and Feminist Futures," *The Feminist Wire*, October 2, 2014. Available Online <https://thefeministwire.com/2014/10/ferguson-fragility-black-boys-feminist-futures/>.
- ADORNO, S; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, Dossiê crime organizado, São Paulo, n. 61, 2007.
- AGIER, M. *Esquisses d'une anthropologie de la ville. Lieux, situations, mouvements*. Louvain-la-Neuve, Academia-Bruylant. *Anthropologie prospective*, 5, 2009.
- ALMEIDA, R. A Igreja universal e seus demônios. *Um estudo etnográfico*. São Paulo: Terceiro Nome. 2009.
- AMADEO, J. et al. (coord.). Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição. Relatório Final. Unifesp, 2018. Disponível em [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio\\_final\\_2.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf) Acesso em 03 Mai. 2020.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Sociologia*, Porto, v. 27, pp. 11-25, jan. 2014.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio, A cidadania negada: Política de exclusão na educação e no trabalho. Coleção Grupos de Trabalho, CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, 2000. pp. 35-46.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 13, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.
- ARAÚJO SILVA, M.C. 2017. Houses, tranquility and progress in an area of milícia. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology* 14 (3), 2017. pp. 132–48.
- ARAÚJO, M. As obras urbanas, o tráfico de drogas e as milícias: quais são as consequências das interações entre o trabalho social e os mercados ilícitos? *Journal of Illicit Economies and Development*, 2019.
- AUTOS DE RESISTÊNCIA. Direção: Natasha Neri, Lula Carvalho. Produção: Joana Nin, Lia Gandelman, Bruno Arthur de Melo. Rio de Janeiro, KinoFilme, 2018 (104min).
- BARBOSA, A. P. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Lua Nova* no.79, São Paulo 2010
- BERALDO, A. Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, [s. l.], 2020.
- BERTELLI, G. B. Errâncias racionais: a periferia, o RAP e a política. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012, pp. 214-237
- BHABHA, H. K. O local da cultura / Homi K. Bhabha, tradução de Myriam Ávlila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glauce Renata Gonsalves – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 395 p. Coleção Humanitas.

- BIONDI, K. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome / FAPESP, 2010.
- BIONDI, K. Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- BIRMAN, P.; MACHADO, C. B. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista brasileira de ciências sociais* v. 27, 2012, pp. 55-69.
- BLOKLAND, T. *Community as Urban Practice*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- BOLTANSKI, L; LAURENT, T. *De La Justification: Les Économies de La Grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26. Campinas: 2006, pp. 329-376.
- BUMACHAR, B. L. Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. [S. l.], p. 380, 2016.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2003.
- CABANES, R. *Économie Morale Des Quartiers Populaires de São Paulo*. Paris: Hamattan, 2014.
- CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento Na América Latina. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CARNEIRO, C. A. *et al.* Infidelidade feminina na visão de homens e mulheres: um estudo à luz da teoria das representações sociais e de gênero. *Psicologia IESB*, v.1, n. 1, 2009. pp.34-41.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALCANTI, M. Do Barraco à Casa: Tempo, Espaço e Valor(Es) Em Uma Favela Consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 24 (69), 2009, pp. 69–80.
- CAVALCANTI, M. *Of Shacks, Houses and Fortresses :An Ethnography of Favela Consolidation in Rio de Janeiro*. Chicago; Illinois: University of Chicago, 2007.
- CEFAÏ, D. L'engagement ethnographique. Paris: Éd. EHESS, 2010.
- CEFAÏ, D. *L'enquête ethnographique comme écriture, l'écriture ethnographique comme enquête*. In : MELLITI Imed, *Écrire en sciences sociales*, Paris, Riveneuve / Tunis, Institut de recherche sur le Maghreb contemporain, 2016.
- COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought. Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.



CONNELL, R. W. "Políticas da masculinidade". *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2. Porto Alegre, julho-dezembro de 1995, p. 185-206.

COSTA, S. Desprovincializando a Sociologia. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 21, nº 60, fevereiro de 2006.

COZZI, E. De Ladrones a Narcos: Violencias, delitos y búsquedas de reconocimiento en tres generaciones de jóvenes en un barrio popular de la ciudad de Rosario. Universidad de Buenos Aires, 2018.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, pp.139-167.

CRUZ SILVA, E. Molecada no corre: comércio, experiência geracional e moral no Primeiro Comando da Capital. Dissertação de Mestrado, UFSCar, 2017.

DAS, V; POOLE, D. *Anthropology in the margins of the State*. Oxford/Santa Fé: James Currey/School of American Research Press, 2004.

DAS, V. *Life and works: violence and descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007. 285p.

DAS, V. *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. *E-book*. Disponível em: <http://www.spandidos-publications.com/10.3892/etm.2018.5793>

DAS, V. Violence , Gender , and Subjectivity. [*S. l.*], v. 37, n. 2008, p. 283–299, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.36.081406.094430>

DAS, V. O ato de testemunhar : violência, gênero e subjetividade. [*S. l.*], n. 37, p. 9–41, 2011.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. -São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

DE PIERI PIMENTEL, A. *Cidades em disputa: gestão dos usos do espaço e política das práticas a partir da Praça Roosevelt, em São Paulo*. (Dissertação de mestrado). UFSCar, 2018.

DENNIS, K; URRY, J. *After the Car*. Polity Press, 2009.

DIAS, C. C. N. "Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3 (5): 128-144, ago./set. 2009

DU BOIS, W.E.B. [1903] *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EFREM-FILHO, R. "BALA": experiência, classe e criminalização. *Revista Direito e Práxis*, [*S. l.*], v. 5, n. 9, p. 501–537, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2014.13722>

EFREM FILHO, R. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2017a.

EFREM FILHO, R. Os meninos de rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. *Cadernos Pagu*, v. 51 Campinas: 2017b, e175106.

ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L.. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, vol. 3, Rio de Janeiro, 2009, pp.54-81.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

FELTRAN, G. de S. A fronteira do direito: política e violência na periferia de São Paulo. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

FELTRAN, G. de S. Limites da virtude isolada: movimentos sociais e política no Brasil. Buenos Aires, CLACSO, 2008.

FELTRAN G. de S. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. Lua Nova, 2010a.

FELTRAN, G. de S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*. Salvador (UFBA), 2010b.

FELTRAN, G. de S. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*. n.53, v.2, Universidade de São Paulo, 2010c.

FELTRAN, G. de S. Diário Intensivo: a questão do “adolescente em conflito com a lei”, em contexto. *Revista Brasileira Adolescente e Conflitividade*, v. 1, 2011a. pp. 1-44.

FELTRAN, G. de S. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo, Editora UNESP/CEM/CEBRAP, 2011b.

FELTRAN, G. de S. Governo que produz crime, crime que produz governo: O dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública* 6 (2), 2012. pp. 232–55.

FELTRAN, G. de S. O valor dos pobres: A aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH* 27 (72), 2014. pp. 495–512.

FELTRAN, G. de S. *La guerre au quotidien*. *L’Homme: revue française d’anthropologie*, n. 219-220, 2016. pp. 93-113

FELTRAN, G. de S. *Irmãos: Uma História Do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, G. de S. *The Entangled City: Crime as Urban Fabric in São Paulo*. Manchester: Manchester University Press, 2020a.

FELTRAN, G. de S. *The Revolution We Are Living*. HAU: Journal of Ethnographic Theory, 2020b.

FERRAZ de LIMA, J. Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

- FIGLIANO, M. Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos. 2013. 210 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281261>>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- FONSECA, C. L. W. Família, fofoca e honra: etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FRANÇA, I. L. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012.
- FREIRE P. Pedagogia do oprimido. 17ª Edição. São Paulo: Paz e Terra; 1987
- FREIRE-MEDEIROS, B. *The Favela and Its Touristic Transits*. Geoforum 40 (4), 2009. pp. 580-88.
- FREIRE, J.; ROCHA, L. M. Para uma sociografia da sociologia urbana brasileira: a obra de Luiz Antonio Machado da Silva. In: *Antropolítica*, Niterói, n. 28, p. 69-91, 1 sem, 2010.
- FROMM, D. O “fim da Cracolândia”: etnografia de uma aporia urbana. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, 2017
- GALDEANO, A.P; ALMEIDA, R. (coord.) Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social. São Paulo: CEBRAP, 2018.
- GILROY, P. Senhores, senhoras escravos e as antinomias da modernidade. In.: O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GODOI, R. Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2010.
- GOFFMAN, E. *On cooling the Mark out: some aspects of adaptation to failure*. Psychiatry 15 (4). 1952, pp. 451-463.
- GONZALES, L. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (Uma abordagem político-econômica). In: MADEL, Luz. (org.). O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)”. Rio de Janeiro: Graal, V.1, 1982, (Coleção Tendências).
- GREGORI, M. F. Viração: Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GRILLO, C. C. Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas. 2013. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- GRILLO, C. C. *Fazendo o doze na pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média*. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- GROSFUGUEL, R. The epistemic decolonial turn: Beyond political-economy paradigms. *Cultural Studies*, 21(2): 211–23. [[Taylor & Francis Online](#)], [[Web of Science ®](#)], [[Google Scholar](#)], 2007.

HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende... (et AL.). 1ª edição atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 410 p. (Humanitas)

HALL, S. Quem precisa de identidade? In.: SILVA, T. T.; WOODWARD. K. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

HANSEN, T. B.; STEPPUTAT, F. Sovereign bodies: Citizens, migrants, and states in the postcolonial world. [S. l.: s. n.]. E-book.

HIRATA, D. V. Sobreviver na adversidade: mercado e formas de vida. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Tempo social, São Paulo, v. 29, n. 2, pp. 75-97, 2017

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014. pp. 61-73 .

HIRATA, H. O trabalho de cuidado: Comparando Brasil, França e Japão. SUR 24 - v.13 n.24 , 2016. pp. 53-64.

hooks, b. Intelectuais Negras. Revista de Estudos Feministas, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

JENSEN, S. Gangs, Politics and Dignity in Cape Town. Oxford, Johannesburg and Chicago: James Currey, University of Witwatersrand Press, and University of Chicago Press, 2008.

JOSEPH, I. *La ville sans qualités*. Paris: Éditions de L'aube, 1998.

JUSTIÇA GLOBAL BRASIL. São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. Relatório de Pesquisa, 2011.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos Estudos CEBRAP, v. 86. São Paulo: 2010, pp. 93 – 103.

KESSLER, G. La extensión del sentimiento de inseguridad en América Latina: relatos, acciones y políticas en el caso argentino. Revista de Sociología e Política 19 (40), 2011. pp. 83-100.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (ed.). Social suffering. Berkeley: University of Califórnia Press, 1997. 404p.

KNOWLES, C. Cities on the move: navigating urban life. City: Analysis of Urban Trends, Culture, Theory, Policy, Action 15 (2), 2011, pp. 135-53.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009

LAGO, N; ZAMBONI, M. Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade. In : *40º Encontro da ANPOCS*.Caxambu, 2016, pp.1-25

- LAGO, N.B. do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista. Ano 4, n 5. Fevereiro 2017. pp. 35-53.
- LIMA, J. Cenários sobre o presente do trabalho. RET - Revista Estudos do Trabalho, Marília, SP, ano 2, n. 3, p. 1-13, 2008. Disponível em: Acesso em: 07 mar. 2020.
- LIPSKY, M. Street Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services. New York: Russel Sage Foundation, 1980.
- LOMNITZ, A. C. Death and the Idea of Mexico. Zone Books : New York, 2005.
- LOMNITZ, L.A. *Cómo Sobreviven Los Marginados*. Mexico: Siglo XXI Editores, 1975.
- MACHADO, C. Evangélicos, mídias e periferias urbanas: questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo. Debates do NER (UFRGS), v. 19, 2018, p. 58-80.
- MACHADO DA SILVA. L.A. ‘Violência Urbana’, Segurança Pública e Favelas: O Caso Do Rio de Janeiro Atual. Caderno CRH 23 (59), 2010. pp. 283–300.
- MACHADO DA SILVA. L.A. A Política Na Favela. Cadernos Brasileiros IX, v. 41, 1967. pp. 35–47.
- MACHADO DA SILVA. L.A. Criminalidade Violenta: Por Uma Nova Perspectiva de Análise. Revista de Sociologia e Política, no. 13 – November, 1999.
- MACHADO DA SILVA. L.A. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Dissertação de mestrado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971.
- MACHADO DA SILVA. L.A. Polícia e Violência Urbana Em Uma Cidade Brasileira. Etnografica 15 (1), 2011. pp. 67–82.
- MACHADO DA SILVA. L.A. Sociabilidade Violenta: Por Uma Interpretação Da Criminalidade Contemporânea No Brasil Urbano. Sociedade e Estado 19 (1), 2004. pp. 53–84.
- MACHADO DA SILVA. L.A. Vida Sob Cerco: Violência e Rotina Nas Favelas Do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MACHADO DA SILVA. L.A. Violência Urbana: Representação de Uma Ordem Social. In : NASCIMENTO, E.P; BARREIRA, I. Brasil Urbano: Cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya, 145 (55), 1993.
- MALLART, F. “Cadeias dominadas: a Fundação Casa, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos”. Sao Paulo, 2014
- MALVASI, P. A. Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: Violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Saude e Sociedade, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 156–170, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100018>
- MALVASI, P. Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2012.

- MARQUES, A. J. Liderança, proceder e igualdade: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 311-335, 2010a.
- MARQUES, A. J. Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010b.
- MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- MARQUES, S. C. Espaço de resistência e trocas culturais no meio rural brasileiro: Apontamentos sobre o quilombo do Jaó. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2/1, p. 217-234, 4 jul. 2014.
- MCCLINTOCK, A. Couro Imperial: raça, sexualidade e gênero no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- MENEZES, P. V. Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. *Tempo Social*, v. 30, n. 3, pp. 191-216, 2018.
- MISSE, M; GRILLO, C.C; NERI, N.E. Les Chiffres Macabres de La Létalité Policière.L'évaluation Juridique Des 'Actes de Résistance' à Rio de Janeiro. *Revue Pluridisciplinaire de Recherche*, n. 15, 2015. pp. 1-20.
- MISSE, M. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política* v. 79, 2010. pp. 15-38.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 3, 20 jan. 2009.
- MISSE, M. Sobre a Construção Social Do Crime No Brasil: Esboços de Uma Interpretação. In MISSE, M. *Acusados e Acusadores: Estudos Sobre Ofensas, Acusações e Incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008, pp. 13–32.
- MOTTA, L. Fazer Estado, Produzir Ordem: Sobre projetos e práticas na gestão do conflito urbano em favelas cariocas. (Tese de Doutorado em Sociologia). São Carlos - UFSCar. 2017.
- MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n. 42. Campinas: 2014, pp. 201 – 248
- NASCIMENTO, E. P. *Vozes marginais na literatura*. São Paulo: Aeroplano; Fapesp. 2009
- NUNES, M. *Firme nos propósitos: etnografia da internação de usuários de drogas em comunidades terapêuticas*. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- OLIVEIRA, F. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Seleções CEBRAP, 1972.
- PADOVANI, N.C. *Sobre Casos e Casamentos: Afetos e Amores Através de Penitenciárias Femininas*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PALLAMIN, V. Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. *Risco*, 12, 2010. pp. 6-16.

PARK, R.E. *The City: Suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*. In : PARL, R.E; BURGESS, E.W. *The City: Suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*. Chicago, University of Chicago Press, 1984.

PELÚCIO, L; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 1, pp. 125-157, 2009.

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. 264 p.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura* v. 11, nº 2, 2008, pp.263-274.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher?; In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PUCCINELLI, B. "Perfeito para você, no centro de São Paulo": mercado, conflitos urbanos e homossexualidades na produção da cidade. 2017. 1 recurso online (195 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325394>>. Acesso em: 2 set. 2018.

QUIJANO, A. 'Polo marginal' de la enocomia y mano 'de obra marginada'. In : QUIJANO, A. *Imperialismo y marginalidad en América Latina*, Santiago: CEPAL, 1970.

RAMOS, M.D. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista Estudo Feministas*, vol. 20, n. 1, 2012, pp. 53-73.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

RANGEL, F. *A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2019.

REQUENA, C. *A política da infraestrutura metropolitana no Brasil: governança de obras de mobilidade urbana em perspectiva comparada*. Universidade Estadual de São Paulo, 2019.

ROLNIK, R; FRÚGOLI JR, H. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 6, 2001. pp. 55-83.

ROSA, T. T. *Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia*. 2008. 230p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de

Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279437>>.

RUI, T. “Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”. Campinas, SP : [s. n.], 2012

SALLA, F; DIAS, C.N; SILVESTRE, G. “Políticas penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (rdd) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária”. In: Estudos de Sociologia, Araraquara, v.17, n.33, 2012, pp.333-351.

SALLA, F. “De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo”. In Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 1, n.1, pp. 72-90, 2007.

SALO, E. R. Respectable Mothers, Tough Men and Good Daughters: Producing persons in Manenberg township South Africa. African Books Collective, 2018.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. Projeto História. Cultura e Trabalho. PUC-SP. São Paulo, n. 16, fev/98, p. 297-327, 1998.

SHIMBO, L. Z. “A casa é o pivô: questões, conflitos e potencialidades do diálogo entre arquitetos e moradores em projetos de habitação. Estudo de caso: assentamento rural ‘Fazenda Pirituba’ (Itapeva, SP)”. Memorial de Qualificação, Mestrado em Arquitetura, USP, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2003

SILVA, M. A. M. A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil 1960-2000. São Paulo: Aeroplano. 2013.

SILVÉRIO, V. R.; TRINIDAD, C. T. Há algo de novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?. In.: Educação & Sociedade. Revista de Ciências da Educação. Desigualdades e diversidade na Educação. Vol. 33 – jul.- set., 2012.

SILVÉRIO, V. R.. Raça e Racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização. 1999. - (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, [s. l.], 1999.

SILVÉRIO, V.R. (org.). As cotas para negros no tribunal: a audiência pública do STF. EDUFSCar: São Carlos, 2012.

SIMMEL, G. “O estrangeiro”. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo: Ática, pp. 182-188. 1983.

SIMMEL, G. (1918) *The View of Life: Four Metaphysical Essays with Journal Aphorisms* (tran: Andrewes J.). Chicago: University of Chicago Press, 2010.

SIMÕES, J. A., FRANÇA, I. L., & MACEDO, M. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo, (35), pp. 37-78, 2010.

SIMONE, A. People as infrastructure: intersecting Ffragments in Johannesburg. Public Culture 16 (3), 2004. pp. 407-29.

SINHORETO, J; MORAIS, D.s.. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 64, p. 15-26, abr. 2018.



SINHORETTO, J; SILVESTRE, G. e SCHLITTLER, M.C.. Desigualdade racial e Segurança Pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante. UFSCar, São Carlos, SP, 2014. (Relatório técnico de pesquisa).

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010

STEPPUTAT, F. Contemporary governscapes: sovereign practice and hybrid orders beyond the center. In : BOUZIANE, M; HARDERS, C; HOFFMAN, A. Local Politics and Contemporary Transformation in the Arab World - Governance Beyond the Center, 2013. pp. 25–42.

STEPPUTAT, F. Formations of sovereignty at the frontier of the modern state. Conflict and Society, v. 1, n. 1, 2016. pp. 129-143.

STEPPUTAT, F. Governing the dead: Sovereignty and the politics of dead bodies. Governing the dead: Sovereignty and the politics of dead bodies, [S. l.], n. February, p. 1–256, 2016.

STEPPUTAT, F. Formations of Sovereignty at the Frontier of the Modern State. Conflict and Society: Advances in Research 1 (1), 2015. pp. 129–43.

STEPPUTAT, F. Pragmatic Peace in Emerging Governscapes. In: International Affairs 94 (2), 2018. pp. 399–416.

TARTUCE, G. L. B. P. Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. Cad. Pesqui. [online]. 2013, vol.43, n.148, pp.366-372.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, p. 209-213, nov. 2005.

TELLES, V; HIRATA, D.V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Revista de estudos avançados da USP, v. 21, n. 61, 2007.

TELLES, V. da S.; CABANES, R. (Orgs.) Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, IRD, 2006.

THÉVENOT, L. L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte, 2006.

TILLY, C. Durable Inequality. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>, 1998.

URRY, J. The 'System' of Automobility. Theory, Culture & Society 21 (4–5), 2004. pp. 25-39.

VALLADARES, L.; FREIRE-MEDEIROS, B. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do UrbanData-Brasil. 2002.

VI LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE O CONSUMO DE DROGAS PSICOTRÓPICAS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO NAS 27 CAPITAIS BRASILEIRAS – 2010/ E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], -- São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo 2010. SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília – SENAD, 2010. 503

p.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, (37), 2011. pp. 79-116

WACQUANT, Loic J. D. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Tradução Angela Ramalho - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WHYTE, W. F.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado Da Pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

ZAMBONI, M. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. *ARACÊ - Direitos humanos em revista*. v. 4, n. 5, 2017. pp. 93-115.